

KARINE PEREIRA GOSS

**IDENTIDADES MILITANTES EM AÇÕES COLETIVAS
CONTEMPORÂNEAS EM FLORIANÓPOLIS (SC)**

Dissertação de Mestrado em Sociologia Política.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política,
Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade
Federal de Santa Catarina.

Orientadora Prof^ª. Dr^ª. Ilse Scherer-Warren

Florianópolis, abril de 2003

AGRADECIMENTOS

Bell hooks, intelectual negra norte-americana, afirma que não teria conseguido ser reconhecida na academia se não fosse a ajuda e o estímulo de muitas pessoas. O trabalho acadêmico nunca é fruto apenas do esforço individual, mas da colaboração de um conjunto de pessoas sem as quais não se concretizaria. Por esse motivo agradecer é uma das tarefas mais árduas, pois há sempre o medo de deixar alguém de fora.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a minha filha, Luisa, e a Fernando, meu marido, pela paciência e carinho que me dedicaram nesses dois anos em que cursei o mestrado. Luisa sempre compreendeu meu trabalho e sua companhia constante me ajudou a seguir em frente. Fernando, a quem recorri inúmeras vezes e que por meio de suas críticas jornalísticas ajudou a tornar meu texto melhor.

Agradeço também a dedicação dos meus pais, Tana e Matroá, com quem sempre pude contar em todos os momentos. A minha irmã, Cátia, que foi uma das pessoas que inspirou meu interesse pela militância, devido as suas atividades políticas. Ao meu cunhado, Sérgio, pelo cuidadoso trabalho de revisão do texto final. Ao meu sobrinho Felipe, pois os momentos em que cuidava dele transformaram-se em uma forma de relaxamento.

A minha amiga de todas as horas, Raquel, que devido ao seu “olhar antropológico” forneceu preciosas dicas à elaboração da interpretação das entrevistas. A Viviane, pela longa amizade e o apoio constante. A Thereza, pela maravilhosa companheira que revelou-se desde o início do curso de mestrado. A Siomara pelas horas em que juntas estudamos e discutimos temas e problemas comuns aos nossos trabalhos

Aos amigos Carlos e Elvis. O primeiro porque sempre esteve disposto a ler o trabalho e a dar suas valiosas sugestões e, o segundo, porque devido a sua prática como militante me ajudou a destriçar as relações entre os sindicatos e os partidos políticos.

A Romário, que me orientou nas truncadas normas científicas para a apresentação da dissertação.

Aos professores Caleb e Wivian por suas contribuições ainda na qualificação do projeto, pelas indicações bibliográficas e críticas.

Aos colegas do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, Fábio e Ginga, pela ajuda na obtenção de materiais.

A CAPES que financiou minha bolsa de estudos durante o curso de mestrado.

Agradeço especialmente à orientadora, Ilse Scherer-Warren, não só pela orientação, mas por seu exemplo intelectual. Durante o tempo em que trabalhamos juntas ela me ensinou a fazer pesquisa e foi uma das incentivadoras para que eu seguisse adiante.

Finalmente, agradeço muitíssimo a todos os entrevistados, que dedicaram parte de seu ocupado tempo às entrevistas. Mas deram muito mais que um pouco de tempo, relataram suas vidas e deixaram que eu utilizasse seus depoimentos da maneira que eu desejasse. Por vocês esse trabalho foi possível. Muito obrigada.

Qualquer que seja a natureza da teoria a ser desenvolvida a partir de semelhantes observações, ela tem que denotar o que as pessoas realmente fazem em determinados contextos. Ou seja, conceitos, generalizações e estruturas precisam estar empiricamente alicerçados em processos observáveis de interação dos indivíduos.

Antony Giddens e Jonathan Turner.

A militância é uma resposta para a existência.

Joaninha de Oliveira, entrevistada.

Eu acho que a minha família me ensinou muito. Os meus tios me ensinara. O meu tio Paulo me deu, quando eu me formei na 8ª série, uma caneta, e eu escrevo isso na minha dissertação de mestrado, porque é muito sábio dar uma caneta para uma mulher negra e não

qualquer coisa que sirva para casa, que sirva para estética. É uma opção dar uma caneta para uma mulher negra e ali está corporificado que desejo ele tinha para mim quando ele me deu uma caneta. E eu senti isso, eu senti o tamanho da responsabilidade, tanto é que eu não me esqueci. Eu esperei para acabar o mestrado para liberar uma coisa que estava ali o tempo inteiro.

Jeruse Romão, entrevistada.

SUMÁRIO

RESUMO.....	iii
ABSTRACT	iii
INTRODUÇÃO	11

PARTE I: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

CAPÍTULO 1: MILITÂNCIA POLÍTICA NAS ORGANIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS	14
---	----

CAPÍTULO 2: FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA PESQUISA	19
--	----

2.1. CONTEXTO POLÍTICO DE PRODUÇÃO DA PESQUISA	19
--	----

2.2. QUADRO DE INTERPRETAÇÃO.....	20
-----------------------------------	----

2.2.1. Concepções contemporâneas de identidade: Elias, Goffman e a perspectiva pós-colonial.....	20
--	----

2.2.2. Campo, <i>habitus</i> e figuração – conceitos complementares.....	29
--	----

CAPÍTULO 3 – FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	31
--	----

3.1. TRABALHO DE CAMPO: DUAS CONFIGURAÇÕES – O SINTE E O NEN ..	31
---	----

3.2. ENTREVISTA NARRATIVA E ANÁLISE TEMÁTICA.....	36
---	----

PARTE II: A PESQUISA

CAPÍTULO 4: O SINTE: UMA CONFIGURAÇÃO.....	39
--	----

4.1. O “NOVO SINDICALISMO”	39
----------------------------------	----

4.2. CRIAÇÃO DO SINTE	43
-----------------------------	----

4.3. OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.....	44
-----------------------------------	----

4.4. IDENTIDADE COLETIVA NO CAMPO POLÍTICO: SINTE REGIONAL X SINTE ESTADUAL.....	46
CAPÍTULO 5: ENTREVISTAS COM MILITANTES DO SINTE	54
5.1. PROCESSO DE ESCOLHA DAS ENTREVISTADAS	54
5.2. APRESENTAÇÃO DAS MILITANTES ENTREVISTADAS	56
5.3. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	57
5.3.1. As Origens Sociais das Militantes	58
5.3.2. O Papel de Mãe.....	60
5.3.3. O Começo da Militância.....	62
5.3.4. Rebeldes e Contestadoras	67
5.3.5. Ser Militante	68
5.3.6. O <i>Habitus</i> Militante	76
5.3.7. A Importância do Grupo.....	79
5.4. CONCLUSÃO: MILITÂNCIA COMO PROJETO DE VIDA	80
CAPÍTULO 6: O NEN: OUTRA CONFIGURAÇÃO.....	83
6.1. MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO.....	83
6.2. MOVIMENTO NEGRO EM FLORIANÓPOLIS	85
6.3. O NEN	87
6.4. ENTRADA EM CAMPO E ANÁLISE DE ALGUMAS ATIVIDADES	89
CAPÍTULO 7: ENTREVISTAS COM MILITANTES DO NEN.....	95
7.1. ESCOLHA DOS ENTREVISTADOS E CONTEXTO DAS ENTREVISTAS	95
7.2. APRESENTAÇÃO DOS MILITANTES ENTREVISTADOS	96
7.3. TRAJETÓRIAS FAMILIARES E EDUCACIONAIS	97
7.3.1. O núcleo familiar	97
7.3.2. A influência da figura materna	101
7.3.3. Auto-estima e conhecimento	103

7.4. RAÇA, RACISMO E “DEMOCRACIA RACIAL”	109
7.5. CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA: AS DATAS, OS SÍMBOLOS E A “COMUNIDADE IMAGINADA”	117
7.6. A MILITÂNCIA	121
7.7. CONCLUSÃO: A CONSTRUÇÃO DAS TRAJETÓRIAS BIOGRÁFICAS	127

PARTE III: CONCLUSÃO

CAPÍTULO 8: CONCLUSÃO:.....	129
8.1. SIMILARIDADES E DIFERENÇAS	129
8.2. MILITÂNCIA: UM PROJETO PROCESSUAL	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	136

RESUMO

Parece haver um certo acordo entre alguns autores e entre os próprios militantes de que a “militância” está em crise nesse início de século, pelo menos no que se refere a um tipo de militante, o “militante abnegado” que dedica-se à atividade política 24 horas por dia. Diante dessa situação, analisei o processo de construção identitária de militantes em dois tipos diferentes de organizações: em um sindicato, instituição de caráter mais tradicional relacionada ao mundo do trabalho e em uma entidade do movimento negro, pertencente aos chamados “novos movimentos sociais”, por tratar de questões ligadas à formação de identidades. Foi possível observar que apesar das diferenças existentes nas formas de militância nos dois tipos de instituições, há também algumas similaridades. Os sujeitos não se tornam militantes por acaso, há uma série de fatores, desde a família, classe social, experiência de vida, contexto social entre outros que concorrem para essa escolha. Além disso, nos dois casos a militância se constitui em uma forma de reconhecimento que se torna uma opção de vida. O objetivo da pesquisa é analisar as permanências e mudanças na militância nas duas organizações, tentando perceber a que redes os militantes estão conectados, a partir de que valores e normas eles constroem suas semelhanças e em oposição a quem fabricam suas diferenças.

ABSTRACT

It seems there to be a certain agreement among some authors and among the own militants that the “militancy” is in crisis in this century beginning, at least in what it is referred to a militant type, the “self-denying” militant that is devoted to the political activity 24-7. Due to that situation, I have analyzed the process of identity construction of militants in two different types of organizations: an union, a traditional institution related to work rights and an entity of the black movement, which belongs to the called “new social movements”, for negotiating issues linked to the formation of identities. It was possible to observe that in spite of the existent differences in the militancy forms in the two types of institutions, there are also some similarities. The subjects don't become by chance militant, there is plenty factors, such as family, social class, life experience and social context. Besides, in the two cases the militancy is constituted in a recognition form that becomes a life option. The objective of the research is to analyze the permanence and changes in the militancy of the two organizations, trying to notice in which nets the militants are connected, starting from that values and norms they build its likeness and in opposition to who they manufacture their differences.

INTRODUÇÃO

Meu objetivo com este trabalho é analisar o processo de construção identitária de militantes em dois tipos diferentes de organizações localizadas em Florianópolis (SC): o Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte) - Regional de Florianópolis, instituição de caráter mais tradicional, relacionada à esfera do mundo do trabalho, e o Núcleo de Estudos Negros (NEN), que pode ser classificada como representante dos chamados “novos movimentos sociais”, pois tem como principal preocupação a defesa da identidade negra.

A intenção de fazer esta pesquisa é resultado de um processo bem anterior ao meu ingresso no curso de mestrado. As primeiras idéias surgiram quando trabalhei como bolsista no Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Em 1997, tive a oportunidade de participar, como assistente de várias entrevistas com lideranças de organizações de Florianópolis, acompanhando o pesquisador Jean Rossiaud¹. Nessa época comecei a me interessar pela militância política e pelas motivações daquelas pessoas que se dedicavam com tanta intensidade a determinadas causas, movimentos, partidos e sindicatos, entre outras organizações.

As entrevistas realizadas com Rossiaud tinham como objetivo mapear a participação das lideranças locais no processo de redemocratização do país. Apesar de haver um roteiro previamente estabelecido², ele não foi seguido à risca e os entrevistados falaram muito além do que estava anteriormente previsto. Segundo o planejamento inicial, as questões de identificação e da trajetória individual do entrevistado ocupariam mais ou menos 30 minutos, mas a maioria das pessoas discorreu sobre esses aspectos quase até o final das entrevistas. As perguntas que deveriam ser colocadas a partir da lógica do pesquisador foram incorporadas aos discursos dos militantes de acordo com sua lógica subjetiva e, segundo conclusão de Rossiaud, esse foi o melhor encaminhamento.

Foram os momentos nos quais os militantes recordaram seu passado e o recriaram durante a entrevista, empolgando-se sobre suas trajetórias de vida, que despertaram meu interesse em compreender melhor seu engajamento político.

¹ A pesquisa originou o livro de SCHERER-WARREN, Ilse; ROSSIAUD, Jean. *Democratização em Florianópolis: resgatando a memória dos movimentos sociais* (1999). Foram entrevistados dez dirigentes de organizações locais, representantes de diversos movimentos.

² Verificar páginas 25 e 26 do livro supracitado.

Devo explicitar que, apesar de pesquisar uma organização sindical e outra do movimento negro, meu objetivo não é realizar um estudo aprofundado desses dois tipos de organizações, mesmo que uma breve contextualização seja necessária, mas sim analisar os militantes que delas participam.

A primeira parte do trabalho consta dos fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa. No primeiro capítulo faço um breve relato sobre a militância nas organizações civis contemporâneas no Brasil e estabeleço algumas diferenças entre os chamados “novos movimentos sociais” e os movimentos de caráter mais tradicional.

No segundo capítulo, contextualizo a produção da pesquisa e explicito o quadro teórico utilizado. Os conceitos que deram sustentação teórica e empírica à pesquisa são o de figuração, a partir de Norbert Elias; o de campo e o de *habitus*, tomados de Pierre Bourdieu, e o de identidade, proveniente de diferentes matrizes teóricas como do interacionismo simbólico de Erving Goffman, da sociologia processual de Elias e da perspectiva pós-colonial de Stuart Hall, Hatryn Woodward e Tomaz Tadeu da Silva.

No capítulo seguinte, analiso os fundamentos metodológicos que guiaram o trabalho. Relato os problemas que enfrentei e justifico a escolha da observação participante e das entrevistas nesta investigação como técnicas complementares no desenvolvimento da pesquisa qualitativa.

Na segunda parte da dissertação, descrevo a realização da pesquisa. No capítulo 4: “Sinte: uma configuração”, faço a caracterização do Sinte. Primeiramente, relaciono seu surgimento dentro da constituição do “novo sindicalismo”, que nasce no Brasil com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), num momento histórico de retomada da organização da sociedade civil. Também elaboro um breve histórico da organização, além de descrever minha inserção na instituição e analisar a construção da identidade coletiva do Sinte Regional no interior do campo político.

No capítulo seguinte, relato o processo de escolha das entrevistadas, bem como apresento o resultado das entrevistas realizadas com cinco militantes do Sinte Regional de Florianópolis.

Em “NEN: outra configuração”, introduzo o tema do movimento negro e procuro contextualizar seu desenvolvimento no Brasil. Faço um breve histórico do Nen, desde seu surgimento, na década de 1980 e, ainda, apresento minha entrada em campo.

No capítulo 7, descrevo a escolha dos entrevistados e analiso as entrevistas realizadas com cinco integrantes dessa organização do movimento negro.

Na terceira e última parte, concluo a dissertação estabelecendo as principais diferenças e similaridades entre as duas organizações. No capítulo 8, aponto as semelhanças e diferenças entre as posições, opiniões e trajetórias dos militantes do Sintre e do Nen, bem como defino a militância como resultado de uma escolha processual.

PARTE I
FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

CAPÍTULO 1:
MILITÂNCIA POLÍTICA NAS ORGANIZAÇÕES
CONTEMPORÂNEAS

Para refletir sobre a militância dentro das organizações contemporâneas é necessário discutir as transformações na construção da identidade dos militantes verificadas ao longo do tempo. Parto do pressuposto de que os militantes que participavam das organizações, principalmente durante as décadas de 1960 e 1970, no Brasil, correspondiam a uma espécie de “tipo ideal”, designado como “militante abnegado”. Esse “tipo ideal” foi construído tanto a partir da literatura sobre militância política, que enfatiza características como a dedicação e a abnegação, quanto de manifestações relacionadas ao imaginário das pessoas. O “tipo ideal”, segundo Weber (apud. Bourdieu, 2000), é antes de tudo um “meio do conhecimento” (op. cit., p. 226) e não seu objetivo.

Obtém-se um tipo ideal ao acentuar unilateralmente um ou vários pontos de vista e ao encadear uma infinidade de fenômenos, dados isoladamente difusos e discretos, que podem ser encontrados em grande ou pequeno número e, em determinadas situações, inexistentes, organizados segundo os precedentes pontos de vista escolhidos, unilateralmente, para formar uma moldura de pensamento homogênea (op. cit., p. 225).

O trabalho do sociólogo, segundo Weber, será determinar “o quanto a realidade se aproxima ou se afasta dessa moldura ideal” (op. cit., p. 226) através do exame dos fatos históricos. O “tipo ideal” do “militante abnegado” é bem descrito por Emiliano José (1996), em artigo em que compara o militante - principalmente o de partidos de esquerda originados do modelo de partido centralizado leninista - a um “homem de aço”:

Determinado, capaz de tudo suportar, de não se incomodar com o sofrimento, de jogar todas as suas fichas no futuro, de se imolar em favor do porvir, de sufocar sua individualidade - seus gostos, seus

prazeres, seus amores, seu tempo livre, tudo - em nome de um coletivo construído teoricamente pelo partido (op. cit., p. 30).

De acordo com a interpretação de Hobsbawn (1995), se não fosse o partido de Lenin formado por quadros de “revolucionários profissionais” (op. cit., p. 79) seria impossível que a revolução russa tivesse se expandido em tão pouco tempo, cerca de 30 anos, por tantos lugares no mundo. Segundo o autor, não há como entender o século XX sem esses “soldados da revolução”, cuja “(...) fé e sua irrestrita lealdade ao quartel-general da revolução mundial em Moscou deram aos comunistas (...) a capacidade de ver-se (sociologicamente falando) como partes de uma igreja universal, não uma seita” (ibid.). O “tipo ideal” do “militante abnegado” possui uma versão internacional, conforme comprova Hobsbawn.

O modelo do partido leninista disseminou-se, como demonstra Hobsbawn, inclusive no Brasil. Não só a estrutura partidária como também esse tipo de militante, que o autor compara aos primeiros cristãos. Ainda hoje é possível observar essa forma de militância em algumas organizações como, por exemplo, certos partidos políticos, sindicatos e no Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra³ (MST).

Procurou compreender a construção de um fazer político que está alicerçado na forma como as pessoas se engajam nas organizações das quais participam. Esse “fazer” tem como uma de suas principais matrizes o marxismo ou, pelo menos, uma de suas expressões mais pragmáticas: o leninismo.

O marxismo influenciou não somente a formação de movimentos e organizações políticas brasileiras das décadas de 1960 e 1970 como também a teoria sociológica produzida, que concebia o real enquanto uma totalidade macroestrutural (Scherer-Warren, 1996). Essa concepção partia do pressuposto de que “há um sujeito privilegiado ao qual se atribui teleologicamente a missão da transformação histórica - a classe, determinada a partir de sua condição objetiva no processo produtivo” (op. cit., p. 15). Havia uma espécie de cumplicidade entre a teoria para a compreensão das organizações e movimentos políticos e aquela que sustentava a prática política dos atores sociais. Ou seja, o desejo dos militantes de uma transformação histórica liderada pela classe trabalhadora era compartilhado pelos acadêmicos marxistas, que muitas vezes também militavam em organizações. Essa postura pode ser observada até os dias de hoje, pois muitos estudiosos encontram-se engajados a organizações. E, muitas vezes, não fica claro se estão analisando o movimento e sua realidade envolvente ou suas próprias expectativas sobre seu alcance. Talvez essa “confusão” produza uma crença

³ Verificar tese de QUEIROZ, Tereza Correia da Nóbrega (1999).

excessivamente positiva no poder dos movimentos, reduzindo a capacidade de avaliação da real dimensão de suas potencialidades.

De acordo com a análise de Laclau (1991), os teóricos marxistas debatiam muito sobre a questão das classes, porém sempre partindo do pressuposto de que essa categoria era suficientemente óbvia e transparente. Em outras palavras, não era questionado o conceito de classes sociais, mas outras questões, como, por exemplo, se seriam as classes realmente os agentes das mudanças históricas, se a classe trabalhadora estaria em extinção etc. Esse tipo de análise pressupunha que a posição de um sujeito coletivo na estrutura do sistema capitalista seria uma das principais chaves para o entendimento dos conflitos sociais. Na conclusão Laclau postula que o conceito de classe social não é mais suficiente para explicar os conflitos contemporâneos.

Em parte da sociologia brasileira essa concepção marxista, que enfatizava a importância do papel das classes sociais como chave para o entendimento da sociedade começou a ser alterada em meados da década de 1970⁴. Nesse período foram introduzidas questões diferenciadas na análise da realidade social, como a ênfase na micro-estrutura e não somente na macro, a percepção de uma multiplicidade de fatores de análise, além do econômico, o deslocamento da atenção da sociedade política para a sociedade civil, e da luta de classes para os movimentos sociais.

De acordo com Doimo (1995), desde a década de 1970 até meados dos anos 1980 os discursos dos movimentos sociais e as análises sobre sua atuação são orientados pela idéia do “povo como sujeito”. Segundo a autora, a mudança de avaliação em relação ao papel político atribuído ao povo, que de “massa amorfa” transfigura-se em sujeito, foi determinada por dois fatores: a crise do marxismo clássico e a influência de Gramsci sobre parte da intelectualidade brasileira, provocando uma releitura do popular.

Esse “novo sujeito” organizava-se numa variedade de “práticas reivindicativas” (Doimo op. cit., p. 95), como nos movimentos contra a elevação do custo de vida, por acesso à moradia, contra o desemprego, por melhores condições de saúde e de transporte coletivo, entre outros. Parte da ideologia desses movimentos vinha da Igreja Católica, que teve papel decisivo na sua formação e manutenção. Com a Teologia da Libertação, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as pastorais, a Igreja literalmente engajou seus militantes na resolução das contradições sociais. É interessante ainda apontar um aspecto da militância desse período analisado por Doimo: houve uma intensa valorização do cotidiano e também

⁴ Conforme destaca SCHERER-WARREN, Ilse (1996).

uma espécie de “rejeição de todo o tipo de racionalidade organizativa” (idem, p. 87), inclusive a instrumentalidade de um partido político. A comunidade, por excelência o lugar do cotidiano e das relações interpessoais, passou a ser o novo espaço do conflito e da emancipação.

O processo é classificado por Telles (1987) como a “descoberta da sociedade como lugar da política” (op. cit., p. 62). Os autores deixam de analisar os sujeitos políticos apenas na relação classe-partido-Estado. Os partidos e sindicatos perdem o lugar de protagonistas políticos para os movimentos populares que ocorrem no bairro, no espaço social da moradia. Telles ressalta ainda que, com a ocorrência de estudos que não mais privilegiam a posição do sujeito dentro do processo de produção - como aqueles sobre as condições das mulheres, nos quais mostra-se que há diversas formas de pessoas diferentes vivenciarem uma mesma condição de classe -, houve abertura para uma discussão que questiona a noção unívoca de classe social. A autora afirma que a novidade dos movimentos populares também estava relacionada “com o reconhecimento da existência de sujeitos sociais que não se encaixavam na figuração tradicional e paradigmática da classe operária” (idem, p. 66) e que por isso era necessário investigar a singularidade dessa configuração. Conforme sua conclusão, para entender os movimentos populares daquele momento histórico o conceito de classe social parecia estreito demais.

É importante assinalar que, apesar da mudança na maneira de avaliar o papel do povo, que deixa de ser guiado por intelectuais ou por um partido político e passa a “sujeito ativo”, continuou-se priorizando analiticamente um só tipo de sujeito indiferenciado: o “sujeito popular”, as “classes populares”, o “povo como sujeito”, o “novo sujeito histórico”. Talvez seja possível afirmar, partindo de Laclau, que assim como a categoria “classe” - representando a posição do sujeito nas relações de produção não fornece a determinação absoluta da posição do sujeito em outros campos e não esclarece muito sobre quem é o sujeito coletivo “classe trabalhadora” - a categoria “sujeito popular”, mesmo rejeitando a perspectiva totalizadora da “classe” como o sujeito das transformações históricas, também não ajuda a esclarecer que sujeitos são esses. Santos (1995), ao referir-se às diferenças entre os novos movimentos sociais nos países centrais (parte da Europa e Estados Unidos) e na América Latina, também considera a “classe popular” como uma denominação pouco esclarecedora. As categorias “sujeito popular” ou “classe popular”, a exemplo da denominação “classe trabalhadora”, também são homogeneizadoras. Novamente é um único sujeito indiferenciado, o protagonista do cenário político.

Somente com o surgimento de movimentos centrados em questões identitárias, também denominados de “novos movimentos sociais”, que a problemática do sujeito passou a ser tratada de forma diferenciada na teoria sociológica. Esses movimentos, de acordo com Laclau (1986), tendem a criar e politizar espaços alternativos de lutas. Os “novos movimentos” que surgem na América Latina não se baseiam mais em um único modelo totalizante de sociedade, como ocorria anteriormente. Segundo Laclau, as organizações tradicionais, como sindicatos, partidos políticos e movimentos de trabalhadores eram definidas por meio da conjugação de três características: a identidade dos atores determinada por categorias relacionadas à estrutura social - camponeses, burgueses e trabalhadores -; o tipo de conflito definido por um paradigma evolucionário, ou seja, haveria um esquema teleológico e objetivo que guiaria as lutas (o socialismo); e, por fim, os espaços dos conflitos reduzidos a uma dimensão política fechada e unificada (representação de interesses, institucionalidade política). Os “novos movimentos sociais” romperam justamente com a unidade desses três aspectos. Em relação ao primeiro, a posição que o sujeito assume nas relações de produção não determina necessariamente suas demais posições. No que se refere ao segundo aspecto, não é mais possível determinar a realidade por meio de estágios que apareceriam em sucessivas fases do desenvolvimento da sociedade. Finalmente, o político é uma dimensão presente em toda prática social e não um espaço específico.

Diante das transformações que se operaram nos movimentos, na sociedade e na preocupação dos teóricos dos movimentos sociais desde a década de 1960, parece claro que ocorreram muitas mudanças no exercício da militância. Minha intenção é comparar os diferentes tipos de militância e as trajetórias dos militantes nas duas organizações. O objetivo é analisar as permanências e mudanças na militância, tentando perceber a que redes os militantes estão conectados, a partir de que valores e normas eles constroem suas semelhanças e em oposição a quem fabricam suas diferenças.

CAPÍTULO 2

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA PESQUISA

2.1. CONTEXTO POLÍTICO DE PRODUÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa está marcada por um momento político específico, que foram as eleições gerais no Brasil, realizadas em 2002, quando os eleitores votaram em candidatos a seis cargos de deputado estadual a presidente da República. Foi a maior eleição realizada até hoje no país, com a participação de mais de 115 milhões de eleitores. Esse fato influenciou significativamente a pesquisa. Durante todo o tempo de realização do trabalho de campo⁵, o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva, esteve à frente das pesquisas eleitorais. E a possibilidade de vitória de um candidato de esquerda mais comprometido com as lutas populares influenciou muito as atividades das organizações. É claro que essa influência não foi direta mas existiu. O Sinte Estadual⁶ é um sindicato filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), que manifestou em ofício enviado ao Sinte Regional (e a todos os sindicatos filiados) apoio à candidatura Lula. Porém, o Sinte Regional não pertence à mesma tendência política que o Sinte Estadual e considerou uma “sacanagem” a central sindical ter manifestado apoio somente ao Lula, sendo que conforme sua argumentação, José Maria de Almeida (Zé Maria), candidato à presidência da República pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), ao qual muitos membros da diretoria da Regional de Florianópolis são filiados, também representava o interesse dos trabalhadores. Além disso, o Sinte Regional de Florianópolis organizou uma assembléia junto com representantes da região sul de Santa Catarina, na qual os candidatos ao governo do Estado foram convidados a participar para que pudessem expor seus planos em relação à educação. Outro fato importante é que alguns professores que fazem parte da diretoria do Sinte Regional de Florianópolis foram candidatos pelo PSTU. Nesse sentido, as campanhas eleitorais mobilizaram pessoas, energias e debates em torno da questão.

No NEN houve um encontro estadual de avaliação do projeto de educação profissional, em que foram chamados os candidatos ao governo do Estado para que apresentassem suas

⁵Quando finalizei o trabalho de campo, ainda não havia ocorrido as eleições. Por esse motivo presenciei muito da expectativa dos militantes, mas não sua reação à vitória do candidato do PT, Lula, no segundo turno das eleições em 27 de outubro de 2002.

políticas em relação à população negra de Santa Catarina. Um dos presentes foi o vereador Márcio de Souza, ex-participante do NEN, candidato a deputado estadual e um dos entrevistados da pesquisa, que representou o candidato a governador pelo PT, José Fritsch. Havia uma outra candidata negra, Vanda Gomes, também disputando uma vaga à assembleia legislativa pelo mesmo partido, integrante do Movimento Negro Unificado (MNU) e que foi convidada a manifestar-se. Tanto da parte dos sindicatos como de organizações não-governamentais (ONGs) havia muita expectativa em relação aos novos governos federal e estadual. Isso pôde ser observado em outras atividades organizadas pelo NEN, como no 1º seminário estadual “Raça, gênero e racismo: uma questão de direitos humanos”, realizado de 8 a 9 de junho de 2002.

2.2. QUADRO DE INTERPRETAÇÃO

2.2.1. Concepções contemporâneas de identidade: Elias, Goffman e a perspectiva pós-colonial

Um dos pontos centrais deste trabalho é verificar como os militantes constroem suas identidades no interior das organizações das quais participam. Aqui é oportuno introduzir o referencial teórico que utilizo para pensar sobre identidade e conseqüentemente sobre as identidades militantes.

Para refletir sobre a questão da identidade é necessário verificar como alguns autores contemporâneos desenvolvem essa temática. Norbert Elias foi um dos sociólogos que analisou as relações entre indivíduo e sociedade. Elias, na interpretação de González (1996), questiona o conceito de indivíduo algumas vezes aceito na Sociologia, “que parece referir-se a um ser estático, *sin* história” (op. cit., p. 34). Para ele, a sociedade não pode ser entendida como um amontoado de indivíduos e tampouco o indivíduo pode ser compreendido enquanto uma contraposição entre o “eu” interior e o exterior, a sociedade. Assim como o indivíduo constrói a sociedade, essa também é construtora do indivíduo. Na concepção de Elias, não é possível pensarmos indivíduo e sociedade como duas esferas distintas. Só é possível pensá-los dentro de uma relação processual.

Elias afirma em “A sociedade dos indivíduos” (1994) que não faz sentido “conceber a pessoa, e portanto a nós mesmos, como um eu destituído de nós” (op. cit., p. 9). Para ele, a relação entre o indivíduo e a sociedade é singular e não pode ser comparada a nenhuma outra

⁶ O Sinte é um sindicato estadual, mas está organizado em 25 coordenadorias regionais em todo o estado. A

configuração existencial, pois somente no relacionamento com outros seres humanos “é que a criatura impulsiva e desamparada que vem ao mundo se transforma na pessoa psicologicamente desenvolvida que tem o caráter de um indivíduo e merece o nome de ser humano adulto” (idem, p. 27). É importante salientar do pensamento de Elias a idéia de que o indivíduo não pode ser analisado dentro de uma concepção estática, porque há um entrelaçamento constante entre os seres humanos que configura sua especificidade.

Outro ponto importante observado por Elias (1994) é que o processo de individualização a que as pessoas estão sujeitas durante seu desenvolvimento varia de acordo com cada sociedade. Ou seja, é específico de cada uma delas. Por esse motivo, o grau de individualização dos adultos em sociedades complexas é bem maior do que aquele adquirido em sociedades tradicionais: “O indivíduo sempre existe, no nível mais fundamental, na relação com os outros, e essa relação tem uma estrutura particular e é específica de sua sociedade” (op. cit., p. 31). Segundo o autor, será principalmente a partir do Renascimento que o indivíduo vai perceber-se como sujeito, como um ser separado e independente das outras pessoas e, por sua vez, essas outras pessoas como externas a ele, uma sociedade. E o que vai caracterizar o lugar do indivíduo em cada sociedade e sua margem de autonomia e decisão dependerá da estrutura e do contexto histórico da sociedade em que ele vive. Na interpretação do sociólogo alemão, independente do indivíduo estar envolvido em grandes ou pequenas questões, ele está preso a uma determinada distribuição de poder e a uma estrutura de dependência no interior do grupo em que interage.

Para Elias, saber como e por que os seres humanos ligam-se entre si, ou agrupam-se, é um dos problemas fundamentais da sociologia. De acordo com Coury (2001), Elias parte da hipótese de que os indivíduos são condicionados tanto pelas representações que constroem de si mesmos como por aquelas que os outros fazem deles. A partir dessa hipótese, ainda segundo Coury, é que o estudo dos grupos sociais se torna tão importante. É interessante aceitar também o convite feito por Elias para que analisemos os rituais, normas de conduta e comportamento dos indivíduos nos locais que freqüentam e nas suas interações cotidianas, permitindo que “nos aproximemos o mais possível do que eles são socialmente, do que percebem e do que os sensibiliza” (Coury, 2001, p. 129). A emergência de comportamentos diferenciados ou a inadequação de tipos de comportamento demonstra, muitas vezes, a transformação de uma estrutura social em uma nova configuração.

De acordo com Elias (1994), é possível analisar a mudança estrutural através dos agrupamentos sociais, partindo do princípio de que “as transformações da economia psíquica estão imbricadas nas da estrutura social” (op. cit., p. 128). Os indivíduos agrupam-se a partir de condições disponíveis numa determinada estrutura social e, dessa forma, garantem tanto a permanência de uma identidade como uma espécie de “distinção” no espaço social em que convivem. Seguindo a análise que Coury faz da obra elisiana, a emergência dos indivíduos como principal interesse das ciências sociais no Ocidente não faz com que desapareça o interesse pelos coletivos. Pois, para Elias: “A necessidade de autonomia [do indivíduo] caminha junto com a pertinência ao grupo social” (apud. Garrigou e Lacroix, 2001, p.131). O fato de o indivíduo pertencer a um determinado grupo garante a sua distinção social. Agrupando-se, o indivíduo busca a semelhança e, ao mesmo tempo, produz e reforça a diferença em relação a outros grupos. A análise de Elias permite pensar a identidade individual, conforme aponta González (1996), não como algo exclusivo e isolado, pois ela não existe sem uma correspondente identidade do “nós”. Elias chama a atenção para a mudança da posição dos indivíduos nas sociedades, demonstrando que a relação entre indivíduo e sociedade está constantemente transformando-se.

A identidade coletiva pode ser analisada a partir de diferentes identificações nos diversos planos sociais que estamos inseridos, desde aqueles mais estreitos, como a família, até os mais amplos, como a nação, o estado ou a própria humanidade. Em uma sociedade globalizada há necessidade de processos mais amplos de identificação, um incremento da subjetividade no qual o objeto de identificação torna-se cada vez mais abstrato, ou conforme González (1996), “aumenta el tamaño o el carácter abstracto de nosotros” (op. cit., p. 37). Porém, conforme conclusão do próprio Elias, não há exagero em afirmar que para grande parte das pessoas “a humanidade como referencial da identidade nós é uma área em branco em seus mapas afetivos” (Elias, 1994, p. 166). Podemos afirmar que paralelo a esse processo, há outros que se desenvolvem nos pequenos grupos e conferem identidades específicas aos seus participantes.

A utilização de um referencial teórico que tem como uma de suas bases as categorias da sociologia processual de Norbert Elias pode ser justificada pelo fato de o sociólogo dar pistas significativas sobre como estudar os sujeitos e suas relações nas diferentes configurações das quais participa. Elias pede que observemos as configurações sociais, pois elas modificam-se à medida que a estrutura social se transforma. O autor mostra que as trajetórias individuais estão marcadas por uma estrutura social mais ampla e não são

simplesmente resultado de opções arbitrárias. As pessoas estão ligadas por uma rede de interdependências e mesmo que tenhamos chegado a um momento em que predomina o “eu” em detrimento do “nós”, não devemos esquecer que esse “eu” só tem sentido quando relacionado ao “nós”.

Na sociologia contemporânea, outro autor que trabalhou o problema da identidade, através do estudo das interações face a face dos indivíduos nos grupos e nas instituições de que participam foi Erving Goffman. Assim como Elias, uma das principais preocupações de Goffman é quanto às relações sociais que ocorrem em distintas configurações: nos grupos, nas instituições, nas pequenas comunidades etc. Na sua análise, o processo de interação social ocorre através da representação. Em “A representação do eu na vida cotidiana” (1995) o autor desenvolve sua caracterização da interação social a partir de conceitos provenientes do teatro como representação, platéia, papéis etc. Para o sociólogo, os indivíduos estão num processo constante de “manipulação da impressão”. Ou seja, eles tentam controlar as impressões que os outros têm dele durante os processos interativos nos quais realizam suas representações. As pessoas desempenham diariamente vários “papéis sociais” dependendo do tipo de interação que estão vivenciando. Há atores bem empenhados em sua representação e que acreditam nela como a verdadeira realidade. Já outros atores não estão totalmente compenetrados em sua representação e tampouco preocupam-se com o que o público pensa sobre isso. Goffman classifica esses dois papéis extremos da seguinte forma: o primeiro como o “sincero” e o segundo como o “cínico”. Mas a maioria dos indivíduos, segundo o autor, preocupa-se em “fabricar uma impressão convincente” (Goffman apud. Tedesco, 1999).

É interessante observar que a análise de Goffman propõe que olhemos com mais cuidado as aparências. Ele sugere que devemos observar cuidadosamente os papéis que as pessoas representam diariamente nas diversas situações e posições que assumem. Dessa forma, é possível desnaturalizar os comportamentos:

Uma condição, uma posição ou um lugar social não são coisas materiais que são possuídas e, em seguida exibidas; são um modelo de conduta apropriada, coerente, adequada e bem articulada. Representando com facilidade ou falta de jeito, com consciência ou não, com malícia ou boa-fé, nem por isso deixa de ser algo que deve ser encenado e retratado e que precise ser realizado. (Goffman, 1995, p. 74).

Goffman chama a atenção para o fato de que as identidades são formadas em contextos relacionais, são múltiplas e dependem do reconhecimento dos outros atores sociais

(Mendes, 2000). No entanto, apesar de os processos de identificação dependerem sempre do contexto e da história, há “a necessidade de um sentimento individual de permanência identitária” (Mendes, op. cit., p. 505) que é construído narrativamente pelos indivíduos. Existe, conforme Goffman sugere na obra “Estigma”, a unicidade de uma linha biográfica para cada indivíduo e isso ocorre paralelo ao fato dos múltiplos “papéis” que possa assumir na vida. Independentemente do tipo de vida que cada indivíduo possa levar: “(...) ele é uma entidade sobre a qual se pode estruturar uma história - há um caderno a sua espera pronto para ser preenchido. Ele é, certamente um objeto para biografia.” (Goffman, 1988, p. 73).

A distinção conceitual que Goffman faz da identidade também é útil para minha análise. Ele divide o conceito em identidade social, pessoal e de ego. A identidade social refere-se aos diferentes “papéis” que um indivíduo pode assumir. Ou seja, as categorias sociais às quais pertence e está dividida em social real e virtual. A identidade social real é composta pelos atributos que os indivíduos possuem efetivamente e a virtual constitui-se das características que os outros imputam a eles. A pessoal é aquela estabelecida por marcas distintivas que pertencem a uma determinada pessoa, como o nome, a aparência etc. É ela que caracteriza a pessoa como diferente de todas as outras e, pode ser definida, como a combinação de itens da história de vida que são incorporados a um determinado indivíduo. A identidade de ego, segundo Mendes, é aquela sensação subjetiva que o sujeito tem de sua continuidade e singularidade. As identidades pessoal e de ego, apesar de se referirem à singularidade de cada um, não constituem um núcleo imperscrutável do indivíduo, independentemente de suas relações sociais. Apesar de Goffman separar para fins analíticos os vários tipos de identidade, ele considera que as pessoas as constroem através da sua participação no jogo social. Portanto, mesmo a identidade de ego é formada pela “pressão dos grupos a que o indivíduo pertence” (Mendes, 2000, p. 511). Em outras palavras, mesmo a subjetividade é construída socialmente. Sua proposta assemelha-se muito à visão de Elias, para quem também é impossível desvincular a identidade “eu” da identidade “nós”.

Uma das discussões mais recentes sobre identidade tem sido feita pelos teóricos vinculados à perspectiva pós-colonial, entre os quais um dos nomes mais significativos é Stuart Hall. O autor está também relacionado ao “movimento”⁷ ou “rede” dos “Estudos Culturais”, pois foi um dos diretores do Center for Contemporary Cultural Studies (CCCS) durante a década de 70, seu período mais fértil. É importante observar que o conceito de

⁷ Para maiores esclarecimentos consultar: SILVA, Tomaz Tadeu da (2000a).

identidade trabalhado por muitos desses autores e também por algumas autoras⁸ feministas, aproxima-se muitas vezes das conceituações de Elias e Goffman. Porém, parece que esses referenciais não são considerados e que uma das suas matrizes mais fortes vem do filósofo Jacques Derrida. Tais estudos trazem importantes contribuições para a reflexão sobre o tema, pois estabelecem muito claramente a importância das relações de poder na construção identitária, discutem o problema da essencialização e da mudança e, principalmente, avaliam que as identidades são construídas sempre em relação à diferença.

Hall (2000) considera o conceito de identidade crucial para o entendimento dos processos sociais contemporâneos. Essa idéia já aparece em Norbert Elias, em que o binômio indivíduo X sociedade, característico dos estudos sociológicos, só pode ser entendido se for superado por conceitos-sínteses que “apreendam os liames internos que os constituem como aspectos distintos de uma mesma realidade” (Elias apud. Queiroz, 1999, p. 57). Penso que o debate sobre identidade não está emergindo à toa e que as respostas para as interrogações podem ajudar a proporcionar um melhor entendimento do mundo social, inclusive sobre a militância política nesse início de século.

Segundo Hall (2000), a questão identitária atualmente encontra-se em ascensão porque as velhas identidades que até então permitiam uma certa estabilidade do mundo social encontram-se em crise, provocando o surgimento de novas identidades e a fragmentação do indivíduo moderno. O autor defende que esteja ocorrendo um processo de crise de identidade, pois “um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX” (op. cit., p. 9). Essas transformações, de acordo com autor, estão abalando identidades até então pensadas como estáveis, inclusive nossas próprias identidades pessoais, de sujeitos integrados. Como é possível observar, esse processo não é novo, pois uma das características das sociedades modernas é justamente a mudança social constante, que ultimamente vem se intensificando cada vez mais.

Na interpretação de Mercer (apud. Hall, 2000), a identidade só se torna uma questão importante quando está em crise, ou seja, quando algo que supostamente seria estável é tocado pela incerteza. A identidade militante em organizações tradicionais parece estar em crise e, por isso, tornou-se um problema. Alguns trabalhos que discutem esse fato foram escritos pelos próprios militantes e prevêm a morte do “militante abnegado”⁹. É significativa essa preocupação de parte dos militantes, principalmente daqueles que participam de

⁸ A discussão sobre identidade é muito freqüente entre as teóricas feministas. Há uma edição especial da revista *Debate Feminista* (2000), exclusivamente dedicada ao tema.

sindicatos e partidos políticos. No texto de Manfroi (1997) sobre o sujeito militante também há pistas sobre essa crise ao citar depoimentos de militantes da CUT, queixando-se da pouca solidariedade dos “companheiros” em relação às suas questões pessoais. Manfroi chama atenção para a necessidade de compreensão das motivações dos sujeitos militantes e do entendimento dessa crise.

Um dos fatores que possivelmente tenha contribuído para a manifestação mais aguda do problema foi a desestruturação material e simbólica do comunismo soviético. Muitos dirigentes de movimentos em Florianópolis¹⁰ constatarem que existe uma crise política e de mobilização. A queda do muro de Berlim, que simbolicamente representou o fim do comunismo, foi um duro golpe sofrido pela esquerda e por muitos movimentos do país, porque representou o fim ou pelo menos a incerteza em relação a um projeto político futuro, o socialismo.

O entendimento dessa situação relaciona-se diretamente ao processo de construção e manutenção de um determinado tipo de identidade militante, no caso do “militante abnegado”. As identidades dos militantes não podem ser pensadas como algo fixo e que não muda no decorrer do tempo. Nesse sentido, é importante a contribuição dos teóricos da pós-modernidade em relação à questão de que a identidade não pode ser entendida como centrada e estável. A identidade é processual, ou seja, é formada ao longo do tempo e não algo inato. Também é histórica, se transforma e está sempre em formação; constitui-se pelas relações de similaridades e diferenças com outros (grupos, pessoas, comunidades, culturas etc.) e não possui um significado estável. Ao contrário, como afirma Hall (2000), seguindo a interpretação de Derrida: “O significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado (pela diferença)” (op. cit., p. 41). Essa relação entre identidade e diferença parece ser útil para a análise da militância no sentido que leva a questionamentos de como é construída a diferença entre os militantes. Em relação a quem constroem sua diferença, quem são os outros para eles e a partir de que “marcas” constituem sua distinção identitária são questões a serem aprofundadas.

Woodward (2000) também trata da relação entre identidade e diferença. Em sua discussão sobre a classificação simbólica criada pelos indivíduos para definir “forasteiros” e moradores “locais”, a partir das análises de Mary Douglas e Levi-Strauss, afirma que a identidade do “forasteiro” só é produzida tendo como referência a identidade do “habitante

⁹ Verificar especialmente o nº 32 da revista *Teoria e Debate* (1996), dedicado especialmente ao tema. A revista é editada pela Fundação Perseu Abramo, vinculada ao PT.

¹⁰ Consultar entrevistas em SCHERER-WARREN, Ilse; ROSSIAUD, Jean (1999).

local”. Ou seja, uma identidade é produzida sempre em relação a uma outra. Prosseguindo com o exemplo utilizado pela autora, se o “forasteiro” tem uma identidade que não é a do “habitante local”, ela é construída diferentemente daquela do “habitante local”.

Se as identidades são produzidas em relação às outras, elas são construídas “relativamente ao que não são” (Woodward op. cit., p. 49). A diferença é produzida pela relação, muitas vezes negativamente. As culturas, grupos e pessoas marcam essas diferenças de alguma forma. É o que a autora denomina de “marcação da diferença”. São sistemas classificatórios pelos quais são estabelecidas fronteiras simbólicas entre as diferentes culturas. Esses sistemas são sempre construídos em torno de diferenças e da forma como essa diferença é marcada. O mesmo processo também é salientado por Goffman quando caracteriza a identidade pessoal. O autor cita que existe um conjunto de “marcas” que servem para diferenciar as pessoas umas das outras. A escolha das “marcas”, dos símbolos e dos signos com os quais as pessoas querem ser identificadas delimitam suas diferenças em relação às outras.

Silva (2000b) afirma que a identidade e a diferença encontram-se em uma relação de dependência e a maneira afirmativa pela qual são expressas as identidades muitas vezes esconde essa relação. A identidade é sempre afirmada positivamente. É aquilo que sou. Por exemplo: sou mulher, heterossexual, militante, brasileira etc. Parece, à primeira vista, que a identidade existe sozinha, é auto-suficiente, conforme demonstra Silva. Porém, essa positividade depende de declarações muitas vezes negativas sobre outras identidades. “Assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são inseparáveis” (op. cit., p. 75). Como já foi afirmado, a identidade não é inata. Tanto ela como a diferença devem ser ativamente fabricadas. Somos nós mesmos que as criamos, são produtos sociais e culturais, não são estáveis e imutáveis. De acordo com o autor, elas não são harmoniosamente definidas, pois fazem parte de relações sociais e estão sujeitas a relações de poder:

A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são nunca, inocentes (op. cit., p. 81).

O processo de produção da identidade e da diferença é denominado por Silva de “diferenciação”. Ele se reflete na forma de incluir/excluir (nós pertencemos, eles não), de demarcar fronteiras (nós e os outros), de classificar (conscientes/alienados, bons/maus etc.), de normalizar (nós somos normais e eles anormais). Ou seja, implica em um constante

movimento de demarcar fronteiras, de fazer distinções, de incluir e excluir e de classificar. O processo de classificação é, para Silva, central na vida social.

Ainda de acordo com o autor, a identidade é produzida a partir de dois movimentos: aquele que tende a estabilizá-la e fixá-la e o que tenta desestabilizá-la. A identidade portanto, apesar de não ser fixa e imutável, também não é infinitamente fluida. Possui uma forte tendência para fixar-se e há várias maneiras para que possa ocorrer isso, como os mitos fundadores em relação às identidades nacionais e os argumentos biológicos para caracterizar determinados grupos são alguns exemplos citados por Silva.

Biondi (2000), teórica feminista, também reconhece a necessidade de não avaliar a identidade como infinitamente fluida. A autora alerta para o fato de que o antiessencialismo muitas vezes ignora a “materialidade das relações sociais” (op. cit., p. 259) e as relações de poder que contribuem de forma significativa para a delimitação das identidades. O analista social deve perceber que as identidades são construídas relacional, processual e contextualmente para desconfiar das “ficções identitárias” de seus sujeitos de pesquisa. Porém, os grupos fabricam sua identidade e politicamente têm necessidade de fixá-la e transformá-la em atributos autênticos. Aqui é possível fazer um paralelo com Goffman quando se refere às representações dos “personagens” nas interações sociais. Alguns participantes podem acreditar piamente na ficção identitária que construíram para si mesmos e para os grupos dos quais fazem parte. Outros serão mais céticos a esse respeito. Mas, como conclui Biondi, “as ficções sobre a identidade são essenciais” (op. cit., p. 262) para os grupos sociais, porém o pesquisador deve saber como desconstruí-las.

Em relação às identidades dos militantes, um dos problemas que podemos verificar, segundo Scherer-Warren (1998), é entre o grau de autonomia individual e a submissão ao movimento ou à coletividade. Diante desse impasse, mais uma vez surge a necessidade de avaliar as identidades como parciais e múltiplas, dependentes das formas de identificação de sujeitos. De acordo com a autora, a partir das análises de Laclau e Mouffe:

(...) em razão desse caráter contingente e precário das identidades, não é possível pensar num agente social estruturalmente unificável. As posições de sujeitos se constroem nas relações sociais, nas formações discursivas e nas mobilizações políticas. Portanto, os movimentos são frutos de articulações que se referendam em identificações valorativas e ligações históricas, sempre contingentes e variáveis (op. cit., p. 22).

2.2.2. Campo, *habitus* e figuração – conceitos complementares

Os conceitos de campo e *habitus*, de Bourdieu (1989, 1994), juntamente com o de figuração proveniente de Norbert Elias (2001) também são úteis à análise. Nos próximos capítulos farei referência ao Sinte e ao NEN como duas figurações distintas. Gostaria agora de esclarecer esse conceito de figuração ou configuração, que conforme Chartier (2001) é fundamental na obra de Elias e pode ser assim definido:

“Figuration” é uma formação social, cujas dimensões podem ser muito variáveis (os jogadores de um cartado, a sociedade de um café, uma classe escolar, uma aldeia, uma cidade, uma nação), em que os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões (Elias apud. Chartier, 2001, p. 13).

O conceito de figuração é pertinente porque ao mesmo tempo que dá uma idéia de singularidade a uma determinada realidade, no meu caso um sindicato e uma entidade étnica, também remete à interdependência e ao sistema de relações no qual essa realidade está enredada. Elias coloca como questão central “(...) as redes de interdependência recíprocas que fazem com que cada ação individual dependa de toda uma série de outras, porém modificando, por sua vez, a própria imagem do jogo social” (op. cit., p.13). Analisando as diferentes figurações que formam o Sinte e o NEN, é possível observar esse jogo ao qual Elias faz referência. Não há possibilidade de entender o Sinte Regional fora do contexto do qual ele faz parte e da mesma forma o NEN. Os militantes, por sua vez, também estão inseridos nessa rede de interdependências que os liga a suas instituições e entre si mesmos. Além disso, figuração pode ser utilizado de forma complementar ao conceito de campo, pois em ambos os casos trata-se de um espaço construído socialmente, que possui determinado grau de autonomia, formado pelas relações sociais de poder que se estabelecem entre os agentes e, ao mesmo tempo, vinculado a outros campos e espaços. O campo é o *locus* social onde os agentes se posicionam e travam suas batalhas na aquisição e distribuição dos diversos tipos de capitais. No caso desta pesquisa, analiso o Sinte e o NEN como elementos formadores e produtores do campo político, mas que possuem suas configurações específicas. O *habitus* é o modo como os agentes atuam no campo, fazendo com que se mantenham entre eles interesses fundamentais que os ligam entre si e dando continuidade à existência do campo. O *habitus* atua também na configuração da identidade dos sujeitos participantes do campo.

Com o objetivo de analisar as permanências e as mudanças na identidade dos atores que fazem parte das ações coletivas contemporâneas, é importante ressaltar que, para Melucci, a participação em movimentos e, portanto, a construção dessa identidade “requer um certo grau de investimento emocional, no qual os indivíduos sintam-se eles próprios parte de uma unidade comum” (apud. Gohn, 1997, p. 159). É através desse processo de ação coletiva que os atores muitas vezes destituídos de vários tipos de capital - social, cultural e/ou econômico - vão ganhar novas identidades ou transformar aquelas que possuem.

No próximo capítulo tratarei especificamente dos fundamentos metodológicos da pesquisa. Nele justifico a escolha de técnicas da pesquisa qualitativa, a observação participante e a entrevista narrativa, na análise apresentada.

CAPÍTULO 3

FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

3.1. TRABALHO DE CAMPO: DUAS CONFIGURAÇÕES - O SINTE E O NEN

Realizei o trabalho de campo entre maio e setembro de 2002, sendo que depois ainda participei de alguns eventos esporádicos, porém menos sistematicamente. A pesquisa consistiu na realização de observação participante e entrevistas em duas organizações da cidade¹¹: o Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte) - Regional de Florianópolis e o Núcleo de Estudos Negros (NEN). Nesse período, fui com frequência às reuniões, assembleias, seminários, entre outras atividades organizadas pelo Sinte Regional de Florianópolis. Também compareci às atividades organizadas pelo NEN, como seminários, cursos e aulas inaugurais.

Procurei, inicialmente, entrar em contato com pessoas-chave de cada uma das organizações. No Sinte Regional a aproximação foi mais fácil, pois já havia participado de atividades do sindicato durante o tempo em que fui professora de sociologia¹², como a greve deflagrada pela categoria em 2000. Esse conhecimento anterior das pessoas do sindicato ajudou muito em meu trabalho, pois, na maioria das vezes era identificada como uma das “militantes”. Ou seja, eu era muito menos estranha e muito mais “do grupo”. Por meio da análise da minha relação com as militantes foi possível refletir sobre a relação delas com os outros militantes. Também me transformei num elemento em relação ao qual elas constroem seu processo de identificação.

No NEN, a “entrada” na instituição ocorreu de forma diferente e menos acessível. Apesar de eu já manter contatos anteriores com a entidade, principalmente com seu atual coordenador, João Carlos Nogueira, foi muito difícil conseguir falar com ele nos primeiros momentos da pesquisa, pois encontrava-se constantemente fora da cidade. O primeiro contato foi com Ivan Costa Lima¹³, o qual já conhecia anteriormente e sabia ser um dos fundadores da organização.

Não percebi de imediato o fato de as duas organizações terem um funcionamento interno bem diferenciado, além de não ter tomado consciência da minha própria condição

¹¹ A caracterização das organizações será feita nos próximos capítulos.

¹² Durante os anos de 1999 a 2000, lecionei no ensino médio em uma escola pública estadual de Florianópolis.

¹³ Ivan foi um dos entrevistados da pesquisa.

étnica de pesquisadora branca em relação à pesquisa no NEN. Conforme chama a atenção Hall (1990), sempre escrevemos e falamos de uma determinada posição, de uma cultura e de uma história específicas, portanto nosso enunciado é sempre localizado. Num primeiro momento ignorei minha posição de mulher branca fazendo pesquisa sobre militantes de uma organização do movimento negro. Não levei a minha condição em consideração quando escolhi pesquisar militantes negros. Nossas escolhas, portanto, por mais “racionais” que pareçam, também estão condicionadas por nossa posição e características, embora muitas vezes não tenhamos consciência disso. Considerei que uma pesquisadora estava à parte da questão racial e que poderia escolher aleatoriamente qualquer “objeto” sem nenhuma consequência imprevista. Observar, sugere Cardoso (1988), “é contar, descrever e situar os fatos únicos e os cotidianos, construindo cadeias de significação” (op. cit., p. 103). Mas não se pode perder de vista durante essa observação - desde o momento da escolha do objeto de pesquisa - as condições sociais de produção dos discursos, tanto dos pesquisados como do próprio pesquisador.

O NEN tem um funcionamento bem diferente do verificado no Sinte Regional. Sua estrutura física divide muito o espaço ocupado pelas pessoas. Há uma sala ampla onde funciona a biblioteca e outra sala onde ficam os “funcionários” (bolsistas). Nessa sala há um espaço maior com várias mesas para o secretário e demais funcionários e há divisórias internas que formam mais duas pequenas peças: numa funciona a coordenação e na outra o atendimento jurídico às vítimas de racismo. Portanto, o espaço físico do NEN não permitiu a mesma forma de observação que realizei no Sinte¹⁴. Além disso, só acompanhei atividades abertas ao público.

De acordo com Becker (1994), um dos principais problemas enfrentados pelos pesquisadores é conseguir se inserir nas organizações, comunidades ou grupos que desejam estudar, questão que não tem recebido a devida atenção na discussão metodológica. Para o autor, é necessária uma investigação mais séria sobre os casos em que o acesso não é conseguido ou é dificultado para que, acumulando narrativas sobre os sucessos e os fracassos obtidos pelos pesquisadores, possam ser feitas indicações para uma melhor compreensão do problema.

A pesquisa de campo que inclui observação participante e entrevistas, segundo Cicourel (1990), é aquela em que o pesquisador exerce um papel crucial para obter os dados.

¹⁴ O Sinte é composto por uma sala separada por uma divisória com porta. No espaço da entrada fica o computador, geralmente utilizado por um funcionário. No outro, localiza-se a sala de reuniões. A maioria das pessoas geralmente permanece a maior parte do tempo na sala de reuniões.

Por esse motivo é importante uma discussão sobre o processo de pesquisa nesse contexto. O autor propõe a definição de Schwartz e Schwartz (apud. Cicourel) para a observação participante:

Para nossos fins, definimos observação participante como um processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador está em relação face-a-face com os observados e, ao participar da vida deles no seu cenário natural, colhe dados. Assim o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este contexto (op. cit., p. 89).

Na pesquisa que utiliza observação participante, o modo como o pesquisador é visto e definido pelos pesquisados influi diretamente no desenvolvimento da investigação. Da mesma forma, a maneira como interage nos diversos ambientes e com diferentes sujeitos de pesquisa tem importância crucial no resultado. No meu caso, no Sinte fui considerada quase como uma “igual”. Quando possível ajudava nas atividades, participava das reuniões e minha opinião era solicitada. Conforme a experiência descrita por Foote-Whyte (1990) sobre seu trabalho em Cornerville, a avaliação da pessoa como boa (de boa índole) ou o contrário, influencia mais na aceitação do pesquisador do que o fato de os sujeitos da pesquisa entenderem perfeitamente seu significado. O objetivo do estudo deve ser explícito, mas o autor aponta que as pessoas muitas vezes não dão tanta importância à pesquisa quanto os pesquisadores. O fato de as militantes do Sinte me conhecerem e terem uma opinião sobre minha pessoa colaborou para eu ser considerada como alguém de confiança. Demonstrar amizade e interesse pelos sujeitos da pesquisa também ajuda no trabalho de campo. Não um interesse pragmático em função exclusivamente dos objetivos da pesquisa, mas um interesse construído no desenvolvimento do trabalho, período durante o qual se criam laços afetivos com determinadas pessoas.

No NEN, apesar de as condições da pesquisa terem sido bem diversas, minha participação em todas as atividades públicas e o fato de estar sempre em contato com a instituição para obter bibliografia ou qualquer outro tipo de informações, fez com que eu conhecesse todos que lá trabalham e conseguisse estabelecer uma relação mais informal com algumas pessoas.

Segundo Cicourel (1990), o tipo de participação pode variar desde a participação “passiva” até a mais “ativa”. Na observação “ativa”, o pesquisador realmente faz parte do grupo que está estudando, ao ponto de ser aceito como um dos membros (ou quase como um). O grau de “atividade” da minha participação deve ser relativizado para as duas organizações.

Enquanto no Sinte consegui interagir com as pessoas o tempo inteiro, no NEN essa interação não foi tão constante e, mesmo quando existia, eu era sempre considerada “a pesquisadora”, papel que no Sinte era às vezes esquecido ou desconsiderado. Nesse caso, havia uma maior necessidade de “vigília epistemológica”, visto que eu estava mais próxima e me identificava mais com esse objeto da pesquisa.

Ainda de acordo com o autor, “registrar informações e verificar pistas e palpites durante a observação participante intensiva é um trabalho duro e prolongado” (op. cit., p. 94). Meu trabalho de campo foi realizado em um curto espaço de tempo, levando-se em consideração a literatura especializada, que sugere um tempo prolongado de permanência no campo como forma de não se incorrer em interpretações enviesadas (Becker, 1994, p. 87). Em todas as visitas às instituições sempre levava meu caderno de campo, embora muitas vezes não pudesse utilizá-lo no momento da observação. Mas, assim que chegava em casa, esforçava-me para colocar o máximo de informações, tentando sempre resgatar se não a fala integral dos militantes, pelo menos parte dela, ou ainda, suas idéias principais. Cicourel retoma Schwartz e Schwartz, quando estes aconselham:

O que acontece no intervalo de tempo entre o incidente e o seu registro final é da maior importância. Na observação retrospectiva, o observador recria na sua imaginação, ou tenta recriar, o campo social em todas as suas dimensões, ao nível de percepções e sentimentos. Ele assume o papel de todas as outras pessoas que viveram aquela situação e tenta evocar em si mesmo os seus sentimentos e pensamentos no instante em que ocorria o incidente. Faz-se um tipo de reconstrução da apresentação do fenômeno tal como foi inicialmente registrado (...). Nessa reconstrução, pode-se manter os dados iniciais inalterados ou pode-se adicionar a eles ou ainda mudá-los, aspectos significativos do incidente, podem então surgir; e conexões entre o incidente e outros, antes não reconhecidos, podem também surgir (apud. Cicourel, op. cit., p. 94).

Becker (1994) argumenta que as representações que fazemos da realidade social, seja em um filme, em um romance ou em um estudo etnográfico são sempre parciais. Sempre temos que selecionar aquilo que vamos relatar. Para ele, “todos os meios, em qualquer de seus usos convencionais, deixam de lado muito, de fato a *maior parte*, da realidade. Mesmo os meios que parecem mais abrangentes que as palavras e os números obviamente abstratos que empregamos omitem praticamente tudo.”(op. cit., p. 141).

Apesar de seu caráter parcial, a observação participante propicia que se possa conhecer e tentar compreender aquilo que Geertz (1997) denomina de “saber local”. O autor, referindo-se ao trabalho do etnógrafo e à antropologia, assim considera esse tipo de conhecimento:

(...) a antropologia sempre teve um sentido muito aguçado de que aquilo que se vê depende do lugar em que foi visto, e das outras coisas que foram vistas ao mesmo tempo. Para um etnógrafo, remexendo na maquinaria de idéias passadas, as formas do saber são sempre e inevitavelmente locais, inseparáveis de seus instrumentos e seus invólucros (op. cit., p. 11).

Geertz faz referência às sociedades “exóticas” e distantes cultural e geograficamente do Ocidente. E, nesse sentido, o trabalho da antropologia e da sociologia diferem. Mesmo assim, o conhecimento substantivo de uma realidade específica e das construções do senso comum sobre a vida diária elaboradas por grupos, comunidades ou instituições é inevitável para a compreensão de qualquer ordem social. Ainda segundo Geertz, para podermos acompanhar um jogo de beisebol - no nosso caso talvez fosse mais produtiva a analogia com o futebol - temos que conhecer suas regras, os elementos que fazem parte do jogo, a posição dos jogadores etc. Sem esse conhecimento mínimo não há possibilidade alguma de entendimento. A compreensão desse “processo local” de atribuir significados, regras e posições às coisas e às pessoas também é necessária quando tentamos compreender um grupo: suas formas de expressão e identificação, a posição de seus integrantes e suas regras de funcionamento fazem parte desse “saber local”.

Elias (2001), nessa mesma direção, observa que sem o entendimento de uma sociedade a partir de duas perspectivas - “perspectivas-eles e perspectivas-nós” - (op. cit., p. 80), não é possível a compreensão de estruturas sociais ou figurações diferentes e distantes da nossa em tempo e espaço. Isso é o que o autor denomina de entender uma sociedade distinta em “seus próprios termos”. Dessa forma é possível compreender melhor inclusive nossa própria sociedade.

É essa sensibilidade para a compreensão das realidades em seus contextos específicos que é preciso desenvolver num trabalho de campo, com o objetivo de perceber mais claramente os significados e valores das ações humanas.

Através do contato quase diário com os sujeitos da pesquisa, pude compreender o que Geertz denomina de “saber local”: o conhecimento das formas de interação das pessoas e de como interpretam o mundo que as cerca. Sem esse convívio, jamais poderia ter entendido algumas das suas concepções, atitudes e posições políticas.

Não é preciso ir muito longe, segundo Magnani (1996), ao contrário do início da antropologia, que buscava o entendimento dos povos “primitivos” para encontrar o “exotismo”, “basta uma caminhada pelos grandes centros urbanos e logo se entra em contato

com uma imensa diversidade de personagens, comportamentos, crenças e valores (...)” (op. cit., p. 18). Participar das reuniões do Sinte ou das atividades do NEN, mergulhar nesse universo, é como entrar em uma sociedade exótica e desconhecida, com regras próprias de comportamento e linguagem. Apesar de já conhecer as organizações, só fui entendê-las melhor depois dessa participação cotidiana. Sei que esses grupos estão inseridos em uma realidade mais ampla e estão, de certa forma, submetidos a ela. Mas, no entanto, constroem para si uma realidade singular e conhecê-la em “seus próprios termos” é essencial. Por exemplo, em 2000 quando participei da greve e das manifestações do magistério local não entendia as palavras de ordem, as disputas entre as falas nas assembléias, o “ódio” que certas lideranças manifestavam por outras, que, afinal de contas, estavam no mesmo campo político de esquerda. Aos poucos os mistérios vão sendo desvendados, as posições se revelam, os adversários (inimigos) são nomeados.

Cicourel, Becker, Geertz, Elias e Magnani, apesar de suas especificidades teóricas e conceituais, compartilham a visão de que a realidade é construída pelo intenso processo de interação a que os sujeitos estão submetidos. A forma que sugerem para a análise desse processo é através da observação participante. Em outras palavras, interagir com os sujeitos da pesquisa a fim de revelar como são estabelecidas as relações entre eles e deles com a sociedade mais ampla, para dessa forma compreender como delineiam sua realidade social.

3.2. ENTREVISTA NARRATIVA E ANÁLISE TEMÁTICA

A outra parte do trabalho de campo foi composta por entrevistas. Para Jovchelovich e Bauer (2002) as entrevistas constituem uma maneira de contar histórias, pois por meio delas:

(...) as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma seqüência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social. Contar histórias implica estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal (op. cit., p. 91).

Ainda segundo esses autores, contar histórias em uma entrevista implica não somente no encadeamento de acontecimentos cronológicos, mas na “construção de um todo a partir de sucessivos acontecimentos, ou a configuração de um ‘enredo’” (idem p. 92). A partir dessa perspectiva, solicitei aos pesquisados que contassem sua história de vida, acentuando os aspectos relacionados à sua militância política. Cada uma deles, no entanto, construiu o

“enredo” da entrevista a sua maneira. Alguns demarcaram com maior clareza as datas importantes das suas vidas de militantes e preocuparam-se em demasia com os “acontecimentos indexados”¹⁵, outros, procuraram recuperar lembranças que os faça compreender melhor o porque de suas escolhas.

A idéia da entrevista “narrativa”¹⁶ é de reconstrução dos acontecimentos sociais a partir da perspectiva dos informantes. O conhecimento desse mundo construído pelas pessoas em suas interações diárias é de fundamental importância para o pesquisador. Essa compreensão detalhada do mundo da vida dos sujeitos da pesquisa é uma das principais condições para a realização da entrevista qualitativa, pois juntamente com a observação participante, serve para fornecer uma descrição detalhada de um determinado meio social.

Jovchelovitch e Bauer (2002) sugerem que em uma entrevista qualitativa a influência do entrevistador deve ser mínima e o ambiente preparado para proporcionar tal condição: com pouco barulho externo, sem interrupções etc. Os autores partem do pressuposto de que a perspectiva do informante é melhor revelada quando utiliza sua própria linguagem e não aquela imposta pelo pesquisador. Nesse sentido, eles aconselham que a entrevista “narrativa” se processe em quatro fases: a primeira é a iniciação, em que o entrevistador formula o tópico ou questão central. Na segunda, o entrevistado começa sua narração e não deve ser interrompido. A terceira é a fase de questionamento, na qual o entrevistador pode obter determinados esclarecimentos depois de o entrevistado ter finalizado seu discurso mais autônomo (quando menciona que já falou tudo, que não sabe mais o que falar etc). A quarta e última fase é aquela na qual após encerrada a gravação o entrevistado ainda tem espaço para uma conclusão. Os autores advertem que essas recomendações servem para guiar o entrevistador, constituem uma espécie de “procedimento ideal” que dificilmente poderá ser obtido, um padrão a ser atingido. Esse foi o procedimento que procurei seguir.

Após a realização das entrevistas, há o processo de análise, que é longo e complexo. Os autores recomendam uma seqüência de codificação que tentei empregar no exame do material coletado. É uma espécie de “redução do texto qualitativo” (op. cit., p. 107), em que passagens das entrevistas são reduzidas a algumas palavras-chave. O texto é disposto em três colunas: na primeira é colocada a transcrição completa da entrevista, na segunda faz-se uma condensação, apontando os temas mais importantes e, na terceira, selecionam-se as palavras-chave.

¹⁵ O conceito é proveniente da Etnometodologia e, segundo JOVCHELOVITCH; BAUER (2002), refere-se aqueles fatos que fazem referência a acontecimentos concretos em um determinado tempo e lugar.

¹⁶ A entrevista “narrativa” é uma técnica de coleta de dados criada e sistematizada por SCHÜTZE, Fritz.

Esse tipo de análise temática é produtivo por dois motivos. Em primeiro lugar porque proporciona que os dados ou temas possam ser observados pela frequência com que aparecem nas entrevistas. O segundo aspecto é que nesse processo há mais uma vez a necessidade de releitura das entrevistas e isso contribui para um mergulho no universo discursivo dos pesquisados. Gaskell (2002), apesar de não utilizar a denominação análise temática, afirma que deve-se procurar por “temas com conteúdo comum e pelas funções desses temas” (op. cit., p. 85). Além disso, o autor sugere “construir uma matriz com os objetivos e finalidades da pesquisa colocados como temas no título das colunas, e o que cada entrevistado (grupo) diz como se fossem as linhas” (idem). Na análise das entrevistas tentei unir a sugestão de Jovchelovicht e Bauer com a de Gaskell. Elaborei as três tabelas sugeridas pelos autores, depois construí uma outra tabela comparando o conteúdo dos temas mais recorrentes. Os temas foram selecionados a partir da leitura das entrevistas e não previamente.

PARTE II: A PESQUISA

CAPÍTULO 4

O SINTE: UMA CONFIGURAÇÃO

4.1. O “NOVO SINDICALISMO”

Antes de discorrer sobre a criação do Sinte em Santa Catarina, é oportuno retomar brevemente a história da formação das centrais sindicais no Brasil, após a ditadura militar. Pois, sem o entendimento da configuração do sindicalismo mais recente fica muito difícil entender as relações entre os partidos políticos e as centrais sindicais no país. Rodrigues (1991) afirma que no final dos anos 1970, quando acelera-se o processo de abertura política, novas lideranças sindicais começam a articular-se. Foram realizados na época muitos congressos, reuniões e ocorreram muitas dissidências até que fossem formadas as três principais centrais sindicais que existem hoje no país. Num primeiro momento, havia os chamados “sindicalistas autênticos”, grupo do qual fazia parte uma nova geração de dirigentes sindicais - Lula por exemplo - que eram “independentes”, e também outros sindicalistas com vinculações partidárias anteriores, principalmente com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Esse grupo opunha-se aos dirigentes dos sindicatos oficiais, controlados pelo Estado. Um dado importante nesse momento, para o qual Rodrigues chama atenção, foi a criação da Pastoral Operária, resultado do que o autor denomina “esquerdização” do comportamento da Igreja. Esse fato propiciou a aproximação do movimento sindical com os movimentos populares de bairros e influenciou a atuação em sindicatos dos trabalhadores ligados a grupos comunitários. É interessante ainda apontar, segundo Rodrigues, que não é comum na história sindical essa ligação entre militantes de movimentos sociais e sindicalistas. Isso ocorreu devido a atuação de “intelectuais militantes ligados à Igreja” (op. cit., p. 17), sendo Frei Beto um dos principais nomes.

É relevante citar essa forte influência da Igreja Católica progressista na reestruturação do sindicalismo no país, porque seu poder de penetração será demonstrado em outras áreas, como, por exemplo, nas pastorais da juventude, rurais, negra etc. A Igreja foi uma importante

matriz de formação de militância. Alguns entrevistados desta pesquisa iniciaram suas atividades políticas sob sua influência.

Nos muitos encontros do movimento sindical realizados a partir de final da década de 1970, surgiram duas constatações. Uma delas que havia a necessidade de construção de uma outra estrutura sindical, democrática e autônoma. A outra era a necessidade da formação de um partido político para as classes populares, o que mais tarde originou o PT.

Juntamente com a mobilização sindical que reuniu os “sindicalistas autênticos”, os movimentos populares e a ala esquerda da Igreja, houve também a tentativa de reunião de outras correntes sindicais, as “oposições sindicais” (op. cit., p. 24). A composição desse grupo era bastante heterogênea, reunia desde “facções obreiristas bastante radicais” (op. cit., p.29) até sindicalistas ligados à Igreja Católica através das pastorais operárias. Gradualmente os “oposicionistas” aproximaram-se dos “autênticos” - liderados por Lula - e afastaram-se de sua tendência original, a Unidade Sindical. Essa aproximação fortaleceu ainda mais o grupo que daria origem à CUT.

O início da década de 1980, ainda segundo Rodrigues, foi marcado “pela intensa movimentação das numerosas tendências que resultaram numa febre de reuniões de caráter regional e nacional” (op. cit., p.25). Paralelamente a essa movimentação no plano sindical, prosseguiram as articulações para a criação do novo partido, o PT. As propostas para sua formação vinham de três blocos principalmente: de sindicalistas ligados às oposições sindicais e à Igreja Católica, de grupos de esquerda mais radicais, com formação marxista, e dos sindicalistas ligados a Lula. Para Rodrigues, a formação do PT acentuou ainda mais as divergências que existiam no sindicalismo no Brasil. Pois os comunistas não concordavam com a idéia da criação de um novo partido que iria rivalizar com os partidos comunistas na condução do movimento trabalhista. Havia portanto quatro grandes tendências quando realizou-se a primeira Conferência da Classe Trabalhadora¹⁷ (Conclat), em agosto de 1981, onde estiveram presentes quase todas as tendências militantes do movimento sindical brasileiro:

- Unidade Sindical – formada por sindicalistas orientados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Eram contra a criação do PT e favoráveis a alianças com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Defensores da autonomia do sindicato em relação ao Estado.

- Sindicalistas “independentes”, também chamados de “autênticos” e mais tarde de “combativos”, esse bloco era formado por sindicalistas que haviam entrado em confronto direto com o Estado, desencadeando greves e posicionavam-se contra a política salarial do governo. Lula estava entre esses sindicalistas. Uma outra característica do grupo era que não possuía experiência política anterior. Essa tendência é também denominada de “novo sindicalismo.”
- “Oposições sindicais” – reunia aqueles militantes que faziam oposição às diretorias sindicais “pelegas.”
- Extrema esquerda – vários grupos de ativistas sindicais de pequenas organizações com orientação ideológica leninista.

Apesar de todas as divergências ocorridas no encontro, foi eleita uma Comissão Nacional Pró-CUT, que tinha como tarefa preparar o congresso do próximo ano. No entanto, devido aos conflitos no interior da comissão, não foi possível organizar o congresso em 1982. Isso ajudou a provocar uma cisão na Conclat, pois o bloco mais à esquerda pressionava para a realização do congresso, enquanto os sindicalistas da Unidade Sindical argumentavam que não havia condições para isso. Não houve consenso e, mesmo assim, o bloco dos “combativos” resolveu por sua conta convocar o congresso para 1983. Esse congresso se realizou sem a presença da Unidade Sindical e de outras tendências mais moderadas.

Dessa separação ocorrida na Conclat vão surgir duas centrais sindicais: a CUT, em agosto de 1983¹⁷, formada pelos sindicalistas “combativos”, os militantes das “oposições sindicais”, da esquerda ligada à Igreja Católica e os pequenos grupos com ideologia leninista ou trotskista, e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), onde ficaram os dois partidos comunistas, o MR-8, os sindicalistas com ligações com o PMDB e ainda outros dirigentes sindicais próximos do sindicalismo norte-americano. Como a composição da CGT ficou muito heterogênea, em 1988 os comunistas se retiraram da central e criaram uma outra, a Corrente Sindical Classista. A CGT ainda seria posteriormente dividida em duas, em função de uma dissidência, o que resultou na formação da Força Sindical, em 1991.

Rodrigues conclui o seu estudo afirmando que a reorganização do sindicalismo no Brasil foi um processo muito rápido e que a força do movimento foi prejudicada devido às rivalidades existentes no meio:

¹⁷ De acordo com RODRIGUES, “(...) a primeira grande conferência nacional da classe trabalhadora posterior a 1964” (op. cit., p. 27).

¹⁸ A CUT só pôde ser legalizada em 1988, com a promulgação da Constituição.

Ocorre que a reorganização do movimento sindical, notadamente os esforços em direção à formação de entidades nacionais, como as centrais, foram amplamente promovidos por correntes político-partidárias. Algumas delas existiam antes dos regimes militares (caso dos dois partidos comunistas, das organizações trotskistas, do trabalhismo e do nacionalismo populista, especialmente); outras tendências e organizações políticas haviam se formado no processo de luta contra os governos militares, como os movimentos de guerrilha; outras resultaram da atuação da Igreja e de entidades católicas; outras, ainda, formaram-se durante o processo de abertura, em larga medida como fruto da ação de algumas das tendências que acabamos de mencionar (...). Em outras palavras: a reorganização do sindicalismo não saiu do interior do próprio sindicalismo (...). (op. cit., p. 41).

Esse relato sobre a criação das centrais sindicais a partir de meados de 1980 é necessário porque a fragmentação e partidarização que o autor aponta como características do movimento se fazem presentes até hoje no meio sindical. E é praticamente impossível entender o amálgama sindical brasileiro sem compreendermos como os partidos políticos organizam suas forças dentro dos sindicatos. Ou seja, como se organizam as diversas tendências partidárias nos sindicatos. No caso específico desta pesquisa, trabalhei somente com a CUT. Nessa central há a presença de várias tendências ou forças, que por sua vez expressam as posições de partidos políticos. Algumas tendências têm expressão nacional, outras são mais regionalizadas e mesmo locais. As eleições para a Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo¹⁹ (Apeoesp) – filiada à CUT –, o sindicato dos professores em São Paulo, equivalente ao Sinte catarinense, esclarece muito bem essa fragmentação e esse jogo de forças. Seis chapas estavam na disputa pelo sindicato paulista, um dos maiores sindicatos de servidores públicos do país, com cerca 130 mil associados.

A questão das tendências que formaram o movimento sindical também existiu na formação do PT. Esse debate dentro do partido tornou-se mais forte a partir de 1986 e 1987, conforme esclarecem Gadotti e Pereira (1989). Há, inclusive a regulamentação da atuação dessas tendências no estatuto do partido. Elas podem ser definidas da seguinte forma:

¹⁹ Chapa 1 – Articulação Sindical (Artsind) e PCdoB, Chapa 2 – Oposição Alternativa (PSTU, Esquerda do PT e Independentes), Chapa 3 – Artnova (dissidência da Artsind), Chapa 4 – Ultra esquerda, Chapa 5 - O Trabalho (tendência do PT) e Chapa 6 – Partido da Causa Operária (PCO). É importante salientar que na Apeoesp há proporcionalidade na formação da diretoria, portanto, dependendo da representatividade de cada chapa ela participará da formação da diretoria. O percentual mínimo para compor a direção é de 10% e nesse caso, só foi atingido pelas três primeiras chapas citadas. A eleição para a Apeoesp movimentou a maioria dos sindicatos de Florianópolis e muitos deles enviaram militantes para ajudar suas respectivas tendências representadas nas diferentes chapas, inclusive o Sinte Regional.

São tendências não apenas setores ou grupos que vieram de posições políticas precedentes ao partido ou grupos que se formaram no próprio debate da construção do PT, como também as várias organizações da Igreja, com suas fontes próprias de recursos e fóruns de decisão, bem como a chamada ‘Articulação’, hoje tendência majoritária dentro do PT (Pont apud. Gadotti e Pereira, 1989, p. 144).

Tanto no PT quanto na CUT essa multiplicidade de tendências provoca muitos debates e até mesmo conflitos nos congressos e no convívio diário dentro do partido e da central. Isso não se torna problemático quando há efetivamente convivência entre as diferentes tendências e não apenas disputa. Mas, seguindo a argumentação de Rodrigues, esse processo fragmentou em demasia o movimento sindical brasileiro e talvez seja um dos muitos motivos da crise dos sindicatos nos últimos anos.

O entendimento desse jogo de forças é fundamental para a compreensão do sindicalismo no Brasil, e não somente do sindicalismo, mas da própria dinâmica da sociedade civil, visto que alguns movimentos também possuem relações com partidos políticos. Talvez a “impureza” que Fernando Calderon e Elizabeth Jelin (apud. Santos, 1995) captaram nos movimentos da América Latina não esteja só na mistura dos temas que defendem, mas se faça presente também na inserção dos partidos nos movimentos e sindicatos.

4.2. CRIAÇÃO DO SINTE

O Sinte formou-se nessa conjuntura do “novo sindicalismo”. Quando ainda denominava-se Associação dos Licenciados de Santa Catarina (Alisc), organizou sua primeira greve no ano de 1980, num momento de intensa efervescência política. Desde 1980 as greves foram uma forma constante, tanto de mobilização da categoria como de reivindicação de direitos. Seu primeiro congresso ocorreu em 1989, tendo a partir de então a periodicidade de três anos. O sindicato tem uma base de filiados de 18 mil trabalhadores em educação. Do total de trabalhadores em educação do Estado Santa Catarina, cerca de 67 mil a 68 mil²⁰, 5 mil são serventes e merendeiras, 20 mil estão aposentados, de 24 a 25 mil são efetivos e 18 mil atuam como Admitidos em Caráter Temporário (ACTs). O sindicato está subdividido em 25 Coordenadorias Regionais de Educação²¹ (CREs), a mesma divisão utilizada pela Secretaria da Educação. Além das regionais organiza-se também em núcleos municipais.

O sindicato foi criado em outubro de 1988, porém já existia como Alisc desde 1966. Só pôde ser transformado em sindicato naquele ano, pois a legislação anterior não permitia

²⁰ Dados obtidos no Sinte Estadual, confirmados pela presidente Marta Vanelli.

²¹ A Secretaria Estadual de Educação organiza suas regionais em 26 coordenadorias, porém o sindicato só possui 25 porque não conseguiu organizar-se em uma das regiões.

que os servidores públicos formassem sindicatos, situação modificada com a Constituição de 1988. Em 1985, ainda como Alisc, filou-se à CUT e, de acordo com Sousa (1996), depois de um processo muito conturbado. Segundo depoimentos da presidente do Sinte Estadual, Marta Vanelli (gestão 2001-2003), e de participantes do Sinte Regional, até hoje há pessoas na categoria que não aceitam a filiação do Sinte à CUT.

O Sinte Regional de Florianópolis não possui um informativo periódico regular para os filiados, pois o Sinte Estadual publica o “Jornal do Sinte”²², além de uma coluna semanal no jornal “A Notícia”. Em algumas ocasiões específicas publica um boletim ou algum outro tipo de documento. Durante o tempo da pesquisa foram publicados um boletim por ocasião de uma assembléia regional e um manifesto de oposição das regionais que se contrapõem ao Sinte Estadual.

Realizei a pesquisa no Sinte Regional de Florianópolis, mas entrevistei também a presidente do Sinte Estadual em sua segunda gestão, Marta Vanelli, para orientar as contraposições de posições entre o Sinte Regional e o Estadual.

4.3. OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Desde a primeira semana de maio de 2002 participei de praticamente todas as reuniões de diretoria que ocorrem sempre às segundas-feiras à tarde. Além dessas reuniões eu ia ao sindicato ou a outros locais sempre que havia alguma atividade extra, como seminários, reuniões com outras regionais, assembléias, visitas às escolas etc. O cotidiano do sindicato, quando não há nenhuma atividade mais ampla planejada, é ocupado pela resolução de problemas e processos burocráticos: demandas de professores e aposentados, requerimentos de aposentadorias, problemas com professores nas escolas, regularização de pagamentos, reconsideração de processos etc. Em cada reunião é feita a pauta e sempre há pelo menos três ou quatro participantes.

No início da pesquisa havia duas pessoas liberadas por 20 horas de suas atividades de ensino para atuar no sindicato, a coordenadora, Cristiane Fogaça²³, e Adriana Farias Pereira Alves²⁴. A diretoria é formada por 15 pessoas e mais 15 suplentes. Mas, geralmente, além das pessoas liberadas, só mais duas ou três diretoras participavam das reuniões, que duram cerca

²² É publicado um jornal por semestre, distribuído aos filiados. Além de edições temáticas especiais, com distribuição apenas para as escolas.

²³ Uma das militantes entrevistadas na pesquisa.

²⁴ Outra das militantes entrevistadas na pesquisa. Adriana mais tarde licenciou-se para candidatar-se à deputada estadual pelo PSTU, ficando só a Cristiane na coordenação.

de duas horas ou mais, dependendo do tipo de assunto para resolver ou discutir. Havia casos de atividades com professores ou outros trabalhadores da educação marcados no horários da reunião²⁵ e a mesma nesse caso era transferida.

Nos encontros eram tratados diversos temas, mas sempre existiam problemas burocráticos para serem resolvidos. Quando havia assembléia ou outro tipo de evento mais importante realizava-se o cronograma de visitas às escolas²⁶ e a preparação da pauta da assembléia. Além disso, discutia-se a realização de eventos com ou para outros sindicatos, ofícios ou correspondências para o Sinte Estadual, além de outras atividades, como a organização de um seminário para profissionais da educação contra a inserção do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)²⁷ e palestras nas escolas com o objetivo de preparação para o plebiscito que realizou-se de 1º a 7 de setembro de 2002. A análise da situação internacional e a compreensão da realidade do sindicato como diretamente dependente dessa conjuntura é consensual no Sinte Regional. Por esse motivo, despenderam muitos esforços no sentido de organizar esse plebiscito, que foi uma iniciativa de algumas organizações da sociedade civil brasileira, como sindicatos ligados à CUT, partidos de esquerda, juntamente com setores da Igreja Católica.

Foi principalmente durante as reuniões que tive mais proximidade com as militantes. Como chegava cedo, sobrava tempo para uma conversa mais informal. Nessas ocasiões, os assuntos mais discutidos eram sobre filhos, homens, alunos, problemas financeiros - a maioria das participantes com quem convivi tinha dificuldades de manter-se economicamente - dietas, porque uma das militantes estava participando de um programa de reeducação alimentar, e alguns programas de televisão. Nesse período de interação mais informal aconteciam muitas brincadeiras, algumas delas tinham como alvo o Sinte Estadual, a política do PT, Lula etc.

É importante salientar que o Sinte é um sindicato formado prioritariamente por mulheres. Cerca de 80% da categoria é formada por mulheres²⁸. No Sinte Regional portanto

²⁵ No dia 27 de maio houve reunião com os Centros de Educação Infantil (CEIs) de Florianópolis. Nesse período, houve um problema em relação à regularização do pagamento das merendeiras e auxiliares que o Sinte Regional estava tentando resolver e na ocasião havia sido chamada a Presidente do Sinte Estadual para conversar com as representantes dos CEIs.

²⁶ O Sinte Regional de Florianópolis atende aproximadamente 65 escolas cobrindo os municípios de Florianópolis, Biguaçu, Antônio Carlos e Governador Celso Ramos.

²⁷ A participação na organização do plebiscito contra a implantação da Área de Livre Comércio das Américas foi uma orientação do PSTU, do PT e da CUT. Porém, com o desenvolvimento do processo político pré-eleições no país, a CUT, o PT e o PSTU, entre outras organizações que participaram, divergiram sobre alguns pontos das questões a serem perguntadas no plebiscito. Isso provocou um certo afastamento da CUT e do PT da organização do plebiscito que ficou mais a cargo da Igreja, do PSTU e de sindicatos não ligados à “Articulação Sindical”.

²⁸ Dados obtidos a partir da pesquisa realizada em 1994 pela Perfil a pedido do Sinte Estadual e confirmados pela presidente do Sinte Estadual, Marta Vanelli.

isso não é diferente. Raras vezes registrou-se a participação de homens nas reuniões. É um sindicato com uma tradição de lideranças femininas.

Um dos pontos que merece destaque é que o Sinte Estadual tem como maioria em sua diretoria a tendência da “Articulação Sindical” (Artsind), majoritária na CUT. No Sinte Regional a tendência predominante é do Movimento por uma Tendência Socialista (MTS)²⁹ que tem influência predominante do PSTU, mas também congrega independentes - aqueles que não se vinculam a nenhuma tendência. Portanto, o Sinte Regional não comunga com as idéias do Sinte Estadual e penso que o contrário também ocorra. As duas tendências sempre apresentam propostas praticamente opostas nos congressos da CUT e do Sinte.

4.4. IDENTIDADE COLETIVA NO CAMPO POLÍTICO: SINTE REGIONAL X SINTE ESTADUAL

Para refletir sobre o universo político-sindical das militantes do Sinte Regional é importante assinalar que sua identidade é formada sempre em relação àquela estabelecida pelo Sinte Estadual. De acordo com Bourdieu (1989), o campo político deve ser entendido como um “campo de forças e como campo de lutas” (op. cit., p. 164) dentro do qual as diversas forças se embatem. O Sinte seria uma das pequenas figurações que se encontram no interior desse campo e só pode ser decifrado no mapeamento das minúsculas guerras diárias entre os militantes. Ainda conforme Bourdieu: “Os partidos, como as tendências no seio dos partidos só têm existência relacional e seria vão tentar definir o que eles são e o que eles professam independentemente daquilo que são e professam os seus concorrentes no seio do mesmo campo” (op. cit., p. 178).

Sem o conhecimento dessa “lógica das oposições internas”, que domina o funcionamento do campo político, é impossível entender como as militantes do Sinte constroem sua identidade de “militantes puras”³⁰ em oposição aos “militantes burocratas” do Sinte Estadual. Percebi desde as primeiras reuniões que havia um antagonismo muito forte do Sinte Regional com a direção estadual. Um dos primeiros encontros em que houve crítica à postura do Sinte Estadual aconteceu depois da solicitação para que a conta de telefone da Regional fosse discriminada. A coordenadora e uma outra diretora ficaram indignadas

²⁹ Essa tendência atua com maior representatividade no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em Santa Catarina existe como oposição à “Articulação” no Sinte e em alguns outros sindicatos.

³⁰ As militantes do Sinte Regional se referem àquelas do Sinte Estadual como: “as burocratas da Estadual” e se auto-definem como militantes que nunca traem a categoria, que estão sempre dispostas para a luta e que não têm interesses escusos por trás de suas intenções. Portanto, as classifico como “militantes puras”.

alegando que isso significava o cerceamento da liberdade e que o Sinte Estadual iria se apegar a essas “picuinhas” no Conselho³¹ para não organizar a categoria para a greve.

Para entendermos as tomadas de posições políticas, as palavras de ordem, os programas, intervenções e discursos existentes no campo político é preciso, segundo Bourdieu, conhecer o universo das tomadas de posição propostas que concorrem dentro do campo. Durante os meses em que pesquisei, presenciei diariamente o embate das militantes do Sinte Regional com a diretoria estadual. Essa polarização de posições fica explícita também nas assembléias: de um lado o Sinte Regional e seus aliados (outras regionais que também fazem oposição à “Articulação Sindical”); de outro, a “Articulação”. Para quem está de “fora”, ou seja, não participa do movimento, é quase impossível compreender os discursos nas assembléias, quem acusa quem, o porquê da apresentação de propostas diferenciadas ou de determinados temas. Aquilo que Bourdieu classifica como “cultura esotérica” (op. cit., p. 178):

(...) feita de problemas completamente estranhos ou inacessíveis ao comum, de conceitos e de discursos sem referente na experiência do cidadão comum e, sobretudo, talvez, de distinguos, de matizes, de subtilezas, de agudezas, que passam despercebidas aos olhos dos não-iniciados e que não têm outra razão de ser que não seja as relações de conflito ou de concorrência entre as diferentes organizações ou entre as “tendências” ou as “correntes” de uma mesma organização (...) (idem).

Há inúmeros exemplos dessa contraposição entre a Regional de Florianópolis e a direção Estadual, bem como desse “vocabulário esotérico”, das “indiretas” e críticas que um grupo faz ao outro e que só quem conhece bem o movimento pode entender. Nas assembléias as diferentes posições aparecem. Em uma assembléia regional que aconteceu no dia 4 de julho de 2002, vários diretores da Regional de Florianópolis, entre eles Joaneira de Oliveira³², fizeram muitas críticas aos governos do PT, indiretamente criticando a relação da direção Estadual do Sinte com o partido. Além disso, acrescentaram que a Estadual, por estar muito preocupada com a campanha eleitoral de 2002 para eleger Lula e seus próprios candidatos, acabou esquecendo a categoria. São ataques à posição da “Articulação” (tendência também dominante dentro do PT), que só podem ser compreendidos por quem conhece a estrutura sindical. Parte da categoria dos professores que só vai às assembléias esporadicamente não

³¹ O Conselho do Sinte Estadual é formado por cerca de 80 conselheiros. É eleito na mesma época das eleições gerais do sindicato e é composto pelos conselheiros natos: a diretoria executiva, os coordenadores regionais e municipais. Além disso, cada região tem o direito de eleger um conselheiro a cada 400 filiados. Caso a região não atinja esse número de filiações, mesmo assim elege um representante para o Conselho.

consegue perceber o motivo desses confrontos. Aqui pode-se observar o funcionamento do que Bourdieu (1996) denomina de “lógica das distinções”, uma espécie de jogo em que são feitas referências silenciosas aos adversários e se estabelece uma relação de cumplicidade “que exclui o profano, sempre condenado a deixar escapar o essencial (...)”. (op. cit., p. 185).

Assim como o Sinte Regional critica a direção Estadual, o contrário também é verdadeiro. Marta Vanelli (presidente do Sinte Estadual) afirmou, por exemplo, que a Regional de Florianópolis boicota algumas atividades ou correspondências do Sinte Estadual³³. Além disso, ela disse que a Regional de Florianópolis atua como um movimento que preocupa-se com greves e passeatas, mas que um sindicato tem outras atribuições para cumprir, como a formação, a organização e a comunicação com os filiados. Ainda segundo o depoimento de Marta, há uma diferença de concepção entre a Estadual e a Regional de Florianópolis.

Uma das maiores preocupações da Regional de Florianópolis é que para grande parte da categoria o Sinte é um só, representado pelas posições da Estadual. E por mais que a Regional queira e tente se diferenciar - explicando sua posição nas visitas às escolas e colocando-se contra a executiva Estadual nas assembléias - a base dos professores não faz essa distinção. A Regional acaba sendo confundida com a Estadual, em outras palavras, com as políticas da “Articulação Sindical”.

Ainda de acordo com a interpretação de Bourdieu, o que torna essa “cultura esotérica” mais inacessível não é tanto a utilização de uma linguagem complexa, mas justamente as complexas relações sociais que formam esse campo político.

(...) essa criação artificial das lutas de Cúria afigura-se menos inteligível do que desprovida de razão de ser aos que, não participando no jogo, “não vêem nele interesse” e não podem compreender que este ou aquele distingue entre duas palavras ou entre dois rodeios de frase de um discurso-jogo, de um programa, de uma plataforma, de uma moção ou resolução, dê lugar a tais debates, visto que não aderem ao princípio das oposições que suscitam os debates geradores desses distinguos (op. cit., p. 179).

Esse “princípio de oposições” define bem o jogo entre as tendências no interior do movimento sindical. No caso do Sinte Regional, conforme já mencionei, as militantes consideram-se mais “combativas” do que aquelas da Estadual. Nesse sentido, há a influência

³² Joaquina estava na diretoria do Sinte Regional na época da pesquisa, porém não participava da coordenação. Foi uma das militantes entrevistadas na pesquisa.

³³ Marta citou o exemplo específico de um panfleto feito pela Estadual - produzido antes do segundo turno das eleições para o governo do Estado em 2002 - que acusa o governo de Esperidião Amin de pagar o segundo pior piso salarial do país e que não teria sido distribuído às escolas pela Regional.

de um partido político, do qual algumas diretoras do Sinte Regional participam. Pois, como militantes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), comungam valores associados ao purismo, tanto partidário quanto do próprio sindicato, ao não fazer concessões, seja a determinada classe social como a burguesia seja ao Estado.

O PSTU foi fundado em 1994, a partir da ruptura da tendência Convergência Socialista (trotskista) com o PT. Segundo Gadotti e Pereira (1989), há muitos grupos dentro do PT que se “autodenominam trotskistas, por adotarem as idéias de Trotski (...). Estes grupos são filiados a diferentes facções ou grupos considerados como uma corrente ideológica e política internacional, a IV Internacional, que tentam reconstruir” (op. cit., p. 145). Esse foi o caso da Convergência Socialista, que rompeu com o PT e fundou o PSTU. O PSTU se considera um partido revolucionário e critica abertamente o que considera o reformismo da direção do PT. Essa crítica constante ao PT está presente em muitos documentos e materiais do partido: no programa de governo lançado para as eleições gerais de 2002, na página do partido na internet, no jornal “Opinião Socialista”³⁴, entre outras publicações. Assim como a identidade do grupo que dirige o Sinte Regional é construída fundamentalmente em oposição à Articulação, a identidade do PSTU é construída em oposição ao PT.

Antes mesmo de começar minha pesquisa de campo, já tinha informações de que algumas pessoas da diretoria do Sinte Regional faziam parte do PSTU. Por esse motivo, avaliei que somente a participação nas atividades do sindicato não seria suficiente para compreender as políticas defendidas. Achei oportuno nesse caso freqüentar algumas reuniões do partido. Depois de entrevistar Joantina de Oliveira e de solicitar a participação em algumas reuniões, consegui fazer parte de um núcleo, coordenado por ela. Pude então acompanhar de perto essa oposição do partido ao PT. Como estávamos em plena época de campanha eleitoral, a conjuntura política era sempre motivo de discussão. A aliança do PT com o Partido Liberal (PL) foi um dos fatos que demarcou ainda mais para o PSTU a guinada cada vez mais à direita do PT. Durante a visita do presidente do PSTU e candidato a presidente da República, Zé Maria, a Florianópolis, muitos militantes do PT, de algumas tendências contrárias à aliança com o PL, deram depoimentos inconformados com as decisões do partido.

O PSTU se contrapôs ao PT, nas eleições de 2002, por sua postura de não aceitar coligações e de manter intacta sua proposta de representar uma “alternativa revolucionária”³⁵.

³⁴ Jornal do PSTU editado em São Paulo, com periodicidade semanal. É uma das fontes de renda do partido e todo o militante tem obrigação de vendê-lo.

³⁵ <http://www.pstu.org.br>

Nesse sentido, pode ser definido, segundo a interpretação de Bourdieu, como a “eclesia pura”, ou seja, “o universo dos ‘puros’ e dos ‘puristas’, capazes de manifestar a sua excelência de virtuosos políticos no seu apego às tradições mais puras e mais radicais (‘a revolução permanente’, ‘a ditadura do proletariado’, etc.)” (op. cit., p.184). Para Bourdieu, esses tipos de partidos pagam seu “purismo” com a perda de poder e de eficácia política. Mas, é importante salientar uma contradição, apesar de o PSTU não acreditar na democracia burguesa, ele não se nega a fazer parte do jogo político. Participa das eleições como forma de aumentar a visibilidade e propiciar o crescimento do partido. Ainda segundo o autor, dentro do campo político a força das idéias de um determinado partido ou tendência não se mede pelo seu valor de verdade e sim “pela força de mobilização que elas encerram, quer dizer, pela força do grupo que as reconhece” (op. cit., p. 185). Esse processo de reconhecimento entre o grupo e os enunciados políticos do partido é que faz com que as promessas, projetos ou esperanças possam ser considerados possíveis e até mesmo “verdadeiros”:

(...) a palavra pela qual o porta-voz anuncia uma vontade, um projecto, uma esperança ou, muito simplesmente, um porvir a um grupo, faz o que ela diz na medida em que os destinatários se reconhecem nela, conferindo-lhe a força simbólica e material (em forma de votos e também de subvenções, de quotizações ou de força de trabalho ou de combate, etc.) que lhe permite realizar-se (Bourdieu, op. cit., p. 187).

Essa crença no discurso do partido é também obtida por força da disciplina. Não é possível comparar a disciplina dos militantes do PSTU com aquela dos “soldados da revolução” do partido bolchevique de Lenin. Porém, esse é o modelo adaptado pelos ativistas do PSTU. Ou seja, o de fazer um conjunto de militantes agir “como um só homem” (Bourdieu op. cit., p. 200). O princípio adotado é o do “centralismo democrático”. Antes dos congressos do PSTU podem formar-se tendências ou facções, mas depois de votadas e aprovadas as políticas e estratégias do partido todos devem implementá-las e os grupos têm que dissolver-se. Nas palavras de Joaninha: “Dentro a mais ampla democracia. Para fora, uma só idéia”.

O Sinte Regional acaba de certa forma adotando algumas políticas a partir da orientação do partido. Da mesma forma que acusam a direção Estadual de utilizar a “máquina” do sindicato para eleger os candidatos da “Articulação”, muitas vezes os integrantes da Regional também compartilham da mesma prática. Isso fica claro no momento em que as posições são explícitas e a Regional divide-se entre militantes do PSTU e independentes. Em duas reuniões da diretoria da Regional veio à tona a questão do

engajamento na campanha dos candidatos do PSTU durante as visitas do Sinte às escolas e houve uma polarização de opiniões: de um lado os independentes e, do outro, os filiados ao PSTU. Esse problema só manifestou-se de forma tão explícita devido ao período eleitoral, pois geralmente há acordo entre as duas posições. Portanto, além do conflito da Regional com a Estadual, há ainda um antagonismo dentro da Regional entre pessoas que não possuem a mesma posição política.

A interpretação de Norbert Elias (2000) aproxima-se da de Bourdieu no sentido de que o primeiro vê as identidades entre os grupos sempre formadas em relação de uns com os outros. Ele demonstra na pesquisa feita em conjunto com John L. Scottson sobre a comunidade de Winston Parva, na Inglaterra, que os grupos são interdependentes e que sua identidade, ou conforme prefere o autor, “identificação”, é construída sempre em relação e em distinção aos outros grupos. Apesar do estudo que realizei ter sido bem diferente e também com objetivo diverso, foi possível observar que o Sinte Regional está inserido num sistema de relações sociais (organizacionais, partidárias, institucionais, entre outras) e não pode ser entendido fora desse contexto, ou conforme Elias, fora de suas configurações específicas.

O estudo de Elias foi realizado em uma pequena comunidade e ele verificou como seus moradores, que habitavam o local há pelo menos três gerações – os estabelecidos – construíram um estigma e excluíram os novos moradores – os *outsiders*. O autor mostrou como o primeiro grupo colocava-se numa posição de superioridade em relação ao outro. O trabalho que desenvolvi é muito diferente, mas é possível relacioná-lo com o de Elias no sentido de verificar a correlação de forças entre grupos em determinada figuração social.

O Sinte Regional faz oposição ao Sinte Estadual, que por sua vez faz parte da corrente “Articulação Sindical”, dominante dentro da CUT. A tendência do MTS, da qual o Sinte Regional é simpatizante, tem organização nacional, mas pouca expressão em Santa Catarina, é minoritária dentro do movimento. Nesse sentido, a identidade coletiva do grupo que participa do Sinte Regional se dá fundamentalmente por oposição àquela do Sinte Estadual. Existe um consenso no Sinte Regional, e imagino que possa ser estendido para outros sindicatos e tendências, de que a “Articulação Sindical” representa um sindicalismo burocratizado, distante das bases, subserviente a partidos políticos, nesse caso específico o PT, e que se utiliza de manobras tão “traíçoeiras” e sem ética quanto a direita para alcançar seus objetivos.

Por outro lado, o grupo do Sinte Regional se autodefine como um sindicato combativo, que vai à luta, não manobra a categoria e, pelo contrário, quer mobilizá-la.

Defendeu a realização de assembléias, a ampla participação em atividades que manifestem o repúdio à dependência do Brasil em relação aos Estados Unidos e à ordem neoliberal, e que mostre também à categoria que sua realidade está relacionada a uma outra mais ampla. O grupo da Regional de Florianópolis não observa que também está vinculado à política partidária, característica que criticam na direção do Sinte Estadual.

Da mesma forma que os “estabelecidos” de Winston Parva atribuíam características negativas e ruins aos *outsiders*, o grupo do Sinte Regional também atribui ao “outro”, neste caso o Sinte Estadual, características ruins e a si próprio características boas. No caso da relação entre o Sinte Regional e o Sinte Estadual, o primeiro parece representar o lado mais fraco da relação, justamente por possuir menos poder dentro do movimento. Em diferentes figurações, desde que haja grupos em disputa de alguma coisa, seja dos cargos importantes da cidade, como no caso do estudo de Elias (2000), ou do poder dentro de um sindicato, há uma tendência para esse tipo de polarização: nós/bons, eles/maus: “(...) há sempre algum fato para provar que o próprio grupo é ‘bom’ e que o outro é ‘ruim’” (op. cit., p. 23).

Essa polarização demarca as fronteiras entre o “nós” (Sinte Regional) e o “eles” (Sinte Estadual). As orientações para as políticas que as várias tendências desenvolvem são diferentes. É nesse sentido que o partido é um elemento-chave, porque dependendo das orientações políticas de determinada tendência dentro do partido ou do próprio partido como um todo, se dará a postura dos militantes dentro de suas tendências nos sindicatos³⁶. Esse jogo entre tendência partidária e sindical não pode ser desconsiderado e a relação entre o Sinte Regional e o Estadual mostram sua validade. Os partidos e as tendências em seu interior têm orientações diferentes e isso vai se manifestar na posição dos militantes nos sindicatos. Como Joaquina de Oliveira afirmou em sua entrevista, o “independentismo” é uma ingenuidade e analisar os sindicatos como se fossem entidades totalmente autônomas sem relação mais intensa com os partidos é pouco esclarecedor.

É praticamente impossível para um “leigo” entender o funcionamento dos sindicatos no Brasil sem compreender como as forças políticas são formadas e como elas se dispõem dentro das centrais. Qualquer pessoa “de fora” que participar de uma assembléia de determinada categoria não vai entender quem se contrapõe a quem, por que determinada questão não foi aprovada, por que certos temas são relevantes em determinados momentos e

³⁶ A esse respeito verificar dissertação de mestrado em Sociologia Política de MESQUITA, Marcos Ribeiro. *Juventude e movimento estudantil: o “velho” e o “novo” na militância* (2001). O autor trata das tendências no interior do movimento estudantil.

em outros não. Para que possamos compreender como se dá essa composição das forças, é necessário entender como são formadas as tendências, conforme registrei neste capítulo.

No próximo capítulo explicitarei o processo de escolha das entrevistadas, para logo depois analisar seus depoimentos, relacionando as trajetórias de vida das militantes do Sinte Regional com a opção pela militância política e os temas que orientam suas narrativas.

CAPÍTULO 5

ENTREVISTAS COM MILITANTES DO SINTE

5.1. PROCESSO DE ESCOLHA DAS ENTREVISTADAS

Durante o tempo em que realizei a pesquisa de campo tive a oportunidade de entrevistar cinco militantes, todas mulheres. Conforme já afirmei, o Sinte é um sindicato formado prioritariamente por mulheres, alguns professores também participam do sindicato, mas não regularmente. Quatro das entrevistas foram realizadas na sede do Sinte Regional, e a outra foi feita na sede do PSTU. As entrevistadas não demonstraram resistência em conceder a entrevista. Pelo contrário, quando ainda estava selecionando as entrevistadas e perguntando sobre quem gostaria de conceder uma entrevista, algumas delas manifestaram o desejo de darem seu depoimento.

A seleção das entrevistadas ocorreu durante o processo de pesquisa, com exceção de duas delas. Como já tinha conhecimento prévio das militantes que participam do Sinte Regional, *a priori* escolhi Joaquina de Oliveira, por ser uma das principais lideranças do sindicato, já ter sido candidata várias vezes pelo PT e pelo PSTU e ter uma longa experiência como militante de diversas organizações. A outra foi Cristiane Fogaça, coordenadora do Sinte Regional durante o período da pesquisa. Atuava 20 horas semanais no sindicato, liberada de suas funções como professora. Foi a primeira pessoa com que entrei em contato e possui uma longa experiência como militante. Joaquina e Cristiane tornaram-se as principais informantes da pesquisa, a quem podia recorrer para confirmar dados ou checar informações. As demais entrevistadas foram escolhidas por terem uma participação atuante no sindicato.

As entrevistas duraram em média entre uma e duas horas, foram todas gravadas com a autorização das entrevistadas e transcritas integralmente.

As entrevistadas têm entre 33 e 42 anos de idade, duas delas começaram a militar muito cedo, ainda na adolescência, e as outras têm uma prática de militância mais recente. Um ponto comum entre elas, é que, apesar de algumas terem vindo de famílias de classe média e tenham tido boas condições materiais de vida enquanto moravam com seus pais, atualmente passam por privações financeiras em decorrência de seus baixos salários. Com exceção de Joaquina, as demais são separadas ou solteiras, tendo que sustentar seus filhos sozinhas.

Fiz as entrevistas nos locais mais convenientes para as entrevistadas, na maioria dos casos, a sede do sindicato. Apesar de escolher dias menos movimentados e de as pessoas presentes respeitarem o momento da entrevista, foi praticamente impossível realizá-las sem interrupções de terceiros.

As entrevistadas podem ser, num primeiro momento, classificadas em dois grupos, de acordo com a proposta de Goffman (1995): aquelas compenetradas em seu papel de militantes e aquelas não completamente compenetradas, ou de acordo com os papéis classificados pelo autor como o “sincero” e o “cínico”. Conforme Becker (1994), a maioria das pessoas encontradas em um processo de pesquisa terão um pouco de cada uma dessas características: às vezes são mais compenetradas, às vezes não. Mas, por meio da observação participante, foi possível compreender que algumas militantes tendem para um comportamento mais “sincero” e não duvidam por nenhum momento do seu papel, enquanto outras questionam essa opção de vida o tempo inteiro, não demonstrando total convicção.

Devido à existência de um processo de interação bem desenvolvido, parece-me que as entrevistadas não tiveram dificuldades, apesar de algumas terem demonstrado algum nervosismo, de narrarem suas histórias de vida. A relação de confiança que se estabeleceu com algumas entrevistadas ajudou no processo da entrevista e elas afirmaram terem contado fatos que nunca narraram a ninguém.

A dimensão de gênero da pesquisa evidenciou-se desde o primeiro momento. É um universo feminino, de mulheres descasadas, solteiras ou com companheiros, que fazem piadas sobre homens, conversam sobre filhos e problemas domésticos. Manifestam uma postura de vida bastante independente e autônoma em relação aos homens. Algumas são mães solteiras e separadas, as provedoras do lar. Seus filhos dependem só delas e elas têm que dar conta deles sem a ajuda de um marido. Apesar de o objetivo da pesquisa não ser a discussão do feminismo, pude verificar que a posição delas em relação às mulheres é influenciada pela do PSTU. Ou seja, de que as mulheres estão unidas pelo gênero e divididas pela classe³⁷.

Goldenberg (1997), num artigo que trata sobre mulheres militantes de diferentes épocas, afirma que as mais antigas que realizaram suas atividades políticas nas décadas de 1930 a 1960, geralmente eram introduzidas na militância por algum homem de considerável importância em suas vidas, como o pai, o marido, o amante etc. Essas mulheres, com raras exceções, ocupavam posições secundárias no interior das organizações de que participavam e

³⁷ Para maiores detalhes dessa visão consultar TOLEDO, Cecília: *Mulheres o gênero nos une, a classe nos divide* (2000). Livro preparado inicialmente para um curso sobre a origem da opressão da mulher, por recomendação da Secretaria das Mulheres do PSTU.

suas tarefas eram restritas a atividades menores, quase como uma extensão do mundo doméstico. Conforme Goldenberg, cabe “às mulheres, o suporte familiar e caseiro (o mundo doméstico) para que estes homens possam continuar realizando suas ‘nobres’ atividades políticas” (op. cit., p. 353). Essa tendência alterou-se com o decorrer do tempo. As novas militantes, segundo a autora, além de não entrarem na política sob a tutela masculina, têm por base um outro modelo de mulher e se “preocupam com questões individuais ou especificamente femininas antes consideradas pequeno-burguesas” (idem. p. 357). Não sei até que ponto esse novo modelo de mulher militante pode ser aplicado a organizações como os sindicatos brasileiros atuais. No caso do Sinte Regional, ainda predomina um tipo de militante que coloca a organização acima de tudo e que tem pouca preocupação com aspectos associados ao universo feminino tradicional, como o cuidado com a aparência, por exemplo. As militantes do Sinte não entraram no campo político sob influência de nenhum homem e geralmente são as únicas militantes da família.

De acordo com a análise de Goldenberg, as mulheres quando participam de organizações compostas majoritariamente por homens devem demonstrar maior competência, porque são muito mais cobradas, principalmente se ocuparem algum cargo de direção. No Sinte essa competição entre homens e mulheres não ocorre. Com exceção das primeiras diretorias, quando ainda era Alisc, a presidência do sindicato sempre foi ocupada por mulheres.

5.2. APRESENTAÇÃO DAS MILITANTES ENTREVISTADAS

Apresentarei a seguir o grupo de militantes entrevistadas no Sinte Regional. A ordem de apresentação corresponde àquela da realização das entrevistas:

- Joaquina de Oliveira Johnson é uma referência para todas as outras. Considerada como um modelo ideal de militância convidou e influenciou muitas vezes, indiretamente, por meio de suas *performances* nas assembleias, algumas militantes a participar do movimento sindical e do PSTU, partido do qual foi uma das fundadoras em Santa Catarina. Nasceu em São Joaquim (SC), mas ainda criança mudou-se para Tubarão (SC), onde morou até vir para Florianópolis. É professora de química, tem 42 anos, é casada e mãe de duas filhas. Apenas ela é casada, as demais entrevistadas são solteiras ou separadas.

- Cristiane Fogaça tem 33 anos, é solteira e professora do ensino fundamental. É natural de Tubarão, mas morou em outras cidades antes de mudar-se para Florianópolis. É coordenadora do Sinte Regional no mandato de 2001 a 2003.
- Adriana Farias Pereira Alves nasceu em São Paulo, separou-se há pouco tempo e não tem filhos. Veio para Florianópolis com o objetivo de estudar. Tem 34 anos e auxiliava Cristiane na coordenação do Sinte Regional. No entanto, por ser candidata a deputada estadual pelo PSTU, licenciou-se por três meses do sindicato.
- Rosane de Souza é natural de Florianópolis e sempre residiu na cidade. É separada, mãe de dois filhos e tem 42 anos de idade. Assim como Cristiane, também é professora do ensino fundamental. Foi candidata a vice-governadora pelo PSTU nas eleições de 2002.
- Iara Neves Machado é de Porto Alegre (RS), mas veio ainda criança para Florianópolis. Também tem 42 anos, é separada e tem dois filhos. Foi candidata a suplente de senador pelo PSTU em 2002. Leciona educação artística no ensino fundamental e médio.

5.3. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Durante a leitura das entrevistas e depois do processo de codificação anteriormente descrito, foi possível observar que alguns temas são recorrentes na maioria dos depoimentos. É a partir deles que estruturarei a análise do material, descrevendo comparativamente como cada uma das militantes posiciona-se em relação a esses assuntos. A maioria das militantes inicia sua narrativa a partir da origem familiar, regional e de classe social. E, mesmo que não começassem seus depoimentos por essa questão, ela invariavelmente aparecia, sendo um dos temas detectados na análise. Outro tema presente nas entrevistas é a relevância das questões sociais como motivação para a militância. Muitas militantes afirmam terem vivenciado períodos de crise existencial relacionados a sua opção de vida, momentos que também serão analisados. O reconhecimento da militante dentro da organização pelos seus pares varia de intensidade nos depoimentos das entrevistadas. Um outro ponto que aparece em todas as narrativas é a relação das militantes com o partido, o movimento ou o grupo ao qual pertencem. Aparecem também depoimentos que demonstram quais características são mais relevantes para uma “boa militante”, e que juntamente com outros traços formam sua identidade pessoal e coletiva. Por fim, outra questão presente em todos os depoimentos refere-

se ao não entendimento das militantes, no início de sua participação, sobre política, dos nomes importantes da esquerda e do funcionamento de um partido ou organização sindical.

5.3.1. As Origens Sociais das Militantes

Joaninha e Rosane tiveram uma infância difícil. Essa origem social é revivida pelas duas como uma espécie de fonte de prestígio. Para elas, o fato de terem sofrido vários tipos de privações e alcançarem uma condição melhor de vida³⁸ e um certo *status* por meio da militância política, prova o esforço que tiveram que realizar. Em vários momentos Joaninha sinaliza sua origem humilde, como no início da entrevista, quando narra sua experiência de trabalhadora numa fábrica de cerâmica ou quando se refere aos conflitos enfrentados durante sua vida:

Eu sou a filha mais velha, a única filha mulher de uma família de 5 filhos. Minha mãe era empregada doméstica a vida inteira e meu pai desempregado trocava cavalo, gado essas coisas. Mas nunca tinha uma renda fixa. Em Tubarão nós moramos a vida inteira em casa alugada, portanto sou de origem bastante proletária, assim do ponto de vista financeiro³⁹.

Para Joaninha, sua origem “proletária” equivale ao aspecto financeiro e não necessariamente a sua educação ou vida familiar. Mesmo assim, essa “origem” a capacita para o entendimento da situação da classe trabalhadora e dos pobres em geral. Experiência essa que nem todas as militantes analisadas puderam vivenciar. Essa origem pobre também é enfatizada por Rosane quando se refere aos pais:

Tu queres história de vida? Eu sou assim, filha de operários. Meu pai ele tem seis filhos comigo e ele foi sempre operário de fábrica até a nossa adolescência. Então pai e mãe operários. Só que meu pai, ele era simpatizante de partido comunista. E nós tínhamos (...) uma vida bastante difícil em relação a número de filhos e tal, a minha mãe não trabalhava mais na fábrica, porque ela era operária, então quando ela casou saiu para se dedicar à casa, aí ela fazia uns serviços extras para ajudar o pai, ela lavava para fora, fazia doce e tal e o que ela podia fazer.

Rosane é a única militante a afirmar que o pai influenciou seu comprometimento político, pois apesar de ele não ser vinculado a nenhum partido mais organicamente,

³⁸ Apesar de passarem por dificuldades financeiras, suas condições de vida hoje ainda são melhores do que àquelas da infância.

participou de manifestações e sempre teve uma postura crítica em relação à sua condição de classe.

Enquanto Joaninha e Rosane vêm de um passado com dificuldades, as outras três militantes analisadas não passaram por esse tipo de problema. Cristiane é de classe média, estudou em bons colégios e não parece ter enfrentado muitas dificuldades materiais durante a infância. Iara e Adriana também tiveram uma infância confortável. No entanto, a visão das duas sobre suas origens mais abastadas é divergente. Adriana, por exemplo, não conta muito sobre sua infância, fazendo apenas pequenos comentários:

Nasci em São Paulo, na capital, e vivi lá até os 21 anos. Sou a caçula, tem dois rapazes acima. Fui criada em uma redoma de vidro. Meu pai já no final da carreira dele de profissional ganhava bem, então eu tive algumas regalias. Comprou o apartamento que eu morava aqui em Florianópolis, comprou um carro para mim, me deu uma viagem para a Europa com a minha mãe.

Enquanto Joana e Rosane transformam sua origem “proletária” em uma espécie de fonte de prestígio. Adriana, ao contrário, prefere não tocar com maior profundidade no assunto, pois parece que sua origem “abastada” a torna menos qualificada que as outras para a militância no partido e no sindicato.

Já Iara fala da infância com carinho e nostalgia e é possível perceber que essa foi uma das melhores fases de sua vida. Apesar de também ter tido uma vida restrita à família, considera a dedicação dos pais à família um fato positivo:

Toda a minha infância foi maravilhosa, porque eu tive o meu pai mesmo tendo esse autoritarismo, parte da personalidade dele. Ele viveu para a família. Então nós somos em quatro. São dois casais. Um atrás do outro, diferença de um ano cada um. (...). Nós nunca brigamos, os irmãos, o pai jamais permitiu que um falasse mal do outro, não podia nem xingar, nada, assim sabe? Era, então isso assim (...), mostrar sempre o teu melhor perfil para o teu irmão, ele que é teu companheiro. Que fica no teu dia-a-dia, tu tem que tratar muito bem, então nunca teve briga, até hoje!

Em vários momentos da entrevista, Iara manifesta seu apego à infância, aquele momento em sua história de vida onde as relações familiares eram harmoniosas, com os pais sempre presentes.

As figuras maternas e paternas são muito importantes na narração de todas as entrevistadas, sejam em referências positivas ou negativas. Cristiane, Adriana e Iara

³⁹ Foram realizadas algumas correções gramaticais nos trechos citados das entrevistas no sentido de permitir uma melhor qualidade de leitura, porém seus conteúdos não foram alterados.

classificam seus pais como autoritários e não muito responsáveis pela educação dos filhos e as mães como figuras centrais do espaço doméstico, aquelas que determinam através de um poder sutil. Conforme Cristiane

Porque a minha mãe sempre mandou lá em casa A minha mãe é uma pessoa assim mais calma, serena, tranqüila, que tu podes imaginar. Meu pai é aquele cara tímido, é fechadão, fala alto, assim. Então tu achas, mas não, a mãe com aquele jeitinho, sempre ela que decidiu tudo.

Rosane não fala muito sobre a mãe, talvez porque ela já tenha falecido e seja um assunto que não queira relembrar. Sua principal referência é o pai. Para Adriana, tanto o pai quanto a mãe não são considerados referenciais para sua opção pela militância política. Em determinado momento da entrevista ela afirma que até hoje não consegue enfrentar seus pais:

É uma coisa assim, que me deixa muito em crise, me enche muito o saco, então eu procuro não me incomodar. Eu já não conto as coisas para eles só para não me encherem o saco, mas eles sabem ser chatos comigo, porque eles realmente pegam no pé e ficam te torrando o saco. Eu tinha um namoradinho aqui e resolvi vir embora. Mas era uma vontade de anos já, de querer ir embora de casa, de muitos anos, que eu queria sair fora. E aí eu peguei e vim, a minha mãe ficou com medo, porque meus pais são muito preconceituosos (...).

Apesar de terem origens familiares, sociais e regionais diversas, essas mulheres ao fazerem parte de um mesmo grupo compartilham de uma “definição comum de realidade”, conforme os termos de Schütz e empregados por Velho (1999a). Dentro do sindicato elas operam a partir de uma “mesma província de significado” (Velho op. cit., p. 17) que as faz identificarem-se apesar da variação individual que possam apresentar.

5.3.2. O Papel de Mãe

Um ponto central que aparece nas entrevistas de duas militantes que são mães é o fato de em seus depoimentos afirmarem que os filhos estão em primeiro plano em suas vidas. O modelo social de mãe que ainda predomina na sociedade brasileira é aquele da mãe presente, educadora e dedicada. Portanto, essas duas militantes corroboram esse modelo e sentem-se culpadas por não poderem dar mais atenção aos filhos. Esse não é um problema exclusivo de militantes, mas das mulheres em geral, como as profissionais que têm que se dedicar muito ao trabalho. De acordo com a pesquisa de Junqueira (1997) sobre a carreira de juíza e os

conflitos que ocorrem no espaço doméstico, as magistradas vivenciam inúmeros problemas para conciliar as funções de mãe com as de profissional e muitas vezes sentem-se culpadas por não poderem dar aos filhos a atenção desejada, tendo que deixá-los com empregadas ou avós. Conforme depoimento de Iara:

O que eu achei bom, que é aquela parte da mãe presente, que é muito bom poder contar com ela, e ficar, gostar de fazer aqueles programas infantis, de tu ir para o chão brincar com a criança. Levar também, para eles conhecerem onde que tu está militando em atos assim, normalmente se leva os pequeninhos e tal. Essa parte sempre eu tento fazer também igual. Botar os meus filhos, eles estão em primeiro plano! Não existe para mim uma coisa mais importante do que isso. Militância, revolução, qualquer atividade, qualquer tarefa partidária, ela vai estar sempre interligada com o lado de mãe, e vai pesar mais sempre. Então por isso que acho que eu não sou uma política assim de primeiro “round” (entre risos) é porque eu condiciono. Esse é o condicionante. Primeiro a família, depois a militância, até o trabalho fica em segundo plano, a militância está em terceiro então, porque se eu tenho filho doente eu não vou trabalhar (...). Primeiro eu vou resolver essa parada. Levar no médico, quando estiver fora de perigo, daí é que eu vou fazer as outras coisas.

Rosane ao se referir à cobrança de um companheiro que teve após seu primeiro casamento, assim se expressa:

Aí eu fui obrigada a abrir o jogo com ele, e falar que eu tenho uma lista de prioridades na minha vida e nessa altura eu não quero essa história de amor (...). Eu queria um companheiro, mas (...) e é isso que eu acho mesmo. É essa lista de prioridades que eu tenho nessa ordem assim ó: - prioridade número 1, filhos, filhos em primeiro lugar! Nada de partido, nem de sindicato! O filhos em primeiro lugar. Eu, porque tem que cuidar da gente, da minha profissão. Eu, meu emprego. Aí no caso, filhos, família, irmãos, pai, coloco isso também como prioridade e partido, sindicato. Aí em último lugar, um companheiro, aí eu falei, deixei claro, nessa lista de prioridades, um companheiro é a última coisa que eu tô ligando entendesse?

Joaninha destoa dessa posição e apesar de ter vivido algumas crises em função de muitas gestações interrompidas e de desejar muito ser mãe, tem uma outra visão da maternidade, não relacionada àquela da mãe inteiramente presente. Ela não manifesta culpa por muitas vezes não poder estar com suas filhas, pois sente que as recompensa pelo seu exemplo de vida:

Então significa que se eu deixei de estar com elas por muitos e muitos momentos, mas eu estava a serviço dessa bandeira. E isso, claro como crianças, de uma forma ou de outra eu quero que elas tenham

como resposta de quem é a mãe delas. Então para mim se eu morrer amanhã e entre as minhas filhas dizer assim: a minha mãe não deixou nenhuma casa para nós, mas se alguém perguntar para elas, a tua mãe era o quê? Ah! a minha mãe ia à reunião, a minha mãe estava lutando. Eu vou morrer satisfeita em saber que elas aprenderam isso, que eu morri lutando.

A figura da mãe é central para a maioria das entrevistadas tanto como um modelo a ser seguido como um papel a ser cumprido. Além disso, o fato de duas delas serem separadas e com filhos as transformam nas únicas referências para eles. Avelar (2001) revela em pesquisa sobre a presença das mulheres na elite política brasileira que uma das explicações mais recorrentes para a pequena participação das mulheres está relacionada às estruturas familiares e à vida pessoal. Pelo que pude observar nesta pesquisa o fato de terem filhos e de os educarem sozinhas dificulta muito a participação de algumas militantes nas atividades do sindicato e do partido.

5.3.3. O Começo da Militância

Durante a gravação de uma programa eleitoral do PSTU para as eleições de 2002, Joaquina tentando maquiarse, disse que um tio havia comentado como uma pessoa com o nome de Joaquina pode ser de um partido de esquerda, revolucionário. A observação é oportuna pois Joaquina (ela foi registrada com o nome no diminutivo) lembra mais o nome de uma santa do que de uma liderança política. Apesar de hoje a Igreja não ser mais sua referência, foi nela que começou sua militância, ainda adolescente.

A primeira militância orgânica de ter grupos mesmo foi com a Igreja, fui catequista durante 10 anos, catequese alternativa na linha da Teologia da Libertação, trabalhava com eles, em Tubarão. (...) Tinha claro que havia uma diferença na sociedade, sempre desde a adolescência, mas não tinha teorizado isso. Sabia que tinha pobre e rico, mas nunca porque que isso existia. Os grupos de jovens foi a época que a gente reunia muita gente, em Tubarão a gente reunia cerca de 5 mil jovens lá da paróquia, eu fui da assessoria. Primeiro era do grupo de jovens da paróquia de Humaitá, depois eu era do Centro de Assessoria da Juventude de toda a paróquia de Tubarão.

A Igreja Católica funcionou como matriz ou escola para muitos militantes. Em relação às minhas entrevistadas somente Joaquina teve essa influência e prática de militância

religiosa, mas muitas pessoas que têm papel destacado na política regional e nacional⁴⁰, principalmente aquelas ligadas a partidos de esquerda, tiveram suas origens na Igreja.

Eder Sader (1988) utiliza a categoria de matrizes discursivas que, segundo o autor, ajudaram a formar os discursos dos sujeitos que participaram de movimentos e organizações no Brasil a partir da década de 1970. Essas matrizes devem ser entendidas “(...) como modos de abordagem da realidade, que implicam diversas atribuições de significado. Implicam também, em decorrência, o uso de determinadas categorias de nomeação e interpretação das situações, dos temas, dos atores como na referência a determinados valores e objetivos (...)” (op. cit., p 143). O autor identifica três matrizes ou “agências produtoras” de discursos: a matriz da Igreja Católica progressista, a matriz marxista e a matriz do “novo sindicalismo”. Sader realizou sua pesquisa na Grande São Paulo, mas a influência dessas matrizes pode ser estendida para grande parte do país⁴¹.

Joaninha iniciou sua vida de militante influenciada pelo discurso de libertação, proveniente da matriz da Igreja Católica progressista e trabalhou prioritariamente com jovens. Só depois de algum tempo militando na Igreja ela vai encontrar o PT e filiar-se:

Nesse período que eu entro no PT, eu rompo com a Igreja. E a origem da ruptura foi que a gente começou a questionar bastante a relação de poder e todos os conceitos e preconceitos que tem a Igreja, desde o padre não casar, daí o padre tinha amante e todos nós sabíamos, porque vivíamos dentro da Igreja. Isso foi um pouco antes, foi antes de 82, não me lembro o ano exato (...). Mas a gente fez uma peça de teatro no dia internacional da mulher, o grupo de jovens fez. Daí tinha a mulher negra, a mulher separada, a mulher mãe solteira, a mãe índia, todas as mulheres, retratando todas elas, e eu fiz a mulher prostituta na peça. A gente fazia muito teatro, muito, muito! (...). Na hora da peça era realmente de um caráter verdadeiro, metade da Igreja saiu durante a peça, putos porque como é que poderiam estar apresentando aquilo na peça. (...). E a gente foi praticamente expulso, aquele grupo de jovens foi expulso por ter feito aquela peça, então apoiados por todo o povo seminarista, da teologia da libertação, o pessoal alternativo. (...). Aí eu entro no PT e venho saber o que é marxismo, que é quem (...) tem uma análise científica do mundo, não uma análise mística, nem uma análise com misticismo ou (...), de qualquer forma eu já vivia questionando muito porque tinha uma música que a gente cantava na igreja, que dizia assim: “crucificaram Jesus, crucificaram Jesus, por não andar na direita, na esquerda, no centro, ou na oposição”, eu dizia: ah, então não tinha posição, entende? Ele não tinha nenhuma posição, era uma música muito bonita! E eu comecei a pensar naquela música, o nosso grupo começava a pensar o que que

⁴⁰ Verificar, SCHERER-WARREN, Ilse; ROSSIAUD, Jean. *Democratização em Florianópolis: resgatando a memória dos movimentos sociais* (1999). E, também, *A democratização inacabável: memórias do futuro* (2000), dos mesmos autores. Os livros contêm entrevistas com lideranças locais e de expressão nacional - de movimentos sociais, partidos políticos, ONGs entre outras organizações - que contam sua trajetória de vida. Muitos dos entrevistados iniciaram sua militância sob influência da Igreja Católica.

significa aquilo. (...). Aí então eu fui pro PT, aí do PT fui pro PCBR⁴² e aí abandonei a militância de Igreja.

A ruptura com a Igreja permitiu que seus horizontes políticos abarcassem outras questões como o marxismo e começasse a questionar alguns dogmas religiosos. Joanhina foi presidente do PT em Tubarão e uma das fundadoras da CUT na região sul de Santa Catarina. Quando entrou no PT, vinculou-se ao grupo do PCBR e depois, rompendo com essa tendência, aliou-se à Convergência Socialista, que mais tarde fundaria o PSTU.

Cristiane também começou a militar cedo, aos 16 anos, no grêmio estudantil de sua escola. Depois trabalhou como bolsista em uma escola em que a diretora era presidente da Associação dos Professores Municipais de Tubarão (Apromut), entrando em contato com o “pessoal mais de esquerda”:

E daí em 1987 eu trabalhei na prefeitura de Tubarão ainda. Aí comecei a participar de algumas reuniões do PT, meio sem entender, mas nessa época eu me filiei no PT, eu era filiada interna porque naquela época não se votava aos 16 anos e só podia ser filiado ao partido a partir dos 18. Em 1987 eu entrei na faculdade para fazer história na UNISUL⁴³ em Tubarão. Aí entrei obviamente no centro acadêmico (risos). Aí no centro acadêmico deixa eu me lembrar, conheci um pessoal da juventude do PT. (...) Fizemos uma greve grande na universidade, foi a minha primeira experiência de apanhar da polícia. Aquelas histórias escandalosas de sair na rádio, apanhar da polícia.

Depois disso ela passou em um concurso e foi trabalhar em uma escola municipal em Joinville. Lá fez sua primeira greve e acabou despedida. Mudou-se então para Criciúma, onde começou a militar definitivamente no Sinte, fazendo parte da Coordenação Regional.

A trajetória da Adriana, Iara e Rosane difere bastante. Pois, enquanto Joanhina e Cristiane começaram sua militância por volta dos 16 anos, as outras três iniciaram sua atividade política no próprio Sinte e no PSTU, já como professoras. Iara diz que teve uma educação apolitizada, seus pais não permitiam que se envolvesse com política e o que ela gostava mesmo era do campo artístico. Adriana afirma que vivia numa “redoma de vidro” superprotegida e o que conhecia da realidade vinha dos programas de televisão. Rosane, apesar de ter o seu pai com exemplo, só foi preocupar-se com a militância quando teve seus filhos e viu como era difícil sobreviver. Para elas, o início de carreira não foi fácil, pois começaram a dar aulas em escolas públicas e tiveram um maior contato com aspectos da realidade que não

⁴¹ Para maiores detalhes sobre cada uma das matrizes discursivas, verificar SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena* (1988). Especialmente capítulo III.

⁴² Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Tendência do PT, atualmente extinta.

havia sido vivenciados tão proximamente. Mesmo Rosane, cujos pais eram operários, se depara com situações inusitadas:

(...) Mas foi realmente na escola pública que eu comecei a ver a realidade das famílias, das pessoas, das crianças, porque é aquela dura realidade ali, tu tens o aluno dormindo na sala de aula, e naquela época já tinha aluno que dormia por falta de comida. Aquilo ali me deixava indignada!

Os depoimentos indicam que a vontade de participar, de lutar por uma mudança ou o sentimento de indignação com a realidade social surge desse choque com a realidade. No entanto, a preocupação com as “questões sociais” e a sua percepção vem desde a adolescência, através de um certo sentimento de insatisfação comum a essa idade. Mas até o momento de participar de uma organização percorre-se um longo caminho de idas e vindas, crises e renúncias. E mesmo quando elas resolvem participar, começam timidamente, levadas por um impulso, por uma vontade de contestar sem um maior conhecimento do funcionamento de um sindicato ou de um partido. Assim uma delas conta sobre seu começo:

Iara:

Eu comecei a militar no partido em 95. E no sindicato foi seis anos antes, por aí. Participei de uma greve e outra, mas mesmo assim, eu não ia até o sindicato, ficava toda enrolada: ah será que eu vou saber falar lá com eles? Dizer qual é o problema da escola. (...) Daí no partido foi um pouco depois, em 95, numa greve grande que nós tivemos. (...) nós fizemos uma ocupação anterior, em 93, que foi na assembléia. Daí fiquei acampada lá 17 dias, mas, mais numa história de vamos ver o que que é! Foi mais de oba-oba, sabe? (...) Comecei ali a conhecer, entender direitinho quem era de tal tendência. Porque eu, o negócio de tendências do sindicato, eu não entendia, comecei ali, naquela ocupação. Daí que eu via direitinho a diferença que tinha, pelas pessoas, pelo bate-papo, conversa. Mas, aquela ocupação foi mais oba-oba mesmo, sabe? A gente fazia tudo direitinho, mais centralizado! Centralizado que eu digo, seguia direitinho o que se pedia. Mas foi uma festa para mim aquilo lá. Uma festa! (...) Olha !! Vou te dizer uma coisa! Eu fui, em 90, deixa eu ver se foi em 90 mesmo, 90, 91. Eu fui para Brasília. (...). Me convidaram assim, vamos? Pra mim foi um passeio. Oba! Vou pra Brasília e vou conhecer! Não conheço a cidade. E no ônibus papo, tinha um monte de gente da CUT, que eu não conhecia, tudo sindicalista. Eu depois, assim sozinha de noite, ali no banco e tal fiquei pensando o que que eu tava indo fazer em Brasília que eu não sabia direito qual era a luta! Não sabia (entre risos). Eu preparei tudo, era uma semana lá, eu não sabia, sabia que era uma coisa, um protesto. Mas não sabia direito o que que era, né! Então (entre risos), foi muito engraçado! Vem um conversar: O que que tu acha de tal coisa? Começaram a fazer perguntas. O que que o Sinte achava, eram diversos sindicalistas ali, diversas categorias. E eu fiquei com muita vergonha, assim, sabe? (...). Claro que lá eu participei de todos os movimentos, eu fui em todas as coisas.

⁴³ Universidade do Sul do Estado de Santa Catarina.

Mas era, foi engraçado assim! Fui numas de turismo, (...). Depois eu fui mais cinco vezes, em outras, daí já bem catequizada (risos)!

Iara afirma que depois de estar “catequizada”, ou seja, de dominar os códigos do “vocabulário esotérico” que faz parte do campo político, já podia sentir-se uma militante, pois sua participação não era só por brincadeira. É importante ressaltar que alguns autores que tratam de militância política costumam utilizar metáforas religiosas em referências às formas como as pessoas dedicam-se a essa atividade. José (1996), em sua análise sobre os militantes dos partidos comunistas, conclui que eles estavam mais próximos da religião do que se poderia imaginar. Enquanto Hobsbawn (1995) compara os militantes dos partido leninista aos primeiros cristãos.

Mesmo Joaquina e Cristiane, que iniciaram cedo sua militância também demoraram um pouco até dominarem o “vocabulário” próprio ao campo:

Cristiane:

Ninguém me perguntou, mas aí eu sei que eu fui a secretaria da Apromut. Eu não me lembro se foi em 86 ou no ano seguinte, em 87. Foi a minha primeira experiência, aliás uma experiência de total in experiência, porque eu mal era secretária e mal sabia escrever uma ata. E nesse contexto de eu começar a descobrir estas coisas, começar a entender o que era o movimento. Era tudo muito novo e também era uma carga de informação muito grande. Porque as pessoas, eu tinha um amigo que era trotskista, então me dava um material que eu não entendia bulhufas de nada do que estava escrito. Trotskismo o que será que era isso? O máximo, nas aulas de sociologia, eu sabia quem era Marx, no segundo grau do magistério.

Aos poucos elas penetram no movimento e no partido e acabam se inteirando desse conhecimento mais específico, próprio do campo político. Conforme Bourdieu (1989), é a partir do conjunto de relações que se estabelece no campo, das posições que os diversos sujeitos assumem dentro dele e da criação e desenvolvimento de uma linguagem específica só inteiramente decifrada por aqueles que dele participam, que se forma essa realidade única e autônoma dos diversos campos sociais. Ao analisar o campo jornalístico, Bourdieu (1997) mostra como os debates televisivos não passam de uma oposição combinada, que denomina de “verdadeiramente falsos”. O autor afirma que o público não tem consciência dessa “combinação” ou se tem é algo muito difuso: “Eles sentem que há algo, mas não vêem a que ponto esse mundo é cerrado, fechado sobre si mesmo, fechado portanto, aos seus problemas, à sua existência mesma” (op. cit., p. 43). Há inicialmente para quem começa a militar essa dificuldade de compreensão dos códigos próprios ao campo, mas, com o passar do tempo e

com a aquisição de experiência, o campo torna-se o seu mundo. Porém, como salienta Bourdieu, torna-se um mundo fechado só inteligível para seus agentes, dificilmente entendido por quem está “de fora”.

5.3.4. Rebeldes e Contestadoras

A opção pela militância política é associada pela maioria das entrevistadas, com exceção de Iara, a determinadas características temperamentais. Elas consideram-se rebeldes, combativas, não “engolem sapo”, são críticas e lutadoras. Tais características, segundo seus depoimentos, as acompanham desde a adolescência, e, ao mesmo tempo, conformam uma espécie de *habitus*, conforme tratarei posteriormente. Cristiane, ao reconstruir sua história de vida, caracteriza-se como uma adolescente rebelde, na época em que estudava em um colégio de freiras em Tubarão:

Ele [o pai] sabia que eu não gostava de estudar em colégio de freira, porque eu tive um problema na 7ª série, eu era meio rebeldezinha. Uma vez nós fomos para um retiro, na 6ª série e eu sempre saía com um grupo de meninos. Eu e uma prima minha que estudava comigo. A gente resolveu que não queria ficar no retiro e fomos tudo tomar banho de piscina, era um hotel. A hora que tu olha assim, estava a irmã Eli, de hábito cinza, parada ali. Aí bilhete para os pais, mas quando eu cheguei em casa eu contei a situação, aí a minha mãe já sabia quando foi na escola. Eu nem ganhei muito esporro. Aí na 7ª série um garoto lá colocou um lixeiro, quando a professora de português entrou, caiu o lixeiro na cabeça. E eu tive um ataque de riso, de chorar, me finei, a professora imediatamente fez uma prova, sabe prova relâmpago porque ninguém tinha falado o nome do guri, que que os outros tinham a ver com isso? No outro dia eu cheguei na escola, e a gente chegava na fila e ia para a capela, rezar: ó minha mãe [resto da oração] eu tenho trauma disso até hoje, eu nunca esqueci! (risos). (...) Chegamos lá, estava suspensa sei lá quantos dias, eu ia perder todas as provas finais, porque eu tinha posto o lixeiro na cabeça da professora, mas eu não fiz isso! O guri confessou para a irmã que era ele. Aí ela disse: tu tá fazendo isso para proteger a Cristiane porque ela é tua amiga. A gente sabe porque a professora contou como ela se comportou na sala. Ri, eu ri, eu só fiz isso. (...) Foi um escândalo, fui para casa, chorei. Daí a minha mãe foi na escola, a freira disse para a mãe que a filha dela era uma artista, tem coisas que a gente não esquece na vida, porque traumatiza. Ela devia trabalhar na Rede Globo, ela é uma artista. E eu disse assim: a senhora devia queimar no fogo do inferno (risos), me deu tanto prazer dizer aquilo, gostei tanto.

Na análise que Schütze⁴⁴ propõe dos componentes não indexados das entrevistas, essas seriam as “construções de fundo”, ou seja, aquelas explicações que os entrevistados encontram

⁴⁴ SCHÜTZE, F. Die Technik des narrativen Interviews in interaktionsfeldstudien – Dargestellt na einem projekt zur erforschung von kommunalen machtstrukturen. *Unpublished manuscript*. University of Bielefeld,

no passado para justificar seu comportamento ou opção de vida. Nesse caso, Cristiane cita um episódio vivido na época escolar no qual já transparece seu traço “rebelde”.

Joana, quando questionada sobre por que começou a participar dos grupos da Igreja, dá a seguinte resposta:

Primeiro porque eu era metida, eu ia à missa, aí começou os amigos do bairro: vamos formar uma grupo de jovens. Foi num momento, existia isso, não tinha por onde se organizar. A organização se dava por dentro do grupo de jovens ligados à religião, ligados à Igreja. Então era grupo de jovens, a gente ajudava na missa, fazia essas coisas, que se tinha muito na década de 70. Era muito isso. Era muito legal e eu não me arrependo não.

Essas são apenas algumas passagens dos discursos das entrevistadas em que enfatizam seus “espíritos combativos”, mas durante todos os seus depoimentos há diversas inserções em que reafirmam esses tipos de atitudes. É inclusive motivo de orgulho para elas não serem, em seus próprios julgamentos, pessoas passivas. Suas auto-descrições como “contestadoras”, “metidas” e que “não levam desaforo para casa”, enquadram-se no que Schütze (op. cit.) denomina de “auto-descrição biográfica ou teoria sobre o eu”, pois uma de suas justificativas para o fato de terem tornado-se militantes são suas características pessoais.

5.3.5. Ser Militante

Para algumas entrevistadas, o processo até chegarem à militância é pontuado por uma série de crises. Para outras, essas alterações permanecem mesmo depois de feita a opção. Adriana, por exemplo, viveu inúmeras crises pessoais até finalmente se tornar uma militante 24 horas por dia.

No final de 95 eu estava numa crise pessoal muito grande e me afasto tanto do sindicato quanto do PSTU. E fico aí só trabalhando mais mal e porcamente. Uma crise existencial que durou bastante tempo. (...). Mas a minha crise pessoal não me deixava ir além, eu não conseguia ir além com o meu trabalho, eu me sentia incompetente, muito insegura, não saía. Tinha crises de depressão, eu dormia às vezes, dormir 24 horas, chegar sexta-feira ao meio dia da escola em casa, me trancar e só acordar sábado ao meio-dia, dormir de novo, e só acordar domingo ao meia-dia de novo e depois só sair de casa para ir para a escola de novo na segunda-feira.

Department of Sociology, 1977. Parte do texto foi traduzida e trabalhada na disciplina Metodologia Qualitativas e Interpretação de Dados, ministrada pela Prof^a. Dr^a. Wivian Weller no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, semestre 2003-1.

O caminho encontrado por Adriana foi a militância. Cristiane e Iara também vivenciaram inúmeras crises, mas ao contrário da Adriana, as crises não acabaram com a opção pela militância política. Apesar de afirmarem que não conseguem voltar atrás e simplesmente deixar de militar, ficam a todo momento questionando-se sobre suas escolhas.

Cristiane:

E quando eu cheguei, em cima da minha mesa tinha uma carta de demissão, eu fui demitida por causa da greve, no dia seguinte da greve eu fui demitida. Aí aquilo eu acho assim que traumatizou, eu fiquei muito mal altamente deprimida, (...), mas assim baqueou. Eu fui demitida por ter feito greve, então foi uma punição muito grande para que a minha história pudesse dar conta naquela época. Eu tinha 18, 19, 20 eu acho. E nessa época eu já estava há um ano e meio em Joinville. Aí eu me desfiliei do PT, saí da executiva do Sinte e entrei numa crise fudida (risos), numa crise tipo: meu Deus o que eu fiz da minha vida! Eu fiquei esse tempo todo meio que, como é que se diz, me mudei porque saí da prefeitura não por uma questão de trabalho, mas por meu posicionamento político, porque se eu não tivesse entrado naquela greve em Joinville, saí na RBS⁴⁵ na cara de um piquete. E tudo, a história de ter vindo para Florianópolis. Eu estava lá em Criciúma, estudando, minhas 40 horinhas, morava num apartamento no centro, estava com a vida mais ou menos tranqüila, vim para Florianópolis, mudou tudo, o aluguel muito mais caro, o custo de vida maior, com menos aulas. Aí tinha uma liberação da executiva, quando eu saí tinha só 10 horinhas, tinha uma liberação de 30 horas para a executiva, fiquei só com 10 horas para sobreviver nesta cidade até achar mais aulas. Quer dizer, teve toda uma mudança na minha vida quando eu vim para cá (risos) e ninguém se preocupou de me perguntar, entende? Desestrutura a vida de uma pessoa por uma situação, então quando eu saí da executiva, morava no Pântano do Sul e arrumei aula lá em Forquilha. Tens noção do que que é isso? Do Pântano do Sul tu levas uma hora e 10 até o centro e depois tu vais para Forquilha. (...). Eu fiquei uns seis meses em crise. Vale a pena?

A cada vez que conseguia estruturar financeiramente sua vida, Cristiane tinha que fazer uma escolha em relação a sua militância e em detrimento de seu bem-estar. Isso a incomoda muito e por esse motivo sua entrevista pode ser analisada como uma maneira de exprimir-se, de fazer uma avaliação sobre si mesma “(...) em um quadro neutro, limitado no tempo e no espaço (...)” (Pierret, 1999, p. 309). Na interpretação de Pierret, a partir de Bourdieu, a entrevista em determinadas situações atua como um tipo de “auto-análise assistida”. O sociólogo afirma que a pessoa aproveita a entrevista para explicitar experiências dolorosas sobre sua vida e que há muito tempo estavam reservadas. Foi o mesmo sentimento que tive quando ouvi os depoimentos de Cristiane e Iara. O pesquisador nesses casos funciona como

⁴⁵ Rede Brasil Sul de Comunicações.

um “depositário”⁴⁶, aquela pessoa indicada para guardar certas reflexões e “desabafos” das entrevistadas sobre suas vidas.

Com Iara também ocorreu o mesmo processo, ou seja, a entrevista serviu como um momento de auto-análise e reflexão.

Nós tínhamos uma vida economicamente boa. Até eu converso assim com o pessoal, Joanelha, Rô, essa turma toda, elas vieram de uma infância assim com bastante pobreza, miséria até! Elas contam, histórias assim, que, a minha parece que se reverteu (risos). A vida que elas têm, (...) não é diferente da minha. Professora, vive de salário. (...) Perto do que ela passou, a mãe dela que, com aquela dificuldade toda para criar os filhos. Mais de um casamento, com filho pequeno,...). E, ela hoje é um, um progresso assim! Uma coisa maravilhosa! Porque ela tem um apartamento todo bonitinho, as roupas, o filho que é uma criança que ela pôde dar tudo. Digamos assim de conforto, não nada excepcional. Mas teve tudo assim, alimentação, roupas, shows, educação. E eu sou o contrário, eu tive tudo. Nós todos lá em casa estudamos em escola particular, com empregadas em casa, sem tu ficar atarefada. Claro que tinha a minha tarefa diária lá que era obrigada a fazer, mas era tudo servidinho de bandeja, tudo do bom e do melhor, bons dentistas, médicos particulares, tinha aquele médico que me acompanhou até eu ficar grávida. (...). Eu não tenho a vida que eu tinha quando morava com eles. Ficou bem pior. Para pagar as contas e tal, para me manter. Eu não posso, não que eu fique achando que eu poderia estar bem melhor! (...). Mas, seu eu tivesse mantido, por exemplo, as oportunidades que eu tive, foram maiores do que das minhas colegas, das minhas companheiras da militância hoje. Tive bem mais, e, quando acabei, não consegui assim uma coisa melhor, ou fazer um curso que pudesse me trazer retorno financeiro. Fui na parte de artes, (...) e não consegui colher nada assim de financeiramente melhor.

Rosane e Joanelha conseguiram ascender socialmente em função de sua profissão e até da militância. Enquanto Iara e Cristiane em decorrência de terem vivido uma infância mais confortável e com maiores oportunidades, sentem-se descontentes com sua situação. Adriana, mesmo tendo passado uma infância agradável, não se queixa da sua realidade, parece às vezes que o dinheiro dá a ela muito mais incômodo do que satisfação. As primeiras têm uma avaliação positiva de sua trajetória biográfica, enquanto as segundas percebem perdas e sofrimentos adquiridos com a opção pela militância política.

O depoimento dessas militantes talvez possa representar o de outras mulheres que não se sentem realizadas em diversos aspectos de suas vidas. Mulheres que já passaram dos 30 anos e têm receio de que suas escolhas não tenham sido as mais acertadas e que poderiam ter

⁴⁶ Esse termo, de acordo com PIERRET (1999) é proveniente da análise do segredo desenvolvida pelo antropólogo Zempléni a partir do estudo de George Simmel intitulado “Segredo e sociedades secretas”. Na interpretação do antropólogo um segredo só é comunicado “a confidentes escolhidos por decisão individual ou então (...) aos que partilham um cargo ou uma função na cidade em virtude de uma decisão histórica anterior (Zempléni, apud. Pierret, op. cit., p. 312).

tomado outros caminhos em suas vidas. Pois, segundo Michelat, (apud. Pierret, 1999) as histórias individuais das pessoas representam não só sua própria trajetória como das culturas e subculturas às quais pertencem. Um relato de vida pode ser considerado “uma síntese de uma história social individual” (Pollak apud. Pierret, 1999, p. 310).

Joaninha tem suas crises demarcadas em função das sucessivas perdas em gestações interrompidas. Mas, finalmente, depois de muito esforço e sofrimento, conseguiu ter duas filhas. Em nenhum momento ela se questiona sobre sua escolha e está plenamente convicta do que deseja para si, para sua família e para o mundo.

Para algumas delas a militância aparece como fonte de realização. Para outras, nem tanto, mas nos dois casos essa atividade preenche suas vidas. Iara faz a analogia da militância como sua “caçaça”: ela precisa freqüentar semanalmente as reuniões para sentir-se bem. É interessante observar que a dedicação a uma determinada causa ou organização é descrita por algumas entrevistadas como algo do qual tornam-se dependentes e, depois de começar, não há como voltar atrás. Rosane afirma que quando se afasta do partido ou do sindicato sente uma angústia muito grande. Mesmo Cristiane, que se questiona tanto sobre por que não priorizou mais sua formação e deixou suas questões pessoais de lado, acaba admitindo que esse é um caminho sem volta, pois ela já viu que não consegue parar. Às vezes a militância parece uma espécie de “destino” do qual não podem livrar-se.

Durante as entrevistas algumas das militantes ressaltaram momentos de suas vidas em que tiveram que renunciar a algumas benesses para continuar militando. Aqui é importante apontar que uma das características que a literatura sobre militância refere-se é justamente as muitas renúncias que as pessoas têm que fazer em função de sua participação política. Esses fatos são exaltados pelas militantes entrevistadas e servem como prova de sua dedicação.

Joaninha:

Depois em 86 eu vim para Florianópolis com uma mão na frente e outra atrás, não tinha nada. Eu tinha química industrial daí eu decidi que não queria trabalhar em indústria, eu estava formada, mas não queria trabalhar na indústria. Eu recebi proposta de sair do PT e trabalhar em indústria e ganhar bem mesmo. E nós bem ralados, assim na vida da gente bastante difícil, uma vida miserável mesmo, de chegar a ser miserável. De não ter comida às vezes, daí eu não aceitei. Dentro do PT fui, obviamente, tendo uma experiência mais ideológica e teorizando a militância que tinha bastante espontânea. (...) Aí em 87 entro na universidade, porque o meu objetivo quando eu vim para Florianópolis foi fazer licenciatura em química, porque eu era química industrial, porque eu já tinha decidido que profissionalmente eu queria ser professora. Aí eu comecei a faculdade e começou a greve, daí eu tranquei a faculdade. Aí começava a

faculdade e começava a greve e eu trancava a faculdade. Daí eu passei anos assim eu não dava conta. Passava o tempo todo militando na greve, o tempo todo em piquete.

Rosane também ressalta sua dedicação ao sindicato e ao partido quando narra que nas suas férias e na de seus filhos passou a maior tempo dedicando-se à política, enquanto que em famílias com “mães não-militantes” isso não acontece:

Então eles não têm uma mãe assim ó, férias por exemplo, as férias de julho, pôxa, nós estávamos de férias. Qualquer família que não tenha uma mãe militante vai ficar em casa, vai, e eu não, eu não fiquei um dia em casa nas férias. Direto aqui no sindicato, direto lá no partido. Então toda a tarde ó: vocês ficam aí, a mãe vai lá, tal hora ela vai estar em casa. (...). Eu acho que eles não têm obrigação nenhuma de entender isso, realmente! Eles têm mais é que questionar! Se eles não questionarem, eu vou me questionar: pô que filhos são esses que não me exigem a presença. Aí eu vou questionar, eu acho que eles estão fazendo bem o papel deles. (...).

Além da renúncia, outra característica presente na maioria dos depoimentos é o sacrifício. Muitas delas contam o quanto tiveram que sacrificar-se por sua opção política. Algumas narram esses fatos com uma espécie de culpa ou remorso. Outras, no entanto, como algo que as engrandece e prova sua capacidade. Goldenberg (1997) em sua pesquisa com militantes comunistas brasileiras percebeu que os elementos considerados fundamentais para uma “boa militante” são a coragem, o sacrifício, a dedicação e a abnegação. Essas características, apesar da distância histórica e conjuntural que separa as militantes analisadas pela antropóloga daquelas pesquisadas por mim, encaixam-se perfeitamente nas narrações das militantes do Sinte Regional. Parece que o modelo ainda predomina em algumas organizações, apesar de todas as modificações que a militância política passou nessas últimas décadas.

Cristiane:

Se tu busca uma saída individual tu vai resolver aquele problema imediato ali, e a conjuntura as coisas que estão colocadas, quer dizer, eu acredito numa luta. Eu não acredito que eu vou mudar a minha vida e tudo bem, isso é muito medíocre. As coisas que me incomodam vão continuar incomodando. Mas eu podia assim, estar lá fazendo uma greve, dentro da escola, essa coisinha assim, essa militância. Eu falei que não queria mais estar na diretoria do sindicato. Daí em 95 eu voltei para a executiva, numa chapa de oposição, (...). Contra a minha vontade, porque foi uma discussão de quem ia para chapa. Aliás, a gente formou uma chapa achando que não ia ganhar, porque uma chapa de oposição, tudo mundo achava que não ia ganhar, e era para contribuir, eu aceitei. Só que a gente ganhou (risos) e aí criou um problema para a minha vida, porque eu não queria mais aquilo. Eu estava trabalhando em uma escola particular, tinha 40 horas no estado, eu estava tentando dar um pouco uma ajeitada na minha vida. E aí eu fiquei num

baita pepino, porque eu não ia perder a escola particular que eu ganhava três vezes mais do que eu ganhava no Estado por 20 horas. Então eu reduzi a minha carga horária no Estado, senão eu ia ficar absolutamente louca. Eu até tentei ficar liberada à tarde para o sindicato, à noite trabalhar no Estado e de manhã trabalhar na escola particular, mas trabalhar na escola particular e no sindicato, às vezes tinha situações assim de fazer atividades de noite, na greve por exemplo, dormir no acampamento. (...) Ninguém em seu juízo perfeito faria um negócios desses, não tem cabimento. Então quando eu disse que às vezes tu tens que dar conta de algumas coisas, é isso. Tu podes estar hoje envolvida num movimento, militando no sindicato 24 horas por dia como criança pequena? Não, não dá. Acho que tu não consegue isso.

No depoimento abaixo, aparece novamente o sacrifício com relação à vida familiar, especificamente às situações de privações em que às vezes são obrigadas a colocar os filhos:

Iara:

Então senti bastante dificuldade, mesmo assim sendo bastante cobrada, porque eles às vezes, parece que não justifica mais que tu tenha dois filhos e isso e aquilo e que tu não possa militar como uma outra pessoa, um homem ou uma outra mulher que não tenha filhos. Então a gente já fez muita coisa assim de levar bebê com carrinho para assistir reunião, sabe? Massacrando o teu filho para lá e para cá. Dificuldades assim financeiras para se manter fora de casa, porque às vezes tu tens que passar um dia, uma viagem, (...) Então assim, essa jornada que a maioria das mulheres têm, jornada dupla. E mulheres também como eu que são (...) provedoras. Que é com o nosso salário, porque não é com pensão alimentícia (...). Eu tive muito pouco isso sempre foi um problema. Então assim, a dificuldade também da mulher militante. De saber conjugar as coisas (...).

Mas tanta renúncia e sacrifício também têm suas compensações, pois com a militância essas mulheres são reconhecidas, mesmo que outros espaços de suas vidas sejam prejudicados.

Adriana:

Aí eu vou para o Colégio Aníbal em 28 de abril de 1997 e começo a construir também lá a minha história política, a minha discussão política. Eu retorno para o partido, aí a gente começa a discutir, eu começo a ter um crescimento enquanto militante do PSTU. E hoje eu sinto que eu tenho um espaço lá na escola a ponto de a diretora virar assim para mim: Ah! Adriana você chama as discussões, mas as discussões quando você está são uma, quando você não está são outras, porque os professores têm medo de você. Eu sempre tive uma caracterização de que muitas pessoas não gostavam de mim no Aníbal e me surpreendi com a votação da minha escola, quando eu fui conselheira, candidata a conselheira no sindicato, a votação é nominal. Então eu fui ver o resultado, (...) foi, dos 51 votos que tiveram, 24 foram no meu nome, sendo que três pessoas que são minhas amigas disseram que não viram meu nome na cédula. Então foi um resultado que me surpreendeu, que eu achei bem satisfatório. Aí eu hoje continuo crescendo

no partido, que eu gosto muito, acho que é esse o caminho, acho que é o partido que dá o retorno. O meu projeto é socialista mesmo (...). Foi paralelo, aliás, só se cresce no sindicato. Quer dizer, não que só se cresça no sindicato, mas te possibilita um grande crescimento político com a discussão do partido, porque o partido ele tem uma forma de se organizar que só não cresce quem não quer. (...) e se discute tudo no partido: sobre questão política internacional e a gente tem as secretarias dos oprimidos que é a de negras e negros, a de mulheres e a de gays, lésbica, bissexuais e transexuais. (...). Então aí assim quando eu começo a militar e começam a aparecer algumas tarefas e às vezes tu dá conta da tarefa, às vezes não e tu vai indo, vai discutindo e tu vai crescendo porque vai melhorando o teu entendimento, e tu começa a aparecer mais, (...), aí tu fala numa assembléia nervosa e vem uma pessoa que tu não lembra de ter visto na vida e fala para ti assim: puxa, mas tu estava tão nervosa hoje, o que que aconteceu contigo? Tu normalmente é tão calma na tua fala. Aí quando tu vê, tu começa a ficar famosa né? Famosa entre aspas, não é que ficar famoso seja alguma coisa assim que envaideça, mas a sensação de que tu tá transmitindo um recado, que as pessoas estão te ouvindo e que tão pegando a mensagem, porque o importante não é quem tá passando essa discussão, mas o conteúdo que é importante, de não negociação dos direitos dos trabalhadores, de estar em construção de uma sociedade que seja igualitária, então isso é importante! Então quando tu vê que assim as pessoas reconhecem teu esforço é gostoso, isso é verdade, (...).

O reconhecimento não chega para todas as militantes da mesma forma e talvez por isso para algumas seja mais difícil fazer essa escolha. Porém, Joaquina sabe que há muita expectativa em relação à sua atuação e isso merece uma postura condizente com sua imagem.

Em 96 foi muito difícil porque o Afrânio era o candidato a prefeito e nós não sabíamos qual seria a repercussão, afinal, das vanguardas, das massas, do que seria uma candidatura do PSTU, e qual seria o melhor nome do partido e o melhor nome, de figura conhecida das greves, de todas as greves, na greve de 87 eu fico conhecida no Estado inteiro. E nesse período inteiro, antes de 90, eu ia direto para São Paulo, Brasília, Rio, representando também o Estado, a organização de professores. Então eu fui candidata, apareci, eu fui apelidada de candidata Kinder Ovo, que aparece na véspera. O dia 4 de julho é o último prazo para registrar candidatura, no dia 3 de julho o partido decidiu, nós vamos ter candidato a prefeito e vai ser a Joaquina, mesmo grávida (...) Amamenteei e no segundo turno apoiamos o Afrânio. Fui num comício representando o partido, umas dez mil pessoas, foi a intervenção mais aplaudida de todas as que teve. Era muita gente, era massa mesmo. Até porque eu deixei claro que o PSTU estava ali apoiando a Frente Popular, mas não entraria no governo, não entraria em nenhuma secretaria e também dei um pau no PMDB, que estava no palanque. Disse para o PMDB pagar o salário dos servidores públicos, que estava atrasado, (...) todo mundo melindrado. Estava o Lula no palanque, estava todo mundo. Havia uma expectativa de um público, por parte dos funcionários públicos: a Joaquina vai bater no PMDB. E realmente eu bati, aí foi aquela loucura, foi uma explosão!

O reconhecimento dentro do campo político e até fora dele, como no caso de Joaquina, não deixa de ser uma forma de pagamento por tanta dedicação. Mas a recompensa, em princípio, não é econômica. Muito pelo contrário: em muitos depoimentos as militantes

afirmam ter renunciado a uma vida melhor em prol da militância. Bordieu (1996), na análise que faz do campo artístico, afirma que nesse campo o sucesso imediato é visto como algo suspeito. Ou seja, há uma inversão de valores e o dinheiro não pode representar o pagamento para algo que não tem preço, como a obra de arte. O investimento das militantes no campo político deve parecer livre de interesses e o reconhecimento, nesse caso, vem em decorrência da dedicação e não em função de intenções prévias. O reconhecimento não pode ser nominado, a militante se doa não em benefício próprio, mas da coletividade, de uma causa, o que não tem preço. O capital econômico, ainda segundo Bourdieu, só tem valor se for convertido em capital simbólico. Porém, nem todos os agentes dentro do campo recebem o mesmo tipo de reconhecimento, pois do reconhecimento de alguns dependerá o fracasso ou a decepção de outros. O reconhecimento dentro dos diversos campos vem principalmente dos pares. É do interior do campo, em primeiro lugar, que deve haver a confirmação do sucesso. Joaquina é referenciada por todas as militantes como um modelo a ser seguido. O depoimento de Iara é significativo:

Mas, todas podiam falar, a Joaquina falava o que a gente queria entendeu? Então eu fui vendo assim, não sei se pela postura ou a história dela! Que foi muito linear assim, sempre, daí vai certinho assim, não muda nunca! Se alguém fala uma coisinha ela tira aquela vírgula que não era e defende o porquê da vírgula ou por que o não. Então assim, foi mais por idolatria, assim.

Assim como Iara, Rosane também vê em Joaquina um exemplo a ser seguido.

Eu acho que essa parte da ansiedade eu venci, entendeu? Eu venci até com a ajuda da Joaquina, até porque muitas vezes eu chegava aqui muito ansiosa e a Joaquina me freava, entendesse? Assim não, dizia: “A tua consciência revolucionária está muito baixa, assim tens que ...” E ajudava ali, sabe? Ela já me ajudou assim em muitas coisas, mas nesse ponto de treinar a minha paciência ela foi bem importante assim, sabe? (...) Mas sempre me identifiquei mais com a Joaquina, sempre, sempre! Muito antes de ser amiga dela, de conhecer ela. Porque ela me passava uma idéia assim de determinada na luta, entendesse? Sempre (...) e, ao mesmo tempo, porque assim ó, naquela época a Joana era assim muito, sabe? Calça jeans, se caísse q-bou na calça ali, manchasse um pouco de q-bou não tem problema nenhum. Então ela era muito criticada por algumas pessoas, (...) até no Jurema Cavallazzi, em relação à aparência, “ah porque não sei o quê, porque não sei o quê”. Aí eu sempre achei isso muito hipócrita, ficar julgando as pessoas pela aparência. Sempre achei muito hipócrita isso. Aí eu sempre defendia, mesmo sem conhecê-la. Sim, mas a roupa dela, a calça desbotada com q-bou, o cabelo despenteado, seja lá o que for, interfere na qualidade de luta que ela tem e tal? (...) Assim a qualidade dela de luta, não tinha a verdadeira dimensão de que realmente ela tinha de princípios de luta .

Rosane chama a atenção para outro aspecto da militância: o despojamento. A falta de apego às coisas materiais, simbolizada pela maneira simples das militantes se vestirem, sem ostentação, maquiagem, com pouca ou nenhuma bijouteria. Isso será tratado no tópico seguinte.

5.3.6. O *Habitus* Militante

O conceito de *habitus* formulado por Bourdieu (1994) é muito pertinente a essa pesquisa. Pois é possível demonstrar através dele como as pessoas internalizam determinados comportamentos e modos de interpretação, por meio de suas preferências, gostos e estilos. Segundo o autor, o *habitus* seria:

(...) sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizada de um regente (op. cit., p. 61).

Ainda de acordo com Bourdieu, o *habitus* serve como uma “matriz de percepções, de apreciações e de ações”, ele orienta as ações e produz determinadas práticas. Nesse sentido, funciona como um tipo de coordenador oculto que favorece a integração dos grupos, os ajusta e permite que cada agente seja ao mesmo tempo produtor e reproduzidor de suas condições de vida. As militantes do Sinte, apesar de terem origens sociais, regionais e culturais bem diferenciadas, compartilham um mesmo *habitus*, desenvolvido na militância sindical e partidária. A pouca atenção para o “lado material”, a recusa à sociedade em que vivemos, a crítica acima de tudo, a pureza dos sentimentos e ações que não estão contaminadas pela perversidade do capital. Assim como os artistas do século XIX analisados por Bourdieu (1996) construíram uma postura de “indiferença e desapego” em relação aos burgueses e ao povo, no sentido de inventar um “olhar puro” livre de determinações sociais, as militantes também inventam essa “ideologia pura”, que as livra da contaminação pelo capital. O problema é que suas reais condições de existência as submete de forma dolorosa a esse capital, pois estão constantemente às voltas com empréstimos em suas folhas de pagamento e sempre com dívidas a saldar.

Adriana:

Eu nunca fui uma pessoa assim, não que eu não goste das minhas coisas, que eu não tenha ciúme das minhas coisas, mas se tem, tem, se não tem, também não me preocupa. Não sou uma pessoa de ficar de inveja do que os outros têm. Eu sempre fui um pouco desligada da área material. E aí eu sempre gostei mais da parte humana e da parte espiritual, coisas assim. (...). Esse não é o meu dia-a-dia, tanto que meu dia-a-dia é tênis e camiseta, calça jeans, é estar o mais à vontade possível (risos). É de não ter muita frescura, sempre muita frescura me encheu o saco. Não gosto de não pode isso e não pode aquilo. Não olha assim porque pode ser falta de educação, acho que isso é falta do que fazer. E aí eu fui convivendo com as pessoas (...).

As demais entrevistadas não chegaram a referir-se a esse desapego das coisas materiais, mas mesmo assim, durante o período da pesquisa percebi que não dão atenção à aparência. Seu estilo é “simples e sem frescura”, conforme afirmação de Adriana. Acompanhei a gravação de alguns programas do PSTU para o horário eleitoral gratuito com Joaquina. Ela tinha que maquiarse por causa da luz necessária para a filmagem. Porém, mostrava-se completamente confusa nessa hora e fazia piadas sobre isso, dizendo que em casa não tinha dessas coisas. Esse estilo “autêntico” tão admirado por suas amigas e por pessoas de fora do campo político, que gostam da Joaquina porque ela fala tudo que vem à cabeça e enfrenta qualquer pessoa, compõe o *habitus* dessas militantes, expresso com clareza na sua figura.

Rosane:

Porque ela sempre, sempre foi muito coerente assim na ação e na fala. No agir e no falar. Sempre teve muita coerência na luta. E essa coerência era bem visível assim, mesmo sem conhecer a Joaquina, sem saber “ah, mas será que realmente é assim?” Ela deixava isso transparente assim, essa coerência. Então eu me aproximei assim não sabendo se eu ia ficar ou não. Mas, com a proximidade, daí surgiu mais certeza. Porque daí tu vais sabendo realmente onde estás pisando. Ela foi bem determinante mesmo!

Essa coerência a que Rosane faz referência não se encontra apenas no campo das idéias, mas se torna explícita na maneira de falar, nos gestos, na forma de vestir, que estruturam um determinado estilo despojado e crítico da militante sindical. É a “lógica da recusa” descrita por Bourdieu (1996) que faz com que as militantes, assim como os artistas, trabalhem contra as determinações sociais e, ao mesmo tempo, estando sujeitos a elas.

Outra característica que também compõe esse *habitus* é o fato de se considerarem “puras” em relação aos seus princípios e a luta que desenvolvem. Elas não se vendem por nada, jamais traem a categoria, suas intenções, do seu ponto de vista, são sempre as melhores

possíveis. Elas têm princípios e mantêm distância dos valores apregoados pela sociedade burguesa, como o consumo de bens materiais, a crença nas leis do mercado que torna as próprias pessoas mercadorias.

Rosane:

Eu acho que o PSTU tem gente valorosa, mas eu reconheço assim ó que não só na categoria, no trabalhador, tem pessoas muito valorosas na luta, independentes! Tem pessoas que são independentes e mantêm os princípios (...). O que eu acho que é ser valoroso na luta? É não trair a categoria em momento nenhum! Entendesse? São pessoas que não traem mesmo! Que trazem, que representam bem a sua base, entendesse? Vêm para reunião do diretório, (...) pensam isso (...) Mas é isso entendesse? Para não dizer assim, que não é só lá, existe gente boa (...) que não se vende, que tem princípio de luta, que tem princípio de construção.

As pessoas “valorosas” são aquelas que comungam os mesmos valores e princípios do PSTU, apesar de não serem filiadas ao partido e mesmo participarem de outros, como de algumas tendências do PT.

Elas compartilham de um mesmo *modus operandi*, ou seja, de um conhecimento implícito que só elas têm acesso e que pode ser “encontrado principalmente nas descrições concretas e detalhadas da ação prática. Por estas descrições a estrutura das orientações subjacentes à ação prática, o ‘*modus operandi*’ ou o ‘*habitus*’ nos termos de Pierre Bourdieu, podem ser identificados”⁴⁷ (Bohnsack, 2002, p. 06). Esse *modus operandi* não pode ser tornado explícito pelas militantes, ele faz parte do conhecimento comum que elas têm e torna possível sua comunicação, mas o pesquisador deve decifrá-lo para poder interpretar coerentemente seus discursos.

Conforme aponta Rosane, as pessoas de esquerda são um pouco nervosas e agitadas. Um jeito de ser sempre urgente e com pressa que caracteriza as militantes. A maioria das vezes que eu chegava no Sinte a Cristiane estava sempre “cheia de coisas para fazer”. As suas tarefas são para “ontem”, estão sempre atrasadas e há uma porção de problemas para resolver. Conforme Bourdieu (1994) “(...) Os indivíduos ‘vestem’ os *habitus* como hábitos, assim como o hábito faz o monge, isto é faz a pessoa social, com todas as disposições que são, ao mesmo tempo, marcas da posição social (...)” (op. cit., p. 75). É nessa relação dialética entre o *habitus* e o campo que se estabelece a adesão ao jogo, a *illusio*, na denominação de Bourdieu (1996), a crença no jogo, nas suas regras e na aposta, que atribui sentido e valor às ações particulares.

5.3.7. A Importância do Grupo

O desejo de participação no grupo e a solidariedade existente entre as pessoas são enfatizados por duas das entrevistadas. De acordo com Avelar (2001), as histórias que as mulheres contam sobre sua participação em movimentos sociais e outras organizações são histórias sobre processos de reestruturação de identidades a partir das relações estabelecidas nessas ações coletivas. Dentro desses espaços as mulheres, muitas vezes ocultas em outros lugares e posições, se reconhecem e ao mesmo tempo são reconhecidas por outros. Conforme a autora:

As mulheres vêm construindo suas identidades individuais e coletivas por meio desse processo de reconhecimento recíproco que reforça a ‘estima de si’: identidades duradouras, pessoal e social, que se complementam. A pessoal, aquela que faz o indivíduo sentir-se como um ser distinto, único, particular; a social, o reconhecimento como pertencendo a uma certa categoria, grupo social que transcende sua própria individualidade (op. cit., p. 122).

A participação no grupo dá a elas tanto a possibilidade de reconhecimento como um sentimento de solidariedade e de apoio. O grupo é uma espécie de “âncora” (Velho, 1999a, p. 29) a que sempre podem recorrer em momentos estratégicos.

Adriana:

Que mais? São essas coisas que vão te colocando e que chega no movimento um ampara o outro, um conversa com o outro, não que não tenha sacanagem no movimento, tem bastante, tem machismo, tem tudo, mas a galera do PSTU é um povo muito especial. Eu fui conhecendo o pessoal, fui me aproximando. A Cristiane, que é a minha melhor amiga, eu conheci nessa greve, a gente conversava bastante. Então foi indo.

O grupo é a “âncora” que não deixa afundar e, ao mesmo tempo, transmite uma sensação de segurança que em outros espaços não sentem.

Iara:

Então ela estava sempre, onde a gente ia, tinha sempre aquele grupo muito alegre, muito coeso! Sabe? Tudo muito harmonizado assim! E eu tinha vontade de entrar no grupo! Só que não se entra no partido porque se gosta das pessoas. Então me fritaram muito! Me deixaram cozinhando (risos)! Queriam ver. Eu

⁴⁷ Tradução própria.

fiquei bastante tempo, de vez em quando me convidavam para uma plenária, mas assim como militante, para entrar como simpatizante, não sei como está agora não!

Esse sentido de coesão proporciona o desenvolvimento da auto-estima daquelas que participam do grupo. Algumas não conseguiam “encontrar-se” em outros espaços, mas sentiam-se à vontade no mundo da militância. É através dos relacionamentos estabelecidos, das posições que ocupam e da forma como são reconhecidas e se reconhecem no campo, que estruturam suas identidades militantes.

A identidade militante é adquirida a partir da adesão das participantes do Sinte a uma determinada visão de mundo que opera um sistema de demarcação de fronteiras que as difere de outros grupos. Os grupos dentro dessa dinâmica, a partir da interpretação de Bourdieu (1994), investem inteiramente naquilo que os diferencia de outros grupos, marcando assim sua diferença e reforçando seu *habitus*. Isso fica bem explícito na reafirmação constante de sua diferença em relação ao Sinte Estadual e na valorização de seus princípios de “pureza” ideológica.

5.4. CONCLUSÃO: MILITÂNCIA COMO PROJETO DE VIDA

A militância torna-se fonte de prazer e não de angústia, resposta e não dúvida, quando se transforma em um projeto de vida, quando deixa de ser uma das atividades que faz parte da vida e torna-se prioritária. No entanto, nem todas as militantes têm acesso ao mesmo “campo de possibilidades”⁴⁸, as mesmas condições de ocuparem um lugar de destaque na militância sindical e/ou partidária. É um investimento alto que deve ser feito para que os “lucros” possam ser obtidos: são finais de semana em reuniões e viagens, noites passadas em acampamentos, afastamento da família e, inicialmente, pouca recompensa financeira. Nem todas conseguem suportar tais desafios. Conforme o depoimento de Marta Vanelli, ela não teria condições de retornar a sua vida de professora depois de tanto investimento feito no movimento sindical, pois mudou-se da cidade onde morava, deixou seu namorado e abdicou de ter sua própria família para dedicar-se ao Sinte Estadual, graças ao apoio estrutural que tem da família. Porém, nem todas têm essa forma de apoio e, além disso, a militância exige certa desenvoltura que somente algumas possuem, como falar em assembléias com milhares de pessoas sem “engasgar” e manter um discurso coerente que possa ser “entendido” por seus pares; fazer

⁴⁸ “*Campo de possibilidades* trata do que é dado com as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura” (VELHO, 1999, p. 28).

visitas nas escolas e explicar para professores desde a situação salarial, regras e mudanças nas leis e estatutos do magistério até convencê-los a participarem de uma assembléia.

As militantes, mesmo compartilhando de um projeto coletivo de transformação social, não o vivem de maneira homogênea (Velho, 1999). Existem diferentes maneiras de interpretá-lo e de colocá-lo dentro de um *campo de possibilidades*, passível de ser alcançado. O projeto coletivo deve servir como um guia para um projeto individual que “lida com a *performance*, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade” (op. cit., p. 28).

Foi possível observar nos depoimentos das entrevistadas que as trajetórias biográficas das militantes difere. Joaquina e Rosane compartilham de uma origem humilde, mas apesar de serem filhas de pais “operários” ou “proletários”, conseguiram estabelecer uma trajetória de vida ascendente. As outras, oriundas da classe média, desenvolveram uma trajetória de vida descendente pelo menos no que diz respeito ao aspecto econômico. Adriana, apesar da origem mais abastada não demonstra insatisfação pelo fato de seu padrão de vida ter decaído, ao contrário, hoje parece estar mais contente com sua atuação profissional e política. Cristiane e Iara, no entanto, avaliam de forma diferente suas trajetórias biográficas, pois a todo o momento em seus depoimentos surgem dúvidas em relação a outros caminhos que poderiam ter seguido em suas vidas se tivessem agido com mais coragem, força de vontade e determinação. A escolha da militância e da vida política como projetos de vida não parece satisfazê-las, como ocorre com as demais militantes entrevistadas. Porém, elas não encontram disposição para a tomada de um outro curso de vida e, apesar de lutarem por uma mudança estrutural mais radical proveniente de uma revolução, em suas vidas pessoais aceitam a realidade como se apresenta.

Cristiane e Iara além de manifestarem dúvidas em relação ao seu projeto de vida também têm dificuldades no domínio de certas características próprias ao *habitus* militante e ao campo político. Afirmaram nas entrevistas que não conseguem falar para um grande público, como por exemplo, nas assembléias e que isso prejudica o seu crescimento dentro do partido e do sindicato. Esse fator é importante porque as demais entrevistadas demonstram em seus depoimentos satisfação pelo reconhecimento que recebem no interior do campo político. Porém, isso já não ocorre para Iara e Cristiane e talvez seja um dos motivos pelos quais não se sentem confortáveis com suas atuações políticas, apesar de comungarem um mesmo *habitus* e admitirem a importância que o grupo ocupa em suas vidas.

O grau de adesão a determinado projeto coletivo difere de um sujeito para outro. Mas, apesar de o projeto não ser uma determinação estritamente racional, ele não deixa de ser, conforme salienta Velho (1999), “resultado de uma deliberação consciente a partir das circunstâncias, do *campo de possibilidades* em que está inserido o sujeito. Isso implica reconhecer limitações, constrangimentos de todos os tipos (...)” (op. cit., p. 104). Algumas militantes têm maior consciência de suas limitações e até onde conseguem chegar e isso torna-se fonte de angústia. Outras, entretanto, sabem o que querem e transformam o crescimento político dentro da militância em seu projeto de vida. Quando pergunto a Joaquina sobre as fronteiras entre sua vida privada e suas atividades políticas, ela com clareza afirma a seguinte opção:

Têm as fronteiras, porque têm muitos problemas que eu não discuto do partido em casa e nem de casa no partido. Existem as fronteiras, os limites da privacidade de qualquer ser humano. É, mas assim, existe uma coisa bastante digamos, óbvia. É assim, tem reunião do partido, as meninas sabem que todo o final de semana tem reunião do partido, o Guilherme também sabe. Então todo mundo sabe que se tem conselho do Sinte eu vou para o conselho do Sinte. Então não existe mais nenhum questionamento em relação àquilo. Não há questionamento em relação a isso. É meio como se fosse, é parte da minha vida, aliás, é a principal referência de vida que é participar de um partido. Até porque eu me coloco como um instrumento do partido.

Joaquina, após eu ter desligado o gravador, explicou-me com simplicidade sua filosofia de vida. Para ela há três caminhos que as pessoas podem seguir em suas vidas: um é o caminho sério, são aquelas pessoas que estudam, fazem mestrado, doutorado, são boas mães e companheiras e depois morrem; o outro é o de se rebelar contra tudo e entrar no mundo das drogas e, finalmente, há o caminho escolhido por ela, transformar a sociedade em que se vive. A militância, segundo suas palavras, “é uma resposta para a existência”.

CAPÍTULO 6

O NEN: OUTRA CONFIGURAÇÃO

6.1. MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO

Antes de descrever o NEN e a minha observação sobre as atividades que acompanhei na organização, gostaria de caracterizar brevemente o movimento negro contemporâneo no Brasil, cenário mais amplo onde a instituição pesquisada se insere. O chamado “ressurgimento” do movimento negro no Brasil começa em meados dos anos 1970, a exemplo de outros movimentos sociais. Esse “ressurgimento”, segundo Hasenbalg e Silva (1993), deve-se principalmente à formação de uma parcela ascendente e educada da população negra que sentiu dificuldades em seu projeto de mobilidade social, devido à discriminação racial. Além disso, houve o impacto de fatores externos, como a campanha pelos direitos civis nos Estados Unidos e as lutas pela libertação colonial na África. O movimento, ainda segundo os autores, tem como características “a crítica às visões de mundo eurocêntricas, a recusa do ideal do embranquecimento, um ‘retorno às raízes’, uma adesão à negritude e uma revalorização da África de origem” (op. cit., p. 149). O movimento negro faz ainda uma crítica contundente ao mito da “democracia racial” e ao racismo existente na sociedade brasileira.

Uma das principais organizações políticas criadas no final da década de 1970 no Brasil foi o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Segundo Hanchard (2001), intelectuais importantes do MNU vieram da Convergência Socialista, uma das células mais radicais da esquerda remanescentes ao fim da ditadura. Ainda de acordo com o autor, na Convergência havia um grupo de trotskistas negros que foram para a organização nos anos seguintes ao golpe militar. O MNU surge inicialmente como Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial e depois se transforma em Movimento Negro Unificado. Um dos episódios que motivou os ativistas negros de São Paulo, na época, foi a tortura e o assassinato de um motorista de táxi negro. Foi então realizado um ato público de protesto e, em 7 de julho de 1978, em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, leu-se uma carta aberta à população brasileira. O objetivo inicial do MNU era ser uma entidade que abarcasse todas as organizações militantes negras do Brasil. Porém, esse princípio original não foi alcançado e o MNU hoje não tem a representatividade que já teve em outros períodos.

Apesar disso, ele inspirou o surgimento de novos movimentos e tem seus núcleos estabelecidos em muitas capitais brasileiras, inclusive Florianópolis.

Outros grupos importantes surgidos nessa época foram os de origem religiosa, como as Pastorais Negras, as Comissões de Padres Negros e o Grupo União e Consciência Negra, que organizou-se nacionalmente e também teve a formação de um núcleo na capital catarinense. É importante mencionar a influência da Igreja, pois sua “ala progressista” atuou em vários campos, por meio da organização de diversos movimentos, além de ter funcionado como “escola” para a formação de muitos militantes, conforme registrado no capítulo anterior.

Hasenbalg e Silva (1993) reconhecem a importância do movimento negro contemporâneo, mesmo assim destacam dois motivos pelos quais ele não consegue estabelecer uma comunicação efetiva com uma grande parcela da população negra. Um deles encontra-se na diferenciação social da população negra. Ou seja, há uma considerável distância social entre uma minoria de militantes e a maior parte da população negra, que é pobre e tem baixa escolaridade. O outro fator é de caráter ideológico, pois o movimento caracteriza-se por uma oposição radical aos valores dominantes no campo racial.

Hanchard (2001), em seu estudo sobre o movimento negro no Rio de Janeiro e em São Paulo, afirma que ele é composto por uma “série de movimentos” com diferenças ideológicas e de estratégias políticas. O autor aponta ainda a pouca coerência política entre as organizações e desaprova as características “culturalistas” do movimento, definidas por ele como “a preocupação com os levantamentos genealógicos e com os artefatos da cultura expressiva afro-brasileira” (op. cit., p.121), que, afastam o movimento da elaboração de estratégias políticas mais consistentes. A posição de Hanchard é contestada por Gonçalves (1998), para quem a crítica à tendência culturalista do movimento presente em algumas análises julga de forma negativa a cultura negra no seu importante papel de formadora de subjetividade, acabando por validar uma postura assimilacionista.

Gilroy (2001), embora não se refira especificamente ao movimento negro, aproxima-se de Gonçalves quando dirige sua crítica aos estudos que apontam o excesso de “culturalismo” no movimento negro brasileiro. Para Gilroy, há uma espécie de “complexidade sincrética” das culturas negras que não relaciona-se à transmissão de uma essência fixa de africanidade, mas que inventa novas tradições e concepções de modernidade. As “culturas expressivas negras” possuem um potencial mobilizatório e político que Hanchard ignora em

seu estudo, talvez porque compreenda cultura e política como esferas completamente distintas e porque deseja ver no Brasil movimentos nos moldes daqueles dos Estados Unidos.

Hanchard cita as passeatas realizadas com o objetivo de condenar a “farsa da abolição”, em 13 de maio de 1988, no Rio de Janeiro e São Paulo, como exemplos dos conflitos entre organizações partidárias e não partidárias presentes no interior do movimento, marcando uma luta pela hegemonia política. O que o pesquisador norte-americano cita como um problema do movimento negro não é exclusivo dele. No movimento sindical isso ocorre de forma muito intensa e possivelmente também aconteça em outros movimentos. Embora no meio sindical a ingerência partidária se dê de forma mais intensa, o movimento negro não deixa de conviver com essa situação.

Existe um grande número de organizações não-governamentais e entidades negras com preocupações mais voltadas para as atividades culturais. No entanto, meu objetivo não é fazer um extenso inventário dessas organizações e sim um breve mapeamento daquelas mais importantes e que estão ou estiveram atuando em Florianópolis.

6.2. MOVIMENTO NEGRO EM FLORIANÓPOLIS

Praticamente não há bibliografia sobre o movimento negro em Florianópolis. Tive acesso a um texto elaborado por Jeruse Romão⁴⁹, no qual é feito um levantamento sobre o movimento negro no Estado de Santa Catarina, inclusive dados referentes à capital, nos quais vou me deter.

As primeiras organizações na capital catarinense formaram-se nas décadas iniciais do século XX como sociedades recreativas e culturais, cuja principal função era criar espaços para a socialização dos negros, visto que em vários locais do Estado não era permitida a entrada de pessoas negras em espaços frequentados por brancos. Há informações de que entre os anos 1940 e 1950 houve a intenção de se criar um Núcleo da Frente Negra Brasileira em Florianópolis⁵⁰, mas a proposta não se concretizou. A partir da década de 1960, foram criadas organizações como o Centro Cultural Cruz e Sousa e a União Catarinense dos Homens de Cor

⁴⁹ O texto denominado: *O que move o negro?* Inventário sobre o movimento do negro em Santa Catarina (2001), foi elaborado pela autora para o projeto História da educação dos afro-brasileiros, promovido pelo Centro de Referência de Material Didático Afro-Brasileiro. Nele há uma listagem significativa das organizações do movimento negro no Estado de Santa Catarina. Jeruse Romão foi uma das militantes entrevistadas na pesquisa.

⁵⁰ Essa organização, criada na década de 1930, teve grande importância no cenário nacional. Para maiores informações consultar HASENBALG (1993) e HANCHARD (2001).

(UCHC). Deixei de fora dessa trajetória das entidades negras locais as escolas de samba, apesar de saber de sua importância para a organização da comunidade negra na cidade⁵¹.

Será a partir de finais dos anos 1970, a exemplo do resto do país, que o movimento negro vai ressurgir em Florianópolis. Em 1978, houve a criação da Sociedade Cultural Antonieta de Barros, da qual Márcio de Souza, um dos entrevistados desta pesquisa, foi um dos fundadores. No início da década de 80 foi fundado o Grupo União e Consciência Negra e a Sociedade Cultural Antonieta de Barros acabou extinta. Em meados da década de 1980 foi criado o Núcleo de Estudos Negros (NEN). Nos anos 1990 foram fundados núcleos de entidades nacionais, MNU, União dos Negros pela Igualdade (UNEGRO) e Centro Nacional da Africanidade e Resistência Afro-Brasileira (CENARAB). Também nessa época registra-se a formação de grupos de mulheres negras, como o Cor de Nação e o Grupo Negra Nós e, mais recentemente, o Fórum de Mulheres Negras.

Pelo levantamento que realizei, ainda permanecem atuando, a UNEGRO, o MNU, o Fórum de Mulheres Negras e o NEN. Não foi possível verificar a relação do NEN com as demais entidades do movimento negro em Florianópolis. Sei que não realizam atividades conjuntas com o MNU⁵², pois as duas organizações têm posturas diferentes em relação às estratégias de atuação. Nas atividades que participei sempre havia representantes de outras entidades do Estado. Além disso, há um órgão representativo das organizações do movimento negro em Santa Catarina denominado Fórum Estadual de Entidades Negras, fundado em 1999, do qual o NEN faz parte. O NEN também participou como um dos representantes do movimento negro brasileiro na Conferência Mundial Contra o Racismo, em Durban (África do Sul), no ano de 2001.

Hanchard observou em sua pesquisa a influência de partidos políticos no movimento negro nas duas cidades que investigou. Não consegui coletar dados suficientes que mostrassem essa situação em Florianópolis com relação ao NEN. Grande parte de seus membros não é filiada a partidos políticos, embora, como admitiram em suas entrevistas, localizam-se politicamente à esquerda e muitos deles são simpatizantes do PT.

⁵¹ Para maiores detalhes consultar TRAMONTE, Cristiana (1996). A autora faz um vasto levantamento sobre o tema.

⁵² O MNU possui um estatuto nacional que não corresponde aos princípios adotados pelo NEN, de acordo com João Carlos Nogueira, atual coordenador do NEN e um dos entrevistados da pesquisa, o MNU pensa a questão

6.3. NEN

O Núcleo de Estudos Negros foi criado em 1986⁵³, depois da discordância de alguns membros do Grupo União e Consciência Negra, entre eles Márcio de Souza e Ivan Costa Lima, em relação ao caráter religioso da instituição. O perfil de seus fundadores é de estudantes e professores universitários de várias áreas, como direito, pedagogia, arquitetura, e contabilidade. O NEN teve como objetivo inicial discutir mais especificamente as questões políticas, cobrar do Estado políticas públicas para a população negra e também interferir em áreas consideradas fundamentais, como a educação e a justiça, visto que as organizações existentes anteriormente - como o Antonieta de Barros e o União e Consciência Negra -, segundo o depoimento dos entrevistados, atuavam mais no campo cultural. Ivan, ao referir-se ao União e Consciência Negra, relata que o grupo tinha como preocupação básica levar as discussões sobre o racismo às comunidades periféricas em Florianópolis e que seu perfil assemelhava-se ao das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das pastorais. O NEN pretendia, portanto, diferenciar-se dessas organizações e realizar ações e discussões em relação aos problemas mais presentes para a população negra. Por esse motivo, estruturou-se tendo como um de seus eixos centrais a educação. Assim Jeruse Romão relembra acerca de sua constituição:

E claro, a gente nos anos 80 vinha com uma bagagem bastante significativa das reflexões sobre sociedade, inseridas nas reflexões que o movimento negro até então tinha. Que o movimento negro achava que era uma política de integração que faria com que os negros tivessem os seus direitos, as suas igualdades reconhecidas. E nós entendíamos que não. Nós entendíamos que era um confronto com o Estado, que o Estado era racista. A gente via na realidade dos anos 80, do capitalismo, das teorias do aparelho ideológico do Estado e (...) elas faziam uma discussão de classe, a gente fazia uma releitura de raça. A gente dizia, o aparelho ideológico não é só para reproduzir classes, é para reproduzir racismo, desigualdade racial. E isso no início foi supermal interpretado pelo próprio movimento negro, primeiro por que era um discurso de esquerda, então a gente foi taxado de comunista, o que era uma situação desconfortável para aquela geração anterior à nossa. E também a gente foi taxado de intelectual, intelectual no sentido quase que de um insulto. Foi uma situação que no começo tivemos que confrontar. (...) Mas foi um processo que nos deu bastante autonomia, a gente tinha o discurso da autonomia como princípio, ou seja, diferente de outras organizações que misturavam um pouco as

racial no Brasil apenas como um enfrentamento entre brancos e negros. Para Nogueira, essa é uma leitura simplista que não considera a complexidade racial da realidade brasileira.

⁵³ Segundo ROMÃO (2001), os fundadores do NEN foram: Dora Lúcia Bertúlio, Paulino de Jesus Cardoso, Márcio de Souza, Márcia José Pereira de Souza, Elisabeth Cecília Farias, Lino Peres, Valdir Cachoeria, Sonia de Souza, Jeruse Romão, Mariza Oldreman, Claudionor Veridiano da Costa, Aloísio José dos Reis, Marilú Lima de Oliveira e Ivan Costa Lima.

relações partidárias dos membros e da entidade, a gente entendia que o nosso vínculo era com a perspectiva socialista de esquerda, mas que a gente tinha autonomia, até porque o núcleo absorvia pessoas que vinham do PMDB, do PCdoB, e do recém-criado PT.

No início o NEN sobreviveu do trabalho voluntário de seus membros e de suas contribuições. As primeiras reuniões eram realizadas na casa de integrantes ou em seus locais de trabalho. Com o tempo foi se estruturando com a ajuda de sindicatos e de outras ONGs da cidade. Segundo Romão (2001):

(...) O Núcleo de Estudos Negros assume, por exemplo, a posição de multiplicador de informações entendendo, desde a sua formação, que a comunicação seria ponto chave para a articulação das entidades negras, muitas isoladas em áreas de atuação. Resgata, em parte, a centralidade da cultura afro-brasileira como ponto de partida para o estabelecimento de políticas, para a reorientação da visão sobre o negro na sociedade catarinense e, assim, contribui para a visibilidade do negro no território brasileiro e catarinense. (op. cit., p. 35).

No começo a instituição organizou-se por áreas de atuação em função da especialização de seus membros, enfatizando mais a educação e o direito. Atualmente o NEN estrutura-se a partir de três eixos principais: o Programa de Educação, o Programa de Justiça e o Programa de Mulheres Negras. Em relação à educação, a preocupação principal da entidade é a formação de professores como estratégia para o combate ao racismo nas escolas, à modificação dos currículos escolares, inserindo disciplinas ou mesmo conteúdos sobre a história da África, além da produção de materiais didáticos que sirvam de subsídio para os debates sobre a questão racial. São elaborados para esse fim o Jornal de Educa-Ação Afro e os Cadernos da Série Pensamento Negro em Educação. Ainda dentro da perspectiva educacional, o NEN lançou no final de 2002 o primeiro número da Revista Nação Escola como mais um instrumento para a discussão racial no campo educacional. A organização propõe a elaboração de uma “pedagogia multirracial e popular” que tenha como principal objetivo a reapropriação da cultura produzida pelos grupos sociais e étnicos excluídos” (Silva, 2002, p. 27). A escola teria o papel de afirmação da diferença e de respeito e valorização das singularidades étnicas e sociais.

O Programa de Justiça foi criado em 1994. A partir de 1998 passa a desenvolver iniciativas, como os seguintes projetos: de Direitos Humanos e Justiça Participativa, de Apoio Psicológico e Racial às Vítimas de Violência Racial e de Apoio a Comunidades Negras Rurais. Entre as atividades realizadas dentro dos programas estão cursos para operadores

jurídicos, direcionado a advogados e outros profissionais interessados, a articulação da Rede SOS Racismo, o atendimento psico-sócio-racial, entre outras.

O Programa de Mulheres Negras organiza-se em três linhas: Saúde, Direito Reprodutivo e Sexualidade é a primeira delas e visa atender principalmente meninas adolescentes, pois essa é uma fase na qual os problemas relacionados à sexualidade e à saúde reprodutiva aparecem com maior frequência. A outra é o Mercado de Trabalho, que dá apoio às vítimas de discriminação no trabalho e procura implementar espaços de discussão com a sociedade civil. A terceira linha refere-se à violência doméstica e pretende realizar um levantamento de dados relativos ao problema na Delegacia da Mulher e do Menor e no Juizado da Infância e da Juventude.

Na organização da entidade há um Coordenador Geral, a Direção Executiva, a Coordenação dos Programas, o Conselho Deliberativo e as respectivas Assessorias - Administrativa, de Comunicação, Jurídica, Pedagógica, Psicológica e de Relações Internacionais. O vínculo de todos os participantes é estabelecido via bolsas distribuídas entre os três programas. A instituição conta com uma equipe de mais de 20 pessoas, entre “bolsistas” e colaboradores.

6.4. ENTRADA EM CAMPO E ANÁLISE DE ALGUMAS ATIVIDADES

Entrei em contato com o NEN através de Ivan Costa Lima⁵⁴. Inicialmente, questionei sobre a possibilidade de fazer uma pesquisa com os militantes, realizando entrevistas, e também de participar do cotidiano da organização. Ivan informou que eu deveria encaminhar um ofício para a diretoria, que decidiria pela realização ou não da pesquisa. A resposta inicial foi de que eu poderia conversar e entrevistar as pessoas e ter acesso aos materiais do arquivo da organização. Comecei o trabalho entrevistando o Ivan sobre a instituição, com o objetivo de conhecer seu funcionamento e sua história, já que ele foi um de seus fundadores. Posteriormente, consegui falar com o coordenador da entidade, João Carlos Nogueira, que se dispôs a conceder entrevista, além de possibilitar o acesso a algumas atividades externas realizadas pela instituição. Porém, não fui autorizada a participar das reuniões internas. Portanto, no NEN não foi possível ter uma convivência mais próxima e direta com seus integrantes e, tampouco, encontrá-los reunidos, pois atuam em programas diferenciados.

⁵⁴ Ivan é um dos responsáveis pela área de educação do Nen e foi um dos militantes entrevistados na pesquisa. Já havia mantido contatos anteriores com Ivan e com Nogueira, pois enquanto trabalhava no NPMS foram feitas pesquisas que envolveram o NEN.

Apesar dessa dificuldade, a participação nas atividades públicas e as entrevistas permitiram a elaboração da análise presente no trabalho.

Inicialmente, fui com relativa frequência à entidade para que Ivan passasse informações e com o objetivo de pesquisar a bibliografia e a documentação necessárias à realização da pesquisa. Depois, participei das atividades de caráter aberto organizadas pelo NEN: cursos, seminários e aulas inaugurais. Como não houve possibilidade de encontros mais diretos com os participantes, questões sobre o que os militantes pensam do movimento negro, como o NEN relaciona-se com as outras entidades da cidade e do Estado e como definem a si mesmos e às outras organizações foram analisadas a partir das entrevistas. Adotei também como fonte de análise o material de apoio utilizado nos cursos, as exposições de resultados de oficinas e o material publicado pela organização.

Antes de participar de uma programação do NEN, assisti à palestra “O negro e a cidade”, organizada pelo Centro de Educação da UFSC, proferida por Jeruse Romão e Márcio de Souza. Depois de comparecer a esse debate, que teve como objetivo discutir sobre a questão dos negros em Florianópolis, percebi a importância de entrevistar a Jeruse e o Márcio, mesmo que eles não façam mais parte da organização. Ao obter um maior conhecimento de suas trajetórias, pude concluir que foram imprescindíveis para a construção e consolidação da entidade.

O primeiro evento organizado pelo NEN que presenciei foi o 1º Seminário Estadual: Raça, Gênero e Saúde – uma questão de direitos humanos, realizado de 8 a 9 de junho de 2002, cujo objetivo foi debater proposições e estratégias nas áreas de saúde sexual e reprodutiva, sexualidade, direitos humanos e de gênero em âmbito estadual. O seminário contou com a participação de Dora Lúcia Bertúlio⁵⁵, Edna Roland⁵⁶, Regina Nogueira⁵⁷ e Fátima Oliveira⁵⁸, além de representantes de ONGs de São Paulo e do Rio Grande do Sul. No primeiro dia realizaram-se palestras e, no segundo, oficinas. As discussões e palestras versaram sobre a questão da raça como construção social, como fonte de orgulho, mas também enquanto significado biológico. Algumas palestrantes definiam raça enquanto um conceito construído socialmente. Outras, porém, o consideravam em seu significado biológico. Nesse momento comecei a perceber a importância da discussão desse conceito, que mais adiante será retomado.

⁵⁵ Além de ser Coordenadora do programa de Justiça do NEN, é Procuradora Geral da Universidade Federal do Paraná.

⁵⁶ Relatora da III Conferência Contra o Racismo/Durban e Presidente do Fala Preta.

⁵⁷ Pediatra e coordenadora Geral da Coordenadoria Estadual da Mulher do Estado do Rio Grande do Sul e Coordenadora de Estudos e Projetos do GRIO.

A diferença foi outro tema debatido no evento, ao serem consideradas as especificidades dos variados grupos com o objetivo de prestar atendimento diferenciado de acordo com suas necessidades. Nesse caso, as discussões giraram em torno do atendimento prestado às mulheres negras pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A dinâmica para a realização das oficinas era a seguinte: o público foi dividido em grupos e cada grupo recebia uma frase que envolvia a questão racial e o gênero. Os grupos teriam que elaborar comentários sobre as frases e depois socializá-los com o público mais amplo. O tema da auto-estima que está presente nas entrevistas e nos materiais publicados pelo NEN, também foi citado na discussão entre os grupos como forma de “dar força” aos negros para lutarem por seus direitos. As sugestões foram no sentido de que as entidades presentes ao evento organizassem cursos de auto-estima para seu público-alvo.

Depois desse seminário participei de aulas inaugurais e de um curso incluído no Projeto de Educação Profissional para Comunidades Negras, que tinha como objetivos a proposição de metodologias para que lideranças de comunidades negras possam obter recursos públicos através da implementação de políticas públicas, a apresentação de alternativas para a inserção dessas populações no contexto produtivo, a discussão e o desenvolvimento de políticas de geração de emprego e renda, o levantamento de possibilidades de inclusão dos trabalhadores afro-descendentes nas políticas públicas de suas regiões e a recuperação da história das populações afro-brasileiras do Estado. O projeto foi desenvolvido em 21 municípios de Santa Catarina, participei das atividades em Florianópolis e Laguna. O curso era aberto com uma aula inaugural nas sextas-feiras e durante o final de semana trabalhava-se o dia inteiro, dependendo do número de pessoas inscritas. As aulas eram ministradas por um dos integrantes do Programa de Educação. O que me interessa abordar aqui é um dos eixos centrais do curso, a história das populações negras.

A introdução ao debate sobre a história da população negra era precedida de comentários sobre a situação socioeconômica dos negros desde a escravidão até os dias de hoje, concluindo-se que essa população sofreu um processo doloroso de quebra da auto-estima durante todo esse tempo. A discussão sobre a história dos afro-descendentes teve como base textos sobre a “Mãe África”, a África como “ventre fértil do mundo”, como forma de construção de uma contra-história dos afro-descendentes, ou seja, da história que não está presente na historiografia oficial. Nos textos são relatadas as origens dos povos africanos, a diversidade regional do continente africano, da religiosidade, das etnias e dos seus valores.

⁵⁸ Médica, participa do Conselho Diretor da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos.

Esses são alguns dos recursos mobilizados pela equipe do NEN no sentido de criar e manter o mito de uma origem comum e um sentido de pertencimento entre a população negra. Há também uma tentativa de ressignificar o lugar de “origem” - a África não é somente aquele continente pobre que aparece nos noticiários da tevê - e, ao mesmo tempo, um movimento de renovação da tradição, de volta às raízes.

Esse reconhecimento do passado parece ser comum aos diversos grupos e organizações negros nos mais variados lugares. Gilroy (2001) afirma que a cultura política negra moderna esteve mais interessada na relação entre a identidade e as raízes do que em ver a identidade enquanto um movimento de mediação construído por meio das rotas percorridas pelos negros após sua saída da África, em decorrência da escravidão. Há uma necessidade por parte do movimento negro de construção de uma identidade “autêntica, natural e estável” (op. cit., p. 84) que configure um “eu racial” coerente. O processo de aquisição de raízes pode ser compreendido, ainda de acordo com Gilroy, quando os negros provenientes da diáspora⁵⁹ procuraram montar uma agenda política cujo ideal de enraizamento era pré-requisito para a obtenção da integridade cultural.

A necessidade de fixar raízes culturais ou mesmo étnicas e depois utilizar a idéia de estar em contato com elas como meio de reconfigurar a cartografia da dispersão e do exílio talvez seja melhor entendida como uma resposta simples e direta às modalidades do racismo que têm negado o caráter histórico da experiência negra e a integridade das culturas negras (op. cit., p. 224).

Ainda de acordo com a interpretação do autor, a idéia de tradição possui um grande poder dentro do discurso político negro. Ela é invocada no sentido de demonstrar continuidades históricas e interculturais que tornam possível a concepção de uma cultura negra distinta. Ao mesmo tempo, a idéia de tradição pode representar a paralisia da política negra na defensiva contra os poderes da supremacia branca.

Nessas condições, onde as obsessões com a origem e o mito podem governar as preocupações políticas contemporâneas e a granulação fina da história, a idéia de tradição pode constituir um refúgio. Ela

⁵⁹ O conceito de diáspora, de acordo com GILROY (2001), “entra para o vocabulário dos estudos sobre negros e a prática da política pan-africanista a partir do pensamento judaico. (...) Os temas de fuga e sofrimento, tradição, temporalidade e organização social da memória possuem um significado especial na história das respostas judaicas à modernidade” (op. cit., p. 382). Esse conceito, que representa a dispersão dos negros pelo mundo com o advento da escravidão, é utilizado pelo autor como uma alternativa “para a inflexível disciplina do parentesco primordial e a fraternidade pré-política e automática. A popular imagem de nações, raças ou grupos étnicos naturais, espontaneamente dotados de coleções intercambiáveis de corpos ordenados que expressam e reproduzem culturas absolutamente distintas (...) é um conceito que ativamente perturba a mecânica cultural e histórica do pertencimento (idem, p. 18).

fornece um lar temporário no qual se pode encontrar abrigo e consolo diante das forças viciosas que ameaçam a comunidade racial (Gilroy, op. cit., p. 354).

O autor sugere que a idéia de tradição não deve ser pensada em contraposição à modernidade e que a unidade da cultura não está garantida pela força de uma herança africana comum. Ao contrário, as experiências de fluxos e trocas podem ser mais úteis e “colocar em questão o próprio desejo de ser centrado” (op. cit., p. 357).

Hall (1996) afirma que não pode haver uma simples recuperação ou retorno ao passado ancestral, porque todo o passado é reexperienciado através das categorias do presente. Porém, parece, que o movimento negro tem, pelo menos num primeiro momento, essa necessidade arqueológica de retomar o passado. Pelo que observei no material coletado na pesquisa, nos depoimentos e nos cursos que assisti, a memória dos negros inexiste nos livros e na história oficial o que torna necessário esse processo de retorno ao passado, desde que não se transforme em uma posição estática que impossibilite a volta ao presente. Pois, só esse momento de “redescoberta”, conforme Hall, “não assegurará nosso sentido de nós mesmos para a eternidade”⁶⁰ (op. cit., p. 170).

Tanto Hall quanto Gilroy concordam que o que é compartilhado pelos descendentes da travessia do “Atlântico Negro” é uma experiência de descontinuidade, muito mais do que uma origem comum. Jeruse não cita especificamente a experiência da diáspora negra como um fator de “unidade” identitária entre os afro-descendentes, mas vê a história, da qual a diáspora é parte significativa, como esse elo de ligação:

Eu não tenho um discurso (...) sobre isso, eu não abro mão, independente do lugar, “ele é negro, ele pode ser evangélico, ou do candomblé, ele é negro”. Ele traz nele todo um arcabouço histórico que ele não pode abrir mão, ele pode renunciar a saber sobre a história da escravidão, mas ele chegou aqui pela escravidão, uma história de relações entre brancos e negros. Então ele é negro nesse aspecto. Agora eu não posso mais pensar o negro assimetricamente, “o negro é aquele que toca música no pelourinho, é aquele que vai no candomblé”, absolutamente. Ele pode estar numa orquestra sinfônica, ele pode detestar samba, e isso não faz com que ele deixe de ser negro. Por quê? Porque não é só o cultural, não é só o biológico. É um conjunto de coisas. E ele tem uma história mesmo que ele negue. Ele não quer ser negro, mas olhando para ele, eu vejo essa pessoa é negra. “Ah não por que o meu pai é mestiço”. As fugas da cor, na realidade, a gente está falando da história. A cor é o bode expiatório da história. E a história dele, é a história de um negro. Ele não teve a história de um branco.

⁶⁰ Tradução própria.

O projeto de educação profissional para comunidades negras foi finalizado com a realização de um encontro geral no dia 31 de agosto de 2002. Os resultados apresentados pelo NEN foram os seguintes: o envolvimento direto de aproximadamente 400 pessoas nas aulas inaugurais; a predominância de mulheres, com cerca de 60 a 70% de participação; a faixa etária da maior parte do público foi de jovens e adolescentes; registrou-se a forte presença de professores e professoras - de 20 a 30% do público, e a população atingida foi principalmente de pessoas excluídas do processo de qualificação profissional.

Verificou-se nas cidades abarcadas pelo programa que o poder público não tem preocupação nem políticas adequadas para o atendimento da população negra. Além disso, as populações negras encontram-se ocultas e marginalizadas do processo produtivo e da memória histórico-cultural dos municípios. A maior conclusão a que os organizadores dos cursos chegaram é sobre o desconhecimento da realidade das populações negras no Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO 7

ENTREVISTAS COM MILITANTES DO NEN

7.1 ESCOLHA DOS ENTREVISTADOS E CONTEXTO DAS ENTREVISTAS

Foram realizadas entrevistas com três membros do NEN e dois ex-participantes. O critério utilizado para a seleção dos entrevistados foi o tempo de participação na instituição. Márcio de Souza e Jeruse Romão, apesar de não atuarem mais, foram fundadores do NEN e peças importantes na sua consolidação. Jeruse foi por muito tempo coordenadora do programa de educação, um dos carros-chefes da organização até hoje e Márcio teve sua primeira candidatura para vereador apoiada pelo movimento.

As três entrevistas com os militantes do NEN foram realizadas na sede da instituição. A entrevista com Jeruse foi em sua casa e com o Márcio em seu gabinete na Câmara de Vereadores de Florianópolis. Todos os entrevistados aceitaram, sem ressalvas, conceder as entrevistas e gravá-las. Os encontros duraram de uma a duas horas cada um. Comecei solicitando que os entrevistados contassem sua trajetória de vida salientando os principais aspectos relacionados à militância política. Deixei que falassem à vontade até o momento em que concluíam não ter mais nada a dizer e só então passei a fazer perguntas de esclarecimentos ou sobre outras questões que eventualmente tivessem ficado de fora.

Utilizo o mesmo método de análise relatado anteriormente. Assim como no Sinte Regional, todos os entrevistados falaram sobre sua origem familiar, de classe e regional. No entanto, nos depoimentos dos militantes do NEN a questão da identidade étnica foi o epicentro de suas narrativas. Suas opiniões e experiências em relação ao racismo, à raça e à “democracia racial” constituem outro bloco analítico. O que faziam antes de se engajarem ao movimento, como chegaram à militância e quais suas opiniões sobre o movimento negro também são motivos de análise. Outro ponto a ser ressaltado é a importância das datas comemorativas e símbolos, tanto para suas vidas quanto para o movimento. A forma de aquisição de conhecimento, o gosto pela leitura e pelos estudos e, em contrapartida, o não esquecimento da tradição e da importância da palavra são temas presentes em grande parte dos depoimentos. Também foi possível observar com as entrevistas que há uma expectativa dentro de suas próprias famílias e comunidades em relação ao futuro dos entrevistados, principalmente devido ao seu bom desempenho escolar. A formação e a consolidação de um

sentimento positivo de auto-estima, segundo os depoimentos, foram fundamentais para que conseguissem romper as barreiras de uma sociedade tradicionalmente racista. Por fim, a combinação entre a militância e os aspectos profissionais e privados da vida de cada um dos entrevistados também será tratada.

7.2. APRESENTAÇÃO DOS MILITANTES ENTREVISTADOS

No NEN também foram entrevistadas cinco pessoas, as quais apresentarei de acordo com a ordem cronológica de realização das entrevistas:

- Ivan Costa Lima tem 39 anos de idade, é graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e atualmente faz mestrado em Educação nessa mesma universidade. Nasceu em São Francisco do Sul (SC), é casado e não tem filhos. Atua no NEN desde a sua fundação e é um dos responsáveis pelo Programa de Educação.
- João Carlos Nogueira é o Coordenador do NEN e começou a participar da organização por volta de 1988. É formado em Ciências Sociais pela UFSC e faz Doutorado na mesma área na Universidade de São Paulo (USP). Tem 38 anos de idade, é natural de Ituporanga, casado pela segunda vez e pai de três filhos. Além de coordenador do NEN, Nogueira acumula também as funções de Formador da Secretaria Nacional de Formação da CUT, de Diretor do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (INSPIR) e é membro convidado do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, organizado pelo governo federal.
- Jeruse Maria Romão tem 43 anos de idade. Foi uma das fundadoras do NEN, mas não participa da organização desde 2000. É natural de Florianópolis, separada e tem dois filhos. Formou-se em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e possui mestrado em Educação pela UFSC. Atualmente é professora do ensino superior, uma das coordenadoras do Fórum de Mulheres Negras da Grande Florianópolis, além de ser uma das responsáveis pelo Programa Diversidade na Universidade da (UDESC) e consultora da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).
- Marcos Rodrigues da Silva tem 44 anos de idade. Participa do Programa de Educação do NEN. Nasceu em Presidente Prudente (SP), é separado e tem uma filha. Além de atuar no

NEN, é professor na Universidade Regional de Blumenau (FURB), assessor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) e dos agentes das Pastorais Negras, além de participar do programa “Mundo do Trabalho e Relações Raciais”, desenvolvido pela CUT. É doutorando em Sociologia Econômica das Organizações UTL, de Lisboa.

- Márcio José Pereira de Souza cumpre a terceira legislatura consecutiva como vereador de Florianópolis pelo PT. Tem 43 anos de idade, é natural de Florianópolis, casado e tem uma filha. Formado em Licenciatura em Química e com bacharelado em Farmácia pela UFSC, é professor licenciado do Instituto Estadual de Educação e faz Pós-Graduação em Políticas Públicas na UDESC. Foi um dos membros fundadores do NEN.

7.3. TRAJETÓRIAS FAMILIARES E EDUCACIONAIS

7.3.1. O núcleo familiar

As origens familiar, de classe e regional foram citadas por todos os entrevistados. Oriundos de famílias humildes, seus pais tiveram de trabalhar muito para sustentar os filhos. É significativo, talvez determinante, o fato de a família ter sido fundamental para que os entrevistados tivessem condições de superar as condições adversas e estudar até o curso superior. O papel decisivo das famílias na transmissão de valores, nas atitudes e nos exemplos é reconhecido como essencial por todos. A preocupação dos pais com a educação formal e com as atividades exercidas pelos filhos foi ponto comum nos depoimentos. Os entrevistados são filhos de pais e mães muito presentes na vida familiar. Dois deles perderam os pais cedo e relataram ter assumido o cuidado da família junto com suas mães. A educação, a responsabilidade e a disciplina são valores citados como primordiais, servindo de guias para suas vidas:

Nogueira:

Então quando estava em Ituporanga, ainda com 16, 17 anos, eu já percebia que era fundamental, com esse estímulo da vida cotidiana de jogar futebol, de brincar aqui, de ir para a escola (...) e tal, tinha muito a ver com aquilo que eu queria também como futuro. Quer dizer, nessa trajetória até 17, 18 anos duas coisas foram fundamentais: uma que os meus pais focaram nossas vidas na educação. Então, nós éramos de uma família muito pobre mas, essa idéia de se alimentar para os fins, que era justamente o trabalho em educação, estava muito presente neles. E o outro foco muito forte que a gente veio tendo era a idéia de responsabilidade! Que você precisava cumprir isso, cumprir aquilo, ser honesto. Então, uma série de coisas, de valores que eu hoje enxergo, olho para os meus nove irmãos, nós temos isso

como uma coisa muito de parâmetro. Ah, ninguém consegue sair fora desse arquétipo que meu pai e minha mãe foram constituindo.

Márcio também ressalta a dedicação de seus pais à educação dos filhos, justificando-a por dois motivos: sua mãe era cozinheira em uma escola e percebia o quanto isso era importante e o seu pai por ser tipógrafo convivia em um ambiente intelectualizado, formado basicamente por jornalistas, gostava de ler e sabia da importância do conhecimento:

Então essa questão da educação ela sempre nos acompanhou como preocupação, tanto de parte da minha mãe como do meu pai. No período escolar o meu pai conseguiu uma bolsa de estudos para depois de ter frequentado a pré-escola (...) E fui matriculado na escola Alferes Tiradentes. (...) O meu pai sempre foi de muito zelo, de muito rigor, muita disciplina, muita exigência para o trabalho. Essas coisas foram fundamentais porque acertaram as possibilidades do ponto de vista para o futuro, a educação foi fundamental, estratégica, na visão tanto do meu pai quanto da minha mãe.

A preocupação com a educação dos filhos também está presente na narrativa de Marcos. Ao contrário dos demais entrevistados, Marcos é filho único e isso o tornava um motivo de atenção ainda maior. Assim como o pai de Márcio, o seu também conseguiu para ele uma bolsa de estudos:

(...) O meu pai só teve o primeiro ano da primeira série, não estudou mais que isso, aprendeu só a tabuada. A minha mãe completou as séries iniciais, até a 4ª série, depois também se retirou. Então eles depositaram tudo em mim para ser o que eles não puderam ser. Com isso eu tive privilégios, eles conseguiram através da minha tia que era empregada de uma das famílias mais ricas da cidade, ela conseguiu uma vaga para eu estudar em colégio religioso, colégio das irmãs beneditinas. Então eu era um menino pobre, no meio de famílias de classe média e alguns ricos também dentro daquele padrão regional. E era uma batalha para os pais, porque tinha que manter o status desse filho que morava na periferia, que saía de sandálias havaianas, andava duas quadras no barro, depois tinha que colocar o tênis branquinho para entrar dentro do ônibus para chegar limpo no colégio, era assim o ritmo, e quando chovia era terrível! E quando não chovia tinha que ter cuidado para chegar limpinho, onde estava todo mundo limpo, todo mundo morava no asfalto e eu morava no extremo da periferia.

Inúmeras pesquisas citadas por Reichmann (1995) comprovam que o acesso desigual à educação é um dos fatores cruciais que determinam a condição de um *status* de subordinação para a população negra. Além disso, o preconceito de colegas e professores e os estereótipos negativos relacionados aos afro-descendentes por meio da mídia, de piadas etc. também exercem severa influência na baixa *performance* das crianças negras nas escolas. Levando,

muitas vezes, à internalização de uma auto-imagem negativa. Reichmann, citando uma pesquisa realizada por Barbosa, ressalta a conclusão do autor de que a escola, além de não oferecer “nenhum elemento que ajude na formação da identidade racial” (op. cit., p. 504), ainda reforça os estereótipos racistas existentes. A educação, que pode ser um fator de mobilização social para as populações negras, não exerce esse papel, pois são os negros e “mestiços” que mais apresentam dificuldades de acesso ao ensino e os com menor tempo de escolaridade. A autora aponta ainda que não foi demonstrado adequadamente, por meio de pesquisas, como o preconceito racial influencia na formação da identidade das crianças negras no Brasil. No entanto, tanto pais como educadores negros afirmam que há um forte impacto na auto-imagem dessas crianças em relação à confusão sobre sua identidade (é negra? é morena?) ou ainda à negação da mesma.

Os pais de meus entrevistados perceberam que priorizar a educação dos filhos era a decisão correta, porém somente isso não serve como solução para os problemas decorrentes da desigualdade racial, como podemos observar pelas pesquisas sobre educação e racismo no Brasil⁶¹. Reichmann (1995) cita um estudo realizado por Cross (apud. Reichmann), em que sugere que a identidade racial começa a formar-se em torno dos 5 anos para 6 anos de idade. Nesse período, o impacto causado pela discriminação ou pela omissão em relação à própria identidade pode ser “devastador” para o desenvolvimento da identidade das crianças negras. Por esse motivo, se a criança não for “ativa e criativamente compensada pelos pais” (op. cit., p. 505) ou pela família em sentido mais amplo, os resultados serão negativos. Pelos depoimentos coletados, as famílias dos entrevistados conseguiram proporcionar esse reforço identitário, incentivando o enfrentamento das adversidades dentro de uma sociedade desigual e discriminatória. Assim se expressa Ivan a respeito de sua família:

E, claro, eu faço essa reflexão a partir de hoje, existia uma fala muito forte de identidade negra do ponto de vista daquelas pessoas da minha família (...). São lembranças, e agora eu estou aqui remoendo as memórias. Porque tinha essa coisa de você ser destituído de sua identidade do ponto de vista da trajetória educacional de negação de uma possibilidade de tua ascendência afro-brasileira, ascendência africana. De manter uma identidade de ser preto, porque daí tem uma parte da família que tem um cabelo mais liso e tal e às vezes tinha brincadeira sobre isso, de que não adianta ter cabelo liso porque tu continua sendo preto. Tem essas coisas muito fortes, definidoras de uma certa identidade, não-sistematizada, não enquanto uma organização que pudesse resultar numa coisa mais ampla, mas era pelo núcleo familiar

O exemplo de subordinação também esteve presente na vida familiar de um dos entrevistados. Mas, apesar disso, ele conseguiu fazer uma crítica de sua condição e da de seus pais. O pai de Marcos era tratado com respeito, mas desde que se colocasse em seu “devido lugar”.

O meu pai sempre trabalhou como aquele que trabalhava muito para a classe média e era um homem bem quisto, todo mundo tratava ele com o maior carinho, porque o Roberto era um homem muito dedicado. Agora eu vou fazer um rótulo para ele, dedicado porque ele trabalhava mesmo, não é porque ele era inteligente. Na hora de ler lá na frente, o meu pai não aparecia. Na hora de estar representando o grupo social, ele não aparecia. Na hora de carregar as malas, fazer o churrasco, carregar os bancos, daí o Roberto era excelente. Então depois mais tarde eu: “puxa, como judiaram do meu pai”. Eu ainda era muito novo e ele ficava feliz pelos elogios, e se matava no trabalho, porque era assim que ele se sentia participando daquele convívio. Ele dizia sempre para mim “o pai conhece o seu lugar”. Depois eu fui entender essa frase. Para ele saber do seu lugar era estar ali, contribuindo, suando e ele introjetou muito isso.

Seu pai “sabia o lugar do negro” naquela sociedade, principalmente em relação ao convívio com os brancos. Marcos, no entanto, quando sai de casa para estudar consegue ressignificar o “lugar do pai”, descobrindo às relações racistas e de classe social as quais estavam submetidos.

Sueli Carneiro (2000), filósofa, militante do movimento negro e coordenadora da ONG paulista Geledés, relata em uma entrevista que seus pais tinham consciência de sua “fragilidade social” e da necessidade de possuírem uma rede de proteção para assegurar a sobrevivência familiar. Quando questionada se havia discussão sobre a questão racial na família, Sueli Carneiro responde que não, mas que havia um ideário de que não deviam se deixar humilhar por serem negros: “Tinha, então, um código de conduta que tinha que ser observado, você não podia aceitar a discriminação (...)”. (op. cit., p. 24)

Henry Louis Gates Jr., diretor do departamento de estudos afro-americanos de Harvard, nos Estados Unidos, em uma entrevista concedida a revista *Veja* em setembro de 2001, afirmou que foi graças a sua família que conseguiu sair do gueto e ser uma pessoa bem-sucedida. Parece ser bastante significativo o papel das famílias em dar apoio aos filhos a fim

⁶¹ Há inúmeras pesquisas desenvolvidas e divulgadas sobre esse tema. Além de REICHMANN (1995), que cita algumas delas, o próprio NEN, por meio da publicação da série: *O pensamento negro em educação*, divulga muitos resultados de pesquisas nessa área.

de que estruturam-se na vida nos casos de pessoas que sofrem algum tipo de discriminação. O depoimento de Gates Jr. é elucidativo dessa realidade:

É por causa da minha família que sou um professor de renome e meu irmão é médico famoso em Nova York. Meu pai era operário. Trabalhava numa indústria de papel e numa empresa de telefonia para pagar o nosso estudo. Minha mãe nunca cansou de dizer que poderíamos ser o que quiséssemos. Dizia que éramos lindos, brilhantes e maravilhosos. (...) Esse fator foi importante, mas não explica tudo. Há uma questão que é estrutural. No século XIX, você podia ser a pessoa mais inteligente do mundo, mas se tivesse a pele escura não seria aceito. (Veja, 2001).

Conforme o diagnóstico de Gates Jr., a família é um dos fatores produtores e reforçadores de uma identidade positiva. Porém, há também o fator estrutural de que a população negra é a mais pobre e a menos assistida, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. Se nas décadas de 1960 e 1970 era possível viver nos morros de Florianópolis - onde moraram alguns entrevistados – e, com relativa tranquilidade criar os filhos e trabalhar, essa realidade está cada vez mais distante das famílias negras.

Os pais dos entrevistados conseguiram superar sua própria história de discriminação, e isso é bastante raro, pois são muitas as dificuldades estruturais para a população negra no Brasil. Por esse motivo, foram capazes de transmitir aos filhos um sentimento positivo de auto-estima e uma boa condição de vida, fazendo com que criassem oportunidades e aproveitassem aquelas que surgiram em seus caminhos.

7.3.2. A influência da figura materna

Apesar de pai e mãe serem figuras muito importantes nas vidas dos militantes do NEN entrevistados, as mães o foram ainda mais. Segundo os depoimentos, elas “organizaram a vida dos filhos”, desde a profunda preocupação com a educação até uma atitude firme diante do racismo e da discriminação. Determinavam os horários dos filhos trabalharem, os ajudavam nos deveres e não descuidavam de sua aparência e formação. Conforme Nogueira:

Mas a história da minha mãe é um pouco essa história, a história das mulheres negras, que com famílias grandes, onde em geral os homens saem primeiro de cena, (...) porque morrem antes e a estatística demonstra que a morte dos homens negros é muito mais precoce do que das mulheres. Ou então, abandonam as famílias por alguma outra razão (...) Então ela se tornou a figura-chave que criou todos os filhos, nove filhos, vivos, e estamos todos os nove de um certo modo com aquela característica dela.

Porque foi ela quem criou todos, então quando nós pensamos no nosso pai nós pensamos muito como uma referência positiva, mas não como educador da família (...). Foi uma pessoa extraordinária do ponto de vista, sobretudo, de orientação político-pedagógica para a vida. Ela conduziu, além de mãe, essa coisa toda no campo mais subjetivo, mas organizou a vida de todo mundo. Principalmente dos meninos, que é um pouco mais difícil, e as meninas de um certo modo meio que a imagem dela. Mas para os homens acho que é um pouco mais difícil, isso porque nós perdemos o pai muito cedo.

A referência à mãe também é prioritária para Márcio, que perdeu seu pai cedo e por ser o filho mais velho assumiu as funções de chefe da casa em conjunto com sua mãe:

A minha mãe tinha uma visão muito precisa. Eu considero uma visão estratégica das coisas de administração e gerência sobre a vida dos filhos. Nós éramos em seis irmãos. (...).O meu pai faleceu eu tinha 14 anos de idade, eu fiquei praticamente com a guarda junto com a minha mãe no trabalho naquele período (...) Da essência que a minha mãe possui das coisas, é muito grande na realização humana, na oportunidade da busca, o não desistir é muito próprio dela. É essa disposição, pelo menos me passou, nos grandes momentos de dificuldade pessoal me ensinou, esteve muito presente o vigor dela.

O exemplo da mãe diante da vida serviu também de inspiração para a única mulher entrevistada. Não só o exemplo, mas a forma como criou a filha foi determinante para Jeruse:

Então assim, tem umas coisas muito significativas. Eu acho que a minha tia Valdionira e a minha tia Esmeralda me influenciaram muito, claro que a primeira foi a minha mãe porque a jornada de ser professora e mãe e dona-de-casa, isso foi de fundamental importância, porque eu não fui educada para ser de casa. A minha mãe jamais me educou para ser de casa. Eu não me lembro de nenhum momento. Eu penei muito quando eu casei. Mas eu sou muito grata a ela (...).

É importante salientar que nenhuma das mães dos entrevistados era apenas dona-de-casa. Todas elas trabalhavam “fora” e ajudavam no orçamento familiar. Além do papel de educadora e administradora da vida dos filhos, outro traço que deixou marca em seus comportamentos foi a atitude perante o racismo. Nogueira fala com orgulho de como sua mãe ensinou a ele e a seus irmãos a enfrentarem essa situação em uma cidade de colonização predominantemente alemã, em que eram uma das únicas famílias negras:

Ele [o pai] foi uma figura mais a parte e a minha mãe assim centrou toda a questão da escola, do trabalho, do perfil educacional, das relações, dessa questão fundamentalmente, por exemplo, do racismo ela tratava com precisão. Primeiro, você tinha (...) responsabilidade para poder enfrentar isso com

altivez, então a lição dela básica é a seguinte: primeiro não se leva desaforo para casa contanto que você tenha razão.

A atitude dos pais, mas principalmente das mães, educando os filhos para “enfrentarem o racismo com altivez” e, não baixarem a cabeça perante os brancos, auxiliou-os a verem a si mesmos como pessoas com direitos. Eles não introjetaram comportamentos humildes. Ao contrário, foram capazes de confrontar um sistema educacional que os colocava em posição inferior e de levar adiante os estudos e as suas vidas profissionais. Eles conseguiram superar as dificuldades porque, através do núcleo familiar, constituíram uma identidade positiva em relação a si mesmos. Isso será decisivo mais tarde, quando começam a militar, pois desde a infância percebem-se como negros e assumem-se enquanto tal.

7.3.3. Auto-estima e conhecimento

A auto-imagem positiva de si mesmos não é construída apenas na família, apesar de esse ser um espaço importante. Ocorre também em outros espaços e por meio de algumas experiências. Essas experiências, nem sempre positivas, transformam-se em símbolos que dão força e significado a suas vidas. Jeruse narra uma delas:

Mas antes disso, quando eu estava nessa faixa etária de 9 anos, eu me vi como negra. Isso eu escrevi há uns cinco anos, para uma organização norte-americana. Eu me lembro que eu estava numa tarde em casa, vendo uma sessão da tarde e passou o filme “Ao mestre com carinho” com Sidney Poitier ... Então, eu me lembro que eu chorei muito sozinha, porque era a primeira vez que eu via um negro bonito, fisicamente bonito, fazendo um papel bonito que era o de professor, não era de bandido. Era um papel que fazia uma coisa de auto-estima muito legal. Mexeu muito comigo, então eu jamais esqueci daquele filme. E ali eu tive pela primeira vez (...), com 9 anos eu não absorveria, mas eu absorvi de uma maneira emocional. Eu tive esse reforço na minha auto-estima e foi significativo porque nada mais me abalou depois daquilo.

A impressão positiva que o filme causou em Jeruse, contrasta com a vivência de Marcos na escola:

E daí no colégio começou com umas intrigas. São elementos tão presentes na vida da gente que aí é que começa essa categoria de militância, de resistência. No colégio eu nunca fui chamado por Marcos. O meu nome era sempre “negrão” ou “piche”. Só as irmãs que me chamavam de Marcos. A minha professora pela chamada. Mas no cotidiano das relações eu era o negrão. Então eu comecei a me sentir muito raivoso com isso.

Ele sofria com o tratamento que recebia na escola e pela maneira como era olhado pelas “madames” que não entendiam como uma criança negra podia ser um dos melhores alunos da escola:

E, é claro, no colégio de freira tinha medalha para o primeiro aluno, melhor aluno, mais disciplinado. Eu ia para o colégio cheio de medalhas porque aquilo era *status* de representação social. E as madames inclusive achavam estranho: “como é que aquele rapaz conseguia”? E essa é uma pergunta que até hoje me dá muita indignação: “como é que você conseguiu?” É comum isso e me irrita muito porque está presente desde o primário essa pergunta.

O depoimento de Marcos indica o quanto o racismo está enraizado na vida social, pois as “madames” não conseguiam entender como um menino negro podia ser um bom aluno. Esse tipo de questionamento parte da premissa de que a cor está diretamente relacionada ao desempenho intelectual. As crianças negras nas escolas vivenciam esse preconceito quando são antecipadamente taxadas de incapazes por professores e demais agentes escolares.

Nogueira afirma que sua vida está muito marcada por “estímulos e significados”, parcialmente desvendados durante a entrevista, que o ajudaram a estruturar sua identidade. Um deles era o exemplo dos jogadores de futebol, que lhe proporcionavam força e disposição:

Eu lembro-me que eu fazia um esforço imenso pra jogar bem futebol. Então, entre os meninos jogar bem futebol. E isso tinha um significado justamente (...) porque tinha alguns jogadores de futebol, então você conhecia o Pelé, você conhecia o Garrincha, você conhecia a seleção brasileira. Então a idéia do significado daquilo que você estava fazendo vai te dando força e disposição para você fazer determinadas coisas.

Hooks (1995), intelectual negra norte-americana, afirma que não teria conseguido estabelecer-se na academia e ser reconhecida se não tivesse recebido estímulos das mais variadas pessoas: da comunidade em que foi criada, dos amigos etc. A autora considera impossível que “floresçam intelectuais negras” se não houver uma crença essencial nelas mesmas e em seu trabalho. Talvez seja impossível que floresçam quaisquer tipos de carreiras ou outras vocações sem essa sucessão de “estímulos e significados”.

Uma característica comum a todos os entrevistados é o gosto pela leitura e pelo conhecimento. Eram incentivados dentro do núcleo familiar a serem leitores ou pelo menos dedicados aos estudos. As experiências relacionadas à leitura proporcionaram uma maior visibilidade de sua condição de negros participantes de um contexto social específico.

Nogueira narra a aquisição do gosto pela leitura e a vontade de conhecer cada vez mais acerca da questão racial:

Uma outra coisa que me marcou, principalmente na minha trajetória intelectual foi a coleção “Os pensadores”. Eu tenho a coleção do primeiro ao último números comprados à época. Nós fazíamos um grupo de estudo, eu acho que era uma piração total, e nós discutíamos, por exemplo, Nietzsche àquela época, sozinhos. Então nós fazíamos debates num grupo de estudantes. E não por não ter outra coisa para fazer, mas a gente se dedicava a estudar essa literatura. Uma outra coisa que foi para além do meu processo de escolarização foi a música. Desde muito cedo nós tínhamos um grupo de pessoas que discutia a música num nível mais teórico mesmo da música, principalmente da música clássica, o reggae, porque uma cidade como Ituporanga a gente comprava discos em Florianópolis, por exemplo, ou numa cidade mais próxima. Então existia o estímulo, e eu acho que aí está o estímulo, (...) foi formando uma base de pensamento crítico e, ao mesmo tempo, um certo conforto frente aos desafios que vieram se apresentando para mim. (...) Hoje, refletindo mais objetivamente, de uma maneira mais construída, eu não tenho a menor dúvida de que o meu encontro cedo como menino negro no interior de uma cidade como Ituporanga, com os textos de Freud, os textos de Nietzsche e os textos filosóficos dos pensadores em geral. Então essas coisas foram construindo uma base diferenciada (...) E do mesmo modo, a discussão racial. Eu não começo militando, denunciando o racismo. Até que foi um pouco assim estranho, porque mesmo os militantes do movimento negro não conheciam de maneira mais aprofundada “A integração do negro na sociedade de classes” do Florestan Fernandes, que são dois volumes difíceis, um pouco chatos de ler, como também “Casa-grande e senzala”, que são dois livros clássicos. E isso eu vinha lendo independente de ser um militante já do movimento negro, mas eu era estimulado a conhecer a questão racial (...).

Ao mesmo tempo que a leitura estimulou a vontade de conhecer a questão racial, quando tomam “consciência” de sua condição de negros tornam-se ainda mais motivados a compreender profundamente o assunto. Ivan cita um livro que o ajudou a compreender melhor o tema:

E quando a gente morava em Paranaguá eu por acaso tive acesso a um livro que eu não lembro do título, mas lembro do livro, que era uma mão branca com a mão de uma criança negra, que parecia desnutrida, e falava um pouco sobre essa discussão racial, racismo, desigualdade racial. Então esses momentos me fizeram perceber que existia alguma coisa que eu ainda não tinha uma idéia muito definida do que pudesse significar do ponto de vista da tua própria trajetória.

Havia também, em função de seus bons desempenhos na escola, grande expectativa de suas famílias em relação a seus futuros. Esperavam que fizessem curso superior e

ascendessem socialmente, não tendo que passar por tantas privações quanto seus pais passaram. Jeruse conta sobre sua infância e a companhia da mãe:

Eu costumo dizer que eu comecei o magistério com 9 anos, porque a minha mãe era professora do Mobral e naquela época ela sempre me levava para acompanhá-la, porque tinha que ir e vir durante a noite. Não tinha problema de segurança, mas tinha um discurso bastante claro que as mulheres casadas, decentes, não andavam sozinhas e à noite então ela me levava como companhia. E o Mobral era um movimento que estampava a propaganda nos cartazes, eu me lembro, em que os professores seguravam as mãos de seus alunos. Era assim aquele movimento de ensinar. E era bem assim mesmo, eram muitos alunos. Eu me lembro bem da minha mãe, que queria que eu fizesse os meus deveres no fundo da sala e depois que acabava de fazer, ficava muito agitada, eu não queria ficar sentada. Então eu saía pela sala de aula e fazia a mesma coisa que a minha mãe fazia com alguns alunos (...). Eu fui estimulada muito cedo por minha mãe, como ela era professora, ela manuseava com livros, eu lia tudo que ela tinha. Eu lia os livros, eram livros de escola, que tinham textos infantis, que tinham literatura, que tinham os exercícios. Eu lia e fazia os exercícios e ela ia me dando mais coisas para fazer e eu ia fazendo e eu gostava, eu me ocupava daquilo. Enquanto as meninas brincavam na rua, eu ficava lá numa pedra fazendo aquilo o dia inteiro se deixassem. (...). Minha família me ensinou muito com isso. Os meus tios me ensinaram. O meu tio Paulo me deu, quando eu me formei na 8ª série, uma caneta, e eu escrevo isso na minha dissertação de mestrado, porque é muito sábio dar uma caneta para uma mulher negra e não qualquer coisa que sirva pra casa, que sirva pra estética. É uma opção dar uma caneta para uma mulher negra e ali está corporificado que desejo que ele tinha para mim. E eu senti isso, eu senti o tamanho da responsabilidade, tanto é que eu não me esqueci. Eu esperei para acabar o mestrado para liberar uma coisa que estava ali o tempo inteiro.

O depoimento de Jeruse parece demonstrar que o seu processo de construção identitária só se consolida com a obtenção de sua titulação no mestrado. O desenvolvimento de um sentimento positivo de auto-estima e o incentivo da família não foram por si sós suficientes para que ela conseguisse, antes disso, estruturar-se como mulher, negra e intelectual.

Essa expectativa com relação às gerações futuras também faz parte da trajetória de Marcos:

Encarado como um superdotado, o meu primeiro boletim tem apenas um 9,8, o resto era tudo 10. Então isso para a família era uma coisa fantástica. E a minha média sempre foi de 9, 10. Não caía abaixo disso e os meus pais tinham um orgulho enorme, porque o filho fazia aquilo que eles não puderam ser. (...). Então, quando tem a ver com carteira de trabalho eu já me sinto mal. Isso tem a ver com a rebeldia, com o anarquismo do meu pai: “meu filho você não vai se vender como mão-de-obra, você não vai ser como seu pai”. E eles fizeram de tudo. O meu pai morreu aos 57 anos, com câncer de próstata, mas orgulhoso

porque o filho dele chegou à universidade. A minha mãe, três anos depois, mais orgulhosa porque o filho deles já estava ingressando no doutorado.

Assim como as militantes do Sinte foram aos poucos, por meio de suas experiências de vida e pelo contato com uma realidade que ainda não conheciam inteiramente, adquirindo “consciência” sobre a necessidade de participação no movimento dos professores e nos partidos de esquerda, os militantes do NEN compreenderam também aos poucos o que significa ser negro em nossa sociedade e, conseqüentemente, a importância da participação no movimento negro. Esse processo de “conscientização” não é fruto de uma única experiência, mas é desencadeado a partir de um conjunto de fatores externos e internos aos sujeitos, como as experiências com a discriminação, a vida familiar, os estímulos dos amigos, as escolhas que fizeram e o conhecimento adquirido por meio das leituras. Nogueira explicita bem essa situação:

(...) Porque a minha consciência racial eu não conseguiria responder se teve um momento em que despertou. Você foi discriminado? Não. Eu fui construindo uma consciência, eu acho que por conta do meu pai e da minha mãe, do lugar que eu nasci. A consciência de que a diferença, ela precisava ser marcada como diferença, justamente por buscar a igualdade. Então, outro dia, dando conta do debate mais atualizado sobre a diferença e a identidade, eu disse: “bom, mas para mim isso estava muito presente como princípio de uma luta”.

A auto-estima aparece como uma questão central desde a infância dos entrevistados. É algo que construíram desde muito cedo em suas vidas, porque do contrário não ocupariam as posições em que estão hoje. Segundo Pedro Souza (1999), o discurso da auto-estima emerge nas populações excluídas não somente como estratégia de defesa contra a exclusão, mas também como “um movimento positivo de inclusão” (op. cit., p. 03). Conforme afirma Jeruse: “Eu não era facilmente convencida na minha infância, nem na minha adolescência, de que negro não era igual a branco”.

Sueli Carneiro (2000) afirma na entrevista anteriormente citada, que em nossa sociedade o negro não chega a ser objeto de ódio, e sim de desprezo. Diz ainda que a forma de racismo desenvolvida no Brasil é uma das mais perversas, pois retira a questão racial do plano político ao ser encoberta pela ideologia da “democracia racial”. Por isso, a maioria das organizações negras no Brasil tem grande preocupação com a auto-estima:

Nós negros, há quase quinhentos anos escutamos que somos inferiores, imperfeitos, feios, que não somos inteligentes e que temos a humanidade incompleta. Não acredito que qualquer povo bombardeado durante quinhentos anos por esse tipo de ideologia possa desenvolver uma auto-estima positiva (p. cit. p. 26).

Para reverter esse quadro, Sueli aponta para a necessidade de aplicação de políticas públicas voltadas para as populações negras, além da construção de uma contra-ideologia nos meios de comunicação de massa e, por fim, uma profunda revisão no sistema educacional.

O sentimento de auto-estima nos entrevistados provém da forma como foram tratados e construíram as suas relações familiares:

Marcos:

Enquanto que para a minha família eu sempre fui o Marquinhos, até hoje, porque tinha o Marcão, que era o Marcos mais velho, um ano mais velho do que eu, o meu primo, e eu era o Marquinhos, que era o menor, era menor em tudo e o carinho que me tratavam na família era muito grande.

Assim como os pais de Marcos o valorizavam, Jeruse era reconhecida na família pela sua “inteligência”. No entanto, para ela essa “inteligência” não era resultado de uma capacidade superior da qual fosse detentora, e sim, por ter superado os obstáculos melhor do que outras crianças negras. Ela pôde desenvolver sua capacidade intelectual, entre outros fatores, devido à elaboração de um sentimento positivo de auto-estima, motivado na família e reforçado por experiências de identificação, pelo menos desde os 9 anos de idade.

Eu sou a única da família com mestrado. Então, eu também acabei vindo com essa coisa de ser a única aqui, a única ali, a família sempre teve uma expectativa muito grande em relação a isso porque: “Ah, ela é inteligente”. É porque eu acho que eu consegui superar melhor as barreiras do que os outros, os enfrentamentos do que os outros. E já era uma coisa minha de enfrentar mesmo e eu tive algumas dificuldades como, por exemplo, não dizer que as tinha.

Não é fácil, porém, numa sociedade como a brasileira, na qual a questão do racismo ainda é escamoteada pela ideologia da “democracia racial”, mas em que as populações negras são submetidas à humilhação ou à invisibilidade, manter um sentimento positivo de auto-estima. Nogueira explicita bem o problema:

O que eu acho que é um desafio imenso quando você tem como um dos eixos a questão racial é que ela é conflituosa e ela é danosa (...). Ela destrói muito o indivíduo. A militância racial, a luta contra o racismo no Brasil. Uma das características do racismo é justamente a destruição. Ela tem como pressuposto meio que a eliminação do outro, o racismo (...) é um pressuposto de que o outro não existe. Se eu discrimino é porque o outro eu inferiorizo.

A auto-estima dos entrevistados “brota” no meio familiar e é amadurecida em suas trajetórias de vida, por meio de sua dedicação aos estudos e de outras experiências, que os ajudam tanto a se defrontar com o racismo como a compreender melhor a questão racial.

7.4. RAÇA, RACISMO E “DEMOCRACIA RACIAL”

A questão da raça é bastante complexa de ser tratada, ainda mais no Brasil. No entanto, ao entrevistar os militantes e ex-integrantes do NEN, esse tema, relacionado ao racismo e à “democracia racial”, invariavelmente apareceu. Antes, porém, de refletir com maior profundidade sobre tais conceitos, gostaria de explicitar como os entrevistados o fizeram. Nogueira, ao referir-se ao grupo de jovens negros e brancos que reunia-se para debates e desenvolvia atividades culturais em Ituporanga, afirmou que, além dele, só mais dois integrantes negros formavam o grupo. Ele reflete sobre como a questão racial acaba “eliminando as pessoas”:

Quer dizer, era um grupo bem consolidado na cidade como um grupo ativista. Então nós éramos em três negros. E a razão que eu avalio hoje por que nós éramos tão poucos. Poderíamos ser bem mais, se compararmos a própria família nossa. Mas é pelo perfil do grupo. Você estava discutindo algumas coisas que de um certo modo selecionava. Então eu acho que por essa razão o número de negros também era menor. E o outro dado é que dos três, dois ficaram em Ituporanga e a situação deles é muito complicada. Quer dizer, não conseguiram terminar o segundo grau ... Enfim, tinham um envolvimento ativo nisso e esperava-se que a partir disso dessem outros passos e infelizmente, um deles nitidamente por conta de uma prática racial sistemática em torno dele. Ele foi reprovado por uma situação inusitada de que o professor disse que ele não tinha entregue um trabalho, e ele assegurava que tinha entregue, aí o trabalho dele sumiu. Aí deu alguma coisa nele, e ele se afastou da escola. Mas era um excelente aluno, excelente ator de teatro, um cara muito ativo. E uma figura de uma capacidade extraordinária. Mas, eu vou percebendo hoje como foram eliminadas muitas pessoas, quer pelo aspecto racial, quer pelas oportunidades mesmo que, nesse universo de meninos e meninas pobres - era um grupo basicamente de famílias muito pobres - mas que tinha alguns ideais e que se firmou politicamente.

Nogueira chama a atenção para dois problemas relacionados à organização desse grupo. Primeiro, afirma que o grupo era seletivo porque se dedicava a pessoas que gostavam de ler e possuíam um perfil mais intelectualizado. Ele acredita que esse foi um dos motivos que excluiu a maior parte da população negra. O segundo problema é que havia uma expectativa de que o grupo pudesse instrumentalizar os participantes, por meio de leituras, discussões e atividades culturais, a lidar melhor com as questões ligadas à auto-estima, ao racismo e, inclusive, a uma futura profissionalização. O que a declaração de Nogueira evidencia é que não basta o esforço individual, o apoio da família e a participação em grupos para que as pessoas negras consigam superar os obstáculos raciais presentes nas estruturas sociais, como aqueles encontrados na escola, conforme o exemplo citado pelo coordenador do NEN.

Porém, não foi somente com seus amigos que Nogueira observou como a prática racista pode ser destruidora de projetos de vida. Seu pai também foi vítima de um processo de “desestímulo”, que o fez mudar de profissão em função da sua “cor”:

(...) O meu pai, por exemplo, fazia aqueles desenhos de escrita para o cartório, escrevia os diplomas. O meu pai fazia aquilo, por muito tempo ele fez. Só que começam as coisas que você só tem duas possibilidades de explicação do ponto de vista social. Uma que as pessoas possam ter feito opção de vida e a outra que elas possam ter sido rejeitadas ou perceber que aquilo não é bem o seu lugar. (...). Quando ele seria contratado pela prefeitura para fazer um trabalho mais burocrático e tal, eles acabaram desviando essa contratação dele para ajuda de serviços, então foi nisso que ele foi se perdendo. Aí (...) ele trabalhava um pouco com carpintaria e acabou perdendo essa, o que era o forte possivelmente, tanto que vários irmãos meus são desenhistas. Então ele tinha uma veio muito de mão, ele era canhoto, são três irmãos meus todos canhotos. (...). Se a gente for pensar o que significava isso para a época como espaço de trabalho, era muito importante. E tinha o cartório da cidade, que queria muito que ele fosse também (...). Isso nunca deu certo. Então eu suspeito que essas coisas estejam muito ligadas ao tipo de cidade mesmo, uma cidade marcadamente alemã, e para a dona do cartório, embora com todo seu desejo, mas atendentes negros podiam ser um problema, como são até hoje em determinados lugares. Eu tenho a impressão que isso tem um pouco a ver com o desestímulo dele, possivelmente alguém dizendo a ele que isso era um pouco complicado. Ele deve ter se desestimulado e tomou um outro caminho.

Apesar da experiência frustrada que teve o pai do entrevistado, mesmo assim ele contribuiu para que seus filhos construíssem trajetórias diferentes da sua.

Hasenbalg (1996) registra que desde o fim do império falava-se que o Brasil tinha conseguido escapar do problema do preconceito racial. Tal idéia era confirmada principalmente pela comparação do Brasil com o racismo “explícito” dos Estados Unidos. Essa conclusão foi reforçada ainda mais com o dogma da “democracia racial brasileira”, presente nas representações não-conflitivas das relações raciais feitas por alguns autores, entre eles Gilberto Freyre. Segundo Hasenbalg, somente o Brasil, dentro da América Latina, conseguiu construir e perpetuar o mito da “democracia racial” de forma tão elaborada. Essa realidade começou a transformar-se por meio de uma pesquisa realizada pela UNESCO com o objetivo de estudar as relações raciais “harmoniosas” no Brasil e divulgar os dados obtidos para outros países, com o objetivo de refutar ideologias racistas. Entretanto, o resultado não foi o esperado e constatou-se a existência de preconceito e discriminação no “paraíso racial”. Apesar dos avanços revelados nas pesquisas sobre relações raciais nas décadas de 1950 e 60, desenvolvidas principalmente pela chamada “Escola Paulista”, de 1965 até final da década de 1970 o ambiente não foi dos mais estimulantes para pesquisas nessa área. O tema racial foi considerado questão de “segurança nacional” e, inclusive, no censo de 1970 a categoria raça foi eliminada dos questionários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisas recentes, no entanto, demonstram o quanto no Brasil os negros e mestiços “estão expostos a desvantagens cumulativas ao longo das fases do ciclo de vida individual, e que essas desvantagens são transmitidas de uma geração para outra (op. cit., p. 239).

O depoimento de Nogueira reafirma uma situação já conhecida do quanto os negros vêm sendo “eliminados” no Brasil. No entanto, apesar da comprovação empírica dessa realidade, ainda predomina a idéia de que os negros não necessitam de políticas públicas específicas ou ações afirmativas. O debate que se trava em relação às cotas para estudantes negros em universidades públicas do país, demonstra o quanto os brancos não acreditam que tenham sido historicamente privilegiados. O mito da “democracia racial” é desmontado quando os negros reivindicam políticas específicas para a sua população e os brancos, por sua vez, sentem-se ameaçados em seus direitos. As palavras de Jeruse são sugestivas nesse sentido:

(...) Se as pessoas falavam contra a política das mulheres, (...). Por que para negros já traz uma carga de resistência um pouco maior. Me parece que a minha experiência de estar discutindo políticas afirmativas na linha da UDESC, como é o primeiro em que a gente é chamado. A gente já discutiu em outros lugares, então a perguntinha está sempre ali, em qualquer fórum de discussão, está sempre ali presa com as pessoas que têm as suas perguntas comparando as políticas afirmativas e dizem que ficam

desconfortáveis. (...) Escolho coisas que as pessoas não dizem, que é o que eu disse aquele dia lá na UFSC: “esconde o inconsciente racista das pessoas, elas precisam se dar conta disso”. Então elas elaboram um discurso maravilhoso contra as políticas afirmativas, mas se tu for recompor na história, na sociologia, na política, na economia, na arquitetura, nas políticas públicas, ele não se sustenta. Ele só se sustenta quando tu pegar o inconsciente da pessoa e ver que aquilo ali ainda é ranço do discurso racista do Brasil. O discurso de que os negros não tinham razão, não tiveram como escravos (...), e se não têm razão, também não têm direitos. Porque como tu vai pensar políticas para negros no Brasil e políticas para pobres no Brasil, essa discussão da cidadania, como se dialoga, qual é a estrutura que dialoga mais com a discussão da cidadania. É a jurídica? É o direito? E me parece que a negação da política de cotas para negros é, ao mesmo tempo, uma negação de que os negros teriam razão no seu argumento de ter políticas afirmativas. E ainda uma coisa que me incomoda muito nesse debate é a visão patrimonialista da coisa pública. Eu faço um exercício enquanto professora dizendo: “olha, se nascerem um menino negro e um menino branco nesse mesmo momento numa maternidade pública, no mesmo quarto, para o branco já está incorporada a expectativa de que ele vai para a escola, que ele faça universidade, mas não que ele seja pobre”. Para o menino negro não está incorporado isso, as pessoas pensam: “só se ele tiver sorte, se ele for esforçado”. Quer dizer, são expectativas diferentes. Eles podiam até estudar no mesmo lugar, uma escola pública, então uma escola pública já faz parte da herança simbólica do menino branco, mas não faz parte daquela do menino negro. É uma coisa patrimonialista. E não é a declaração de que a classe branca e pobre é que rejeita mais, é a classe média que rejeita mais, ela é que se apropria mais da coisa pública do que o pobre. Então, para mim, preservar essa política de racismo esconde essas coisas. E tantas outras, é a disputa pela hegemonia mesmo, “imagina se um monte de negros e pobres começam a ter acesso as informações e se constituem numa classe média e quem sabe até além de classe média. Eles vão ter poder político também”. A política afirmativa vem em forma de processo político, em igualdade educacional. A igualdade educacional é um acesso à igualdade de poder, à igualdade política. Então, na realidade, é contra isso que os grupos hegemônicos se revelam.

A entrevistada alerta para uma idéia corrente na sociedade, de que se a pessoa for esforçada conseguirá vencer na vida a despeito de quaisquer dificuldades, inclusive a desigualdade racial. O conhecido ideário liberal segundo o qual as pessoas se fazem pelo seu esforço próprio. Como se fosse possível enfrentar situações adversas apenas com a força de vontade.

Além das políticas afirmativas, outra questão debatida tanto dentro do movimento negro quanto da academia é sobre a utilização do conceito de raça. Jeruse assim se expressa:

Eu acho assim hoje raça, ela não se desarticula de nada, absolutamente de nada, por quê? Porque o que é ser negro? O que é ser um homem negro e uma mulher negra? Ela poder ser mulher, médica, candoblecista, petista e dona de casa, como ela pode ser mulher de classe média, evangélica, então por isso tem um modelo do que que é ser. Essa coisa de ver o negro como um modelo (...) em determinado

momento nós nem sabíamos qual era o nosso passado histórico. A gente mesmo se organizava como um bloco, com uma camisa de força colocada pra gente. Depois que a gente consegue traduzir, não só olhar pra África, mas traduzir, ... a gente começa a perceber um conhecimento da diversidade, (...) o desconhecimento dela foi processual, a escravidão fez isso. Eu não sei de onde eu venho e a minha amiga não sabe de qual estado nacional que ela vem. Ao reconhecer essa possibilidade, eu vejo a possibilidade de que os brancos reconhecem entre si, um de ser italiano, o outro de ser escocês. Então tem muitas coisas que ainda se decompõem nessa diversidade que a gente não se dá conta. Às vezes eu tenho a sensação de que (...), eu vejo isso pela minha escola. É moda ver o multiculturalismo na escola, vem aí a história curricular, a diversidade. Primeiro, que a escola desfaz diversidade sem entender que para a diversidade existem vários enfoques. Ela não escolhe o multiculturalismo. Ele aparece no meio da escola, sem a gente saber. A escola reconhece que tem vários enfoques, mas ela não escolheu. E os professores assumem o multiculturalismo do mesmo jeito que ouviram o discurso da democracia racial dos anos 70 e 80. E o problema todo é que eles assumem o multiculturalismo, mas eles negam a identidade étnica negra, eles não querem discutir isso. Eu faço uma analogia, quando eu era pequena, quando a gente ia na casa dos amigos da minha família, a gente sempre deixava o sapato no tapete, sinal de boa educação. Isso nas famílias pobres, evidentemente A pessoa da casa até insistia que tu entrasse com o sapato. Mas não, imagina! Ia sujar, até as crianças deixavam lá do lado de fora. A forma como a escola discute o multiculturalismo hoje, é como essa experiência que eu tive quando eu era criança. Ela espera que a identidade da gente fique no tapete da porta da escola. Fique ali durante quatro horas. Depois vou para a escola de samba, vou para o “rap”, mas na escola, não entra. Vai sujar o currículo, é essa a sensação que me dá.

Jeruse não acredita numa visão essencialista dos negros. Sabe que vieram de locais diferenciados e que homens e mulheres negras posicionam-se diferentemente. Há diversidade dentro dessa caracterização, pois “negro” não é uma categoria monolítica. Ela também sinaliza para uma discussão muito importante, questionando se o multiculturalismo não é apenas moda, pelo menos no que se refere às práticas escolares. Para ela, da mesma forma que a “democracia racial” mascara o racismo e o traveste de “cordialidade”, o discurso do respeito às diferenças advindo do multiculturalismo nivela todas as diferenças e impede novamente o questionamento do racismo.

O debate sobre a utilização do conceito de raça nos estudos sobre relações raciais é bastante intrincado no Brasil. O conceito, que em alguns países como os Estados Unidos é óbvio (Guimarães, 1999), no caso brasileiro não “faz parte nem do vocabulário erudito nem da boa linguagem” (op. cit., p. 19). Não pretendo aqui estabelecer uma extensa discussão sobre raça, mas como o movimento negro utiliza politicamente o termo e ele foi citado por todos os entrevistados, considero importante abordar e entender um pouco melhor a questão.

Guimarães (1999) pergunta-se sobre a legitimidade do uso do conceito raça, tanto ética quanto cientificamente, e sua resposta é que a utilização sociológica é importante por possuir um potencial crítico que pode desmascarar o uso errado do conceito enquanto noção biológica. Para o autor as raças são:

(...) construtos sociais, formas de identidade baseadas numa idéia biológica errônea, mas socialmente eficaz para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios. Se as raças não existem num sentido estrito e realista de ciência, ou seja, se não são um fato do mundo físico, elas existem, contudo, de modo pleno, no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações humanas (op. cit., p 64).

A retomada do conceito de raça, tanto pelo movimento negro quanto por alguns sociólogos, tem recebido críticas de muitos cientistas sociais que discordam da reintrodução do conceito. A conclusão de Guimarães é que há poucas tentativas teóricas relevantes de dar um significado sociológico ao conceito, retirando dessa forma o seu caráter biológico. Porém, autores como Rufino (1996) são expressamente contrários a esse uso, inclusive pelo movimento negro. Ele afirma que nem a luta organizada contra o racismo precisa utilizar-se de um conceito “superado”. Segundo Costa (2001), a utilização do conceito não-biológico de raça nos estudos raciais desde finais da década de 1970 foi fundamental para demonstrar o “viés racista que marca a produção e a reprodução das inequidades sociais no Brasil” (op. cit., p. 18). Mas, ainda segundo o autor, quando esse conceito é usado como categoria analítica geral para a explicação de outros fenômenos sociais, ele perde completamente sua eficácia teórica. Para Costa, “(...) o uso da noção de raça como matriz explicativa última de todas as adscrições sociais negativas faz com que diferentes processos de segregação sejam inapropriadamente traduzidos como um racismo fundado na oposição branco/negro.” (idem, p. 18).

Em resposta a essa polêmica, Nogueira tece o seguinte raciocínio:

A gente não vai conseguir fazer uma separação de um corte entre o bem e o mal, a distância ou aproximação nessa questão do conceito de raça, enquanto um valor biológico, e raça enquanto um valor social e as relações raciais como um valor estratégico. O que nós conseguimos superar fundamentalmente é que raça é uma construção social e não uma construção biológica. Então isso de um certo modo está se reiterando, está se materializando nas fontes de pesquisa. A outra coisa é quando o Stuart Hall discute o essencialismo e no Brasil você vai verificar um pouco isso, foi a necessidade de radicalizar com o conceito de raça. É o único país do mundo que precisou radicalizar o conceito de raça, onde todos os demais tinham uma certa tranquilidade de poder articular raça com etnia, nós tivemos que

radicalizar o conceito de raça porque para nós tinha um valor social como categoria extraordinário. Quer dizer, ao estimular ele em etnia nós perderíamos aquilo que é estratégico e para quem olha de fora, o pesquisador que olha de fora, com experiência norte-americana ou européia ou canadense, evidentemente que vai encontrar esse essencialismo. Vai encontrar, sem dúvida alguma, o passo que ele vai precisar dar para talvez equilibrar com essa visão do essencialismo. É fazer uma pergunta para o movimento social: como é que ele vem construindo isso? Por que é que ele foi tão incisivo nisso? Porque a academia ainda não deu conta disso, de responder a isso.

Para Nogueira, portanto, o uso do conceito raça pelo movimento negro não equivale ao seu significado biológico. Trata-se de um termo político, mobilizatório e utilizado como estratégia de organização social.

Hall (1996) defende o fim de uma visão inocente da política negra que pensa o sujeito negro como “essencial”. As questões de raça devem sempre estar articuladas com outras categorias, como classe, gênero e etnicidade. Aponta para uma concepção diferenciada de “eticidade” que “reconhece o lugar da história, linguagem e cultura na construção da subjetividade e da identidade, assim como o fato de que todo o discurso é localizado, posicionado, situado e todo conhecimento é contextual”⁶² (op. cit., p. 168). Conforme sua definição e diante do debate anteriormente citado, é possível afirmar que o conceito de raça permanece como um “significado flutuante” (Hall apud. Guimarães, 1999, p. 38).

A questão racial na organização interna do grupo é um lado, mas sua utilização pelo aparelho estatal é o outro lado que deve ser explorado. É ainda mais difícil estudar a questão racial em Santa Catarina devido à peculiaridade da política desenvolvida em torno dessa temática. Santa Catarina é o Estado onde há os menores índices de população considerada negra no Brasil. Esse fato proporcionou à região tanto a imagem de um “estado branco” (Leite, 1996) como a de uma “Europa incrustada no Brasil”. Márcio refere-se a essa imagem de Santa Catarina e à política de isolamento a que os negros estão submetidos no Estado:

Porque a idéia do gueto é uma coisa muito interessante e funciona em Santa Catarina. A população negra não sabe que ela está guetizada nesse espaço de representação. Interessante notar que isso é tão eficaz, tem um aparato logístico e geopolítico no funcionamento do Estado de Santa Catarina como em todo o Brasil, mas aqui tem uma situação de controle muito mais eficiente, ao ponto da gente chegar fora do Estado de Santa Catarina e falar que é do Estado de Santa Catarina e as pessoas olharem e se surpreenderem ainda pelo fato de ver um catarinense que não seja do padrão eurocêntrico de descrição. Em Brasília eu tomei um táxi e o motorista me perguntou se eu era de Angola ou Moçambique. Eu disse: “eu venho de um lugar que tem algumas coisas relacionadas a Angola e Moçambique que é

⁶² Tradução própria.

Florianópolis, no sul do país”. E ele perguntou: “Em Santa Catarina tem negros?” “Tem negros que falam como na Angola, que é o sotaque entre os portugueses e açorianos, (...)”. Então isso é da eficácia da propaganda, da venda de modelos de Santa Catarina. Então as pessoas no Estado vão começando a refletir sobre essa realidade, os 800 mil que pensam que são 20 mil, que pensam que o seu espaço é aquele ali que foi colocado para os negros. O isolamento é muito eficaz.

Para Leite, a condição de “invisibilidade” do negro em Santa Catarina “é um dos suportes da ideologia do branqueamento” (op. cit., p. 41). Tal condição pode ser identificada nas mais variadas práticas e representações. Ainda segundo a autora, a noção de invisibilidade se processa pela construção de um olhar que nega a existência do outro, já que não consegue bani-lo socialmente. “Ou seja, não é que o negro não seja visto, mas que *ele é visto como não existente*” (op. cit., p. 41, grifo da autora). Essa política da invisibilidade foi produzida com muita eficácia em Santa Catarina, desde os textos históricos e científicos que atribuem o sucesso econômico de algumas regiões do Estado aos “descendentes europeus”, até às inúmeras campanhas desenvolvidas por vários governos que mostram os “descendentes de europeus” como seus únicos habitantes. As várias festas de “imigrantes” que ocorrem no Estado, entre elas a conhecida Oktoberfest, em Blumenau, também contribuem para a exportação de uma imagem “branca e européia” de Santa Catarina.

Com relação à historiografia oficial, Leite afirma ter ficado impressionada com o silêncio em relação à população negra. A justificativa dos historiadores analisados pela autora é que devido à pouca porcentagem de negros no Estado, não haveria motivo para estudá-los. Essa invisibilidade historiográfica do negro na produção catarinense é da mesma forma constatada por Pedro et. al. (1996). Os autores afirmam que o enaltecimento exagerado de povos de origem européia produz a exclusão de toda uma parcela da população. A história dos negros também é silenciada em nome das outras, avaliadas como responsáveis pelo “desenvolvimento”. É Márcio novamente quem faz referência ao “aniquilamento” da memória de índios e de negros:

Esses dois grupos que sistematicamente são ocultados no Estado, na formação primeira desta terra, são praticamente aniquilados do ponto de vista da memória. E o povo negro, como soma hoje quase 800 mil pessoas no Estado de Santa Catarina, ele começa já a criar situações de embaraço para o Estado e as elites econômicas que pensam na continuidade da visão européia de funcionamento dessa unidade da Federação.

Leite (1996) ainda chama a atenção para um detalhe importante, enquanto que a partir do século XX vai se inserindo a imagem do negro na “cultura brasileira”, no sul os negros vão sendo sistematicamente excluídos da identidade regional.

7.5. CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA: AS DATAS, OS SÍMBOLOS E A “COMUNIDADE IMAGINADA”

A importância da recuperação de datas históricas e da condenação de outras, bem como de personalidades e símbolos é registrada por Márcio em referência a Antonieta de Barros:

Nesse caso da Antonieta de Barros, tem sempre que se falar, porque no período que a Antonieta foi deputada, foi a primeira deputada mulher de Santa Catarina, foi a primeira mulher negra do Brasil. (...). Ocorre que as crianças que freqüentam a escola Antonieta de Barros são todas praticamente egressas de setores populares da cidade. E nós fizemos a provocação de organizar o centenário de nascimento da Antonieta no ano passado e a provocação que fizemos foi do ponto de vista material, foi a restauração de um prédio Antonieta de Barros. Uma das questões que nós trouxemos ao convívio da população, primeiro foi uma surpresa para grande parte das pessoas, o conhecimento de que uma pessoa, uma personalidade como aquela conviveu entre nós, era egressa dessa terra e, mais ainda, pelos feitos que a Antonieta conseguiu desenvolver naquele período, praticamente 50 anos depois da abolição da escravidão: a mãe escrava provavelmente, os avós também escravos lá no planalto serrano. Um desempenho intelectual brilhante, uma situação quase que visionária para a época. Quando a Antonieta fala de educação, ela fala com muita profundidade, qualquer recém-pedagogo pensa que está inventando algumas situações. Ela já preconizava essas questões no período que viveu. Ela tinha uma visão muito perspicaz quanto à educação e também falava muito sobre a vida das mulheres naquele período, na emancipação das mulheres. Mas se conseguiu por quase 60 anos colocar a Antonieta nos porões da história do Estado. E o período que ela foi diretora do Instituto Estadual de Educação, fundadora dessa escola que prestou o nome de Antonieta de Barros, (...). Foi que em 1986 quando eu comecei a trabalhar a retomada da Antonieta de Barros, eu utilizei o nome da Antonieta para um enredo de escola de samba e fui procurar uma fotografia da Antonieta de Barros e não consegui encontrar. Aí pensei em percorrer as escolas em que ela lecionou e também não encontrei. Na saída, com a informação de que não havia nenhum retrato, eu perguntei para alguém que pudesse me explicar: a servente da escola. Ela disse que tinha visto há muito tempo um quadro lá no porão. E eu fui conhecer o porão da escola. Era um porão realmente daqueles de filme de terror. E no porão havia móveis quebrados, cadeiras que não se utilizava. Encontrei um retrato dela lá, praticamente destruído, e pedi então a uma amiga que fizesse a restauração desse retrato. Naquela oportunidade foi a forma que nós encontramos para trabalhar o nome da Antonieta dentro da necessidade de mostrar num carro alegórico a sua figura. Depois, enquanto vereador eu fiz um requerimento na Câmara propondo que a fotografia da Antonieta fosse colocada no

hall do palácio do parlamento estadual, considerando que ela foi a única mulher e que a fotografia não está presente no hall. Então eu fiz o esforço da colocação do retrato da Antonieta, vez por outra o retrato muda de lugar, ele nunca está na posição que a gente deixa. Então é uma coisa que se for pensar dessa forma (...), estavam do ponto de vista do emblema, do imaginário, nós não temos nem o nome do Palácio Cruz e Sousa, identificando o Palácio Cruz e Sousa. Nem sei se no interior do Palácio há fotografias do Cruz e Sousa. O busto que tem na Praça XV, uma criatura comum não pára, não faz leitura de um busto, não vai dizer quem é Cruz e Sousa. Esse esforço da ocultação da memória da população negra é um esforço muito controlado.

O esforço de recuperação histórica feito pelo movimento negro é seletivo – não é qualquer data ou qualquer personalidade que são retomados - pois é uma das formas de criar uma identidade dentro do grupo e de reforçar sua organização política. Por isso, a construção de uma memória histórica alternativa à política estatal de “ocultamento” da memória dos negros em Santa Catarina é essencial para o movimento. Nesse sentido, torna-se fundamental o destaque que alguns entrevistados fazem da “oralidade”, pois se as memórias dos negros não encontram-se oficialmente registradas na história, elas existem nas histórias contadas pelo antepassados. Jeruse explicita bem essa questão:

Então na realidade o mundo da escrita foi fundamental. Depois nos meus 30, 40 anos, eu descobri a importância do mundo da palavra, que é descobrir esse chamado analfabetismo negro convencionado pela sociedade branca (...). Eu vou aprender que lá no mundo da escrita, que me faz pessoa, quem me fez militante do movimento negro, foi o mundo da palavra, da minha avó que era analfabeta, das pessoas do movimento negro que falavam e que eu ouvia com muita atenção, das coisas dos mais velhos, da ancestralidade que não estava escrita, que só começa a ser escrita agora. Dos valores civilizatórios africanos que ficaram presentes na cultura, sem estarem ditos que eram valores civilizatórios. Então eu tive dois momentos, o da escrita, exatamente para poder ir apreendendo códigos, e o da palavra para poder retomar um pouco essa coisa dos meus valores.

O contar e o recontar histórias desempenha um papel fundamental, de acordo com Gilroy (2001), pois organiza socialmente a consciência do grupo “racial”. Esses exercícios, ainda de acordo com o autor, podem ser classificados como “as diferentes práticas, cognitivas, habituais e performativas, necessárias para inventar, manter e renovar a identidade” (op. cit., p. 370).

Anderson (apud. Hall, 2000) afirma que as culturas nacionais também são construídas através de histórias que conectam o presente com o passado, formando o que denomina de “comunidade imaginada”. Os negros, apesar de retoricamente fazerem parte da “cultura brasileira”, não tiveram a sua disposição as possibilidades de construção desse imaginário

historiográfico e por esse motivo é importante para o movimento negro brasileiro reinventar sua narrativa cultural. Embora Anderson esteja relacionando essas narrativas à formação de uma cultura nacional, é significativa a semelhança com a forma como o movimento negro produz as narrativas sobre os negros no Brasil. Hall (2000) cita cinco elementos que possibilitam a construção de uma “cultura nacional”. Dois deles encaixam-se perfeitamente na reconstrução histórica operada pelo movimento negro e por parte da cultura negra no país. Uma das estratégias discursivas citadas por Hall, a partir de Hobsbawn, é a “invenção da tradição”, que consiste numa espécie de continuidade com determinado passado histórico. Nesse caso, a religião, os rituais, as músicas e danças são utilizados como forma de recriação repetida desse passado.

Outra estratégia é a do “mito fundacional”. O movimento negro brasileiro, a partir da década de 1980 retoma “Zumbi dos Palmares” como exemplo da resistência dos negros brasileiros. Nesse sentido, também torna-se vital a denúncia de datas comemorativas da historiografia oficial, como no caso da abolição da escravidão, e o enaltecimento de outras no calendário do movimento, como por exemplo, o 20 de novembro, data da morte de Zumbi.

Ivan

Foi a partir daí que eu efetivamente comecei minha trajetória como militante. E o Consciência Negra tinha muito forte uma discussão racial e eles me convidaram para essa questão, principalmente nas datas comemorativas fazer manifestações públicas. A gente vinha para o centro da cidade fazer panfletagem, botar artigo em jornal, na própria universidade fazer panfletagem, sensibilizar as pessoas para a questão racial.

Hanchard (2001) sustenta que o centenário de abolição da escravidão no Brasil, em 1988, foi um dos acontecimentos mais importantes para o movimento negro depois da Segunda Guerra Mundial, por duas razões. Uma delas é que a comemoração proporcionou que as desigualdades raciais fossem um dos temas centrais do debate nacional. A outra, é que as comemorações de sociedades multirraciais são geralmente uma oportunidade de os grupos subalternos contestarem a identidade nacional. Embora os festejos comemorativos tenham a intenção de suspender os antagonismos, o que frequentemente ocorre é que as relações de desigualdade aparecem com maior nitidez.

A Sociedade Cultural Antonieta de Barros, da qual Márcio foi um dos fundadores, tinha como um de seus objetivos a crítica a datas como o 13 de maio e a ressignificação de outras:

Mas foi lá por volta de 79 que nós construímos uma organização chamada Grupo Cultural Antonieta de Barros. Também no seio da ditadura militar essa organização se estabeleceu. E nós tínhamos como referência na organização dessa entidade (...) uma homenagem por sugestão do professor, a nossa grande referência nessa equipe política, o professor já falecido Sr. Osvaldo Silveira, ele já estava com os seus 70 anos, 72 anos. Foi um militante entusiasmado pela questão da organização da população negra e estava conosco, guris de 18, 19 anos, a fazer essa passagem aí de experiência e possibilidades. Então o Sr. Osvaldo sugeriu o nome da professora Antonieta de Barros como uma forma de ajudar no resgate da sua memória e assim o grupo adotou, tomou de empréstimo o nome da professora Antonieta para dar impulso a essa presença, a um outro olhar, com outra prática junto ao movimento anti-racista. E assim fizemos. (...). Outra questão que eu estava me referindo é que o grupo adotou como carta de princípios o modelo do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, o MNUCDR, que teve a sua fundação em 78 em São Paulo, que hoje tem a derivação chamada somente de MNU. Essa carta de princípios tinha um conteúdo bastante intenso. Era uma carta que jogava denúncia e solicitava à sociedade uma reflexão sobre os negros no país com a organização negra dentro de uma perspectiva da Lei de Segurança Nacional. E naquele documento do MNUCDR que passou a ser inspirador da carta de princípios do Antonieta de Barros, falava da questão da violência policial, da falta da oportunidade de emprego, de trabalho para a população negra, da falta de escola para a população negra, tudo isso o nosso documento enfatizava. Recuperávamos assim a dimensão de classe e raça dentro da problemática que envolve a problemática étnica que há neste país. Essa organização (...) teve três anos de vida, mas muito intensa, porque (...), em novembro de 1980 nós fomos para as ruas, naquela situação de espanto, de novidade, de surpresa para a população local e começou então esse primeiro contato com o que significava a luta do Zumbi dos Palmares, os quilombolas. A gente primeiro iniciava o processo de rompimento, na visão do 13 de maio, da abolição da escravidão, da história oficial, tudo isso então entrava em xeque. A construção do 20 de novembro naquele ano foi uma coisa bastante dramática: teve perseguição aos locais de trabalho daqueles que faziam parte do Antonieta de Barros, (...).

Os militantes entrevistados configuram um grupo étnico porque afirmam compartilhar de uma origem, história e destinos comuns que os distingue de outros grupos (Poutignat; Streiff-Fenart, 1998). A pertença a um determinado grupo étnico, no entanto, ocorre sempre em relação a outros grupos. A maneira como os outros grupos, nesse caso os brancos, definem o negro no Brasil, e, especificamente em Santa Catarina, influencia na forma como o grupo se autodefine e vice-versa. As identidades étnicas mobilizam-se, portanto, sempre em função da alteridade. Por esse motivo, as definições de pertença estão sujeitas à contestação - dentro do próprio grupo - são relacionais, contextuais e politicamente manipuláveis.

7.6. A MILITÂNCIA

Os entrevistados começaram cedo suas atividades políticas, ainda na universidade. Porém, nem todos iniciaram a militância dentro do movimento negro. Nogueira, por exemplo, atuou primeiramente no movimento sindical e só depois participou do movimento negro. Marcos, inicialmente trabalhou com populações de periferia, no período em que estudava teologia. Márcio começou sua vida política numa organização do movimento negro e depois atuou paralelamente no movimento sindical. Jeruse e Ivan desde o início atuaram em organizações do movimento negro.

É importante ressaltar que a opção pela militância foi como uma espécie de consequência lógica de suas trajetórias de vida. Como foi possível observar nos tópicos anteriores, eles vieram de famílias que nutriam uma “consciência racial”. Quando chegaram à universidade observaram que eram pouquíssimos os negros frequentadores daquele espaço e uniram-se com o objetivo de discutir a questão racial. Ivan conta como foi a descoberta da universidade sem negros:

No primeiro ano na universidade não teve nenhum tipo de experiência do ponto de vista de participação no movimento negro. Mas, já tinha uma percepção de que num curso como arquitetura, numa turma como a minha, de 40 estudantes, eu era o único negro. E depois eu fazia disciplinas com outros cursos e era o único negro, na universidade em geral havia muito poucos negros. Ué, onde é que está esse povo? Então tinha um pouco essa percepção. Em 83 eu conheço algumas pessoas da universidade, conheço o Paulino, na área de história; a Arlete, do serviço social, e um outro que fazia medicina, o único negro. Todos faziam graduação. Conheci o Marcos e ele estava articulando um grupo de pessoas para participar das reuniões, que foi o núcleo inicial para formar o União e Consciência Negra, do qual o Marcos já fazia parte. Nos encontramos em alguns momentos para discutir qual é o significado de ser negro numa sociedade como a nossa, que existia uma diferença na perspectiva de raça. Que tipo de trabalho a gente poderia estar promovendo. Inclusive a idéia de conscientização da população negra. Eram questões fundamentais do movimento negro naquele momento. Antes de constituir efetivamente o núcleo a gente ia em algumas comunidades, conversava com algumas pessoas para a partir daí constituir o núcleo, conhecer o que era o Consciência Negra, qual era sua perspectiva, pensar que tipo de desenvolvimento o Consciência Negra poderia estar realizando. Foi a partir daí que eu efetivamente comecei minha trajetória como militante.

Jeruse começou a militar quando já estava trabalhando e finalizava o curso de Pedagogia na UDESC. A partir de um acontecimento que alcança dimensões públicas, entra em contato com o movimento negro.

Então quando eu trabalhava numa escola, no Colégio São Francisco, como Coordenadora Pedagógica, eu estava em casa e a secretária disse que tinha um problema muito sério acontecendo na escola e pediu urgência para que eu me dirigisse para lá. Isso foi em 1986, no mês de maio. E eu fui e tinha uma situação de um pai branco pedindo que a diretora da escola, uma mulher branca, não colocasse mais a sua filha sentada do lado de uma menina negra. Ele dizia que de macaco já bastavam os vizinhos que ele tinha no prédio. E que ele queria, já que era uma escola paga, escolher com quem a filha dele sentasse. E aí a escola me chamou. A família da menina resolveu denunciar na época, no Jornal O Estado. O Estado publicou, e foi uma semana inteira de materiais e cartas e, seguramente, passou a ser o primeiro caso de racismo na escola denunciado em Florianópolis, eu não sei se em Santa Catarina. Isso marcou bastante porque as pessoas do movimento negro começaram a me chamar para participar dos eventos. Eu tinha uma clareza do discurso racial, mas eu não participava de nenhuma organização política. Então nesse mesmo período o Grupo União Consciência Negra estava sendo desconstituído, porque as pessoas estavam em conflito com a perspectiva política, porque era vinculado à Igreja Católica e estavam querendo constituir uma organização de um outro tipo, de um tipo novo. Fui então localizada por uma das pessoas que estava nesse processo de mobilizar pessoas. Eu acabei ficando porque o perfil era muito próximo, eram jovens negros, que recém haviam concluído o curso universitário, ou estavam em fase de conclusão.

Com exceção de Jeruse e Ivan, os outros entrevistados exercem uma plurimilitância, ou seja, atuam em vários espaços que se articulam. Nogueira, por exemplo:

É a partir do movimento sindical o meu primeiro espaço de formação e de construção como militante, foi de fato daí, o movimento sindical e o movimento de oposição. Desde o momento de oposição bancária, movimento de oposição na luta contra a ditadura, daí com as oposições, eu nasço. O meu nascimento inclusive está muito no calor das oposições, o que era nos anos 70 a contestação, no início dos anos 80 eram as oposições mesmo, quer dizer então esse recorte (...) do ponto de vista mais epistemológico, ele é chave. A oposição do início dos anos 80, ela tem o objetivo já de construir as organizações. Porque aí nós construímos o sindicato, estamos construindo a central sindical. Os partidos políticos e os movimentos foram se enraizando e se estruturaram. Quer dizer então que essas oposições ganharam um sentido de reorganizar aquilo que (...) era o papel do Estado, em última análise. Seja para ocupar ou seja para transformar. E a minha trajetória em organizações do movimento negro em Florianópolis, ela se dá mais diretamente com o NEN, já em 88.

Márcio e Marcos também militaram em várias organizações concomitantemente, e o segundo até hoje acumula diversas funções. Marcos, inclusive, não gosta da denominação militância, pois para ele:

Ser militante eu sou, eu creio, acredito na transformação dessa sociedade, que é basicamente estruturada no racismo. Num racismo que tem concentração na população negra ... E para isso eu não posso estabelecer como uma causa, eu acho que é a essência da minha vida. Para mim essa concepção de sociedade eu te respeito, respeito o teu ponto de vista, não é só uma causa, é uma essência. Não muda o conceito, tu pode considerar uma causa, mas essa coisa de causa já desgastou demais, de bandeira de luta. Eu acho que nós temos que ter uma consciência de que isso tem que acabar. E para mim isso é uma coisa fundamental.

Uma característica comum entre os entrevistados é que não houve um momento do “despertar” da consciência. Desde a infância, apesar de não terem entendimento suficiente sobre a questão racial, eles já sabiam da sua existência. E, no decorrer da adolescência e da vida adulta, foram melhor processando seus conhecimentos e experiências sobre essa problemática, até optarem pela militância política. A militância opera como um reforço político de suas identidades étnicas.

A combinação da militância com a vida profissional e privada é vivenciada de maneira diferente pelos entrevistados. Para os homens, com exceção de Ivan, a prática militante e as outras esferas da vida relacionam-se de forma tranqüila. Assim se expressa Nogueira:

Aí quer dizer, um outro aspecto que eles sempre caminham juntos e muito abraçados (...) é a minha vida pessoal mesmo. Aí, como pai, como companheiro, como sujeito no bairro, no prédio. Eu sempre tive muita preocupação desses olhares. Então isso tudo eu tenho feito muitas reflexões por conta de como é que a gente vai combinando uma militância do dia-a-dia, uma militância pesada, viagens e tal, com a relação que você tem com aquilo que vem junto contigo. Quer dizer, eu milito no movimento sindical, nesses movimentos a partir de (...) e a Azânia tem 12 anos. Então, a vida da Azânia, que é a mais velha, praticamente está muito ligada com a minha história de militante. Então eu creio que se você puder fazer um balanço tranqüilo, tipo assim, de olhar as pessoas que estavam contigo, as pessoas que vieram contigo e o que foi sedimentando do ponto de vista de organização, de construção estruturada e tudo mais. E, ao mesmo tempo, você não perder a dimensão da individualidade. Eu não tenho dúvidas, eu não perdi a dimensão da individualidade. Meus sentimentos, a necessidade de enxergar, as organizações, os movimentos, a dimensão humana (...). E eu não consigo enxergar a minha trajetória como etapas de autocrítica, etapas de momentos de altos e baixos, eu não consigo enxergar dessa forma. Ao mesmo tempo que ela não é linear, (...), mas ela é muito tranqüila pra mim. Então, eu enxergo ela como um cordão que veio atando nós e desatando nós.

Márcio e Marcos também não relatam problemas em articular essas dimensões. Já Ivan e Jeruse sentiram algumas dificuldades na combinação dessas atividades. Ivan assim se refere ao início da militância e sobre suas posteriores dificuldades:

Então, eu tinha com certeza nos meus anos iniciais a coisa muito forte da militância enquanto 24 horas. Achava que se eu não tivesse lá 24 horas eu não era um militante (risos). Eu não era aquele que pensava na revolução, aquele que não pensava na transformação, se eu não tivesse 24 horas pensando, agindo, no sentido de fazer isso (...). É uma coisa bastante forte, mesmo a questão do profissional, tinha que estudar, mas esse estudar e esse profissional que eu tivesse, utilizar isso como parte da função de militante. Então vamos discutir, vamos fazer, isso era mesmo muito forte! (...). Em alguns momentos da minha vida eu consegui conciliar essa história de militância com a história dos estudos, com a história do profissional. Em alguns momentos isso não foi possível, principalmente a experiência que eu saio do NEN, não foi possível conciliar, até porque como nós bancávamos o NEN (...) não tinha possibilidade inclusive de bancar qualquer outra pessoa para continuar com as ações, quando na verdade você tinha que dar conta de tentar a tua sobrevivência. E isso realmente em algum momento foi complicado, não dava para realmente conciliar a militância com o trabalho (...). Ou então eu estar sem trabalho e continuar fazendo militância, porque não tinha como sustentar, porque realmente não existia uma instituição que pudesse fazer isso. Em alguns momentos realmente foi complicado fazer parte do NEN, do ponto de vista com relação à vida mais pessoal. Normalmente a minha vida pessoal foi muito mais ligada, inclusive afetiva, amorosa, com quem era militante também, não necessariamente do movimento negro, mas militante de algum outro tipo de organização, mas muito mais dentro da militância negra. O meu relacionamento foi muito mais dentro da própria militância, do ponto de vista pessoal, durante o meu início a militância é uma coisa que na verdade interferiu nesse processo. Hoje, um pouco interfere, nos últimos anos tem interferido nessa relação. Eu tô com uma companheira que não é militante. Entende, compreende, acha que é fundamental, acha que é importante, mas do ponto de vista inclusive do relacionamento pessoal, em alguns momentos você viajar demais e você vai fazendo trezentas mil coisas menos estar numa relação, as coisas que são do dia-a-dia, da casa, as coisas que são mesmo do relacionamento pessoal, do relacionamento de casa. Tiveram alguns momento de tensão nisso, o que significou inclusive a gente reverter, não ser 24 horas militante (risos) e ter esse espaço. E isso é uma coisa que eu fiz, resolver essa história de viagem foi extremamente importante. Daí teve realmente esse conflito que se estabeleceu, uma discussão com esse conflito colocado, de se rever um pouco, inclusive essa questão da militância que eu acho que não pode, em algum momento eu acho que ela entra, ela é fundamental do ponto de vista da dedicação exclusiva, daquilo que você acredita, que você acha que é importante. Mas tem que fazer a mediação com outras questões importantes da tua vida. Para mim a questão afetiva é também tão importante quanto você fazer uma militância política, social, e ... Se você não está bem contigo mesmo, tu não consegue estar bem com o relacionamento, o convívio com as pessoas, (...). Isso é uma coisa que eu já me convenci. Efetivamente se você não tiver bem contigo mesmo, se não tiver bem com a sua relação familiar, com as tuas relações pessoais, afetivas, mais ou menos estabelecidas, inclusive como uma referência importante, como uma referência na nossa trajetória de militância a gente recebe bordoadas, o nosso trilhar não é tão ameno assim. Às vezes tem que recuar de algumas coisas que a gente acaba tendo que fazer (...). E acho que o espaço da casa, da família, eu acho um lugar importante para você recuperar um pouco da sua energia e da sua força, para continuar fazendo o teu trabalho.

Jeruse faz sua crítica principalmente pela ótica profissional e das diferenças nas relações de gênero:

Isso sempre foi muito problemático no profissional. É assim, eu tenho vinte anos de militância, quase vinte anos de militância, e eu estava olhando agora o meu curriculum (...). Quando me chamam para fazer uma entrevista. Foi a primeira vez que eu ouvi alguém dizer: “o teu curriculum é o curriculum que a gente gostaria”. Por quê? Porque o meu curriculum é essencialmente focalizado nessa temática das relações raciais. Então tudo que tem nele, cursos, seminários, o próprio mestrado, tudo é voltado para esse tema. E é um curriculum de segunda categoria, porque esse tema não estava na academia e não estava em lugar nenhum. Ele estava em momentos especiais, a universidade faz seminários especiais. Mas aquilo ali não dava, era uma formação profissional que não me dava lugar no mercado de trabalho (...). Eu acho que essas coisas são dificuldades maiores; as outras são todas dificuldades inerentes ao fato de ser mulher. Todas aquelas que as mulheres vivem, que têm, eu me identifico porque a chamada três jornadas de trabalho, quer dizer, você é militante, é profissional e é mãe. Não tem refresco em lugar nenhum. Mesmo que você seja casada com um militante.

A visão dos sujeitos pesquisados sobre a atuação do movimento negro também não é consensual. Nogueira, por exemplo, aponta algumas falhas que segundo sua interpretação dificultam a organização do movimento:

Eu tinha uma suspeita de que para a militância no movimento negro era necessário você ter um lugar que fosse para além do movimento negro. Então o meu investimento, por exemplo, no movimento sindical, era muito consciente. Eu achava que o movimento sindical teria que ser porta para se articular com o movimento negro. E, de fato, já tinha um olhar um pouco crítico sobre as ações do movimento negro, que eu achava que estavam muito fechadas em si mesmas do ponto de vista de pensar estratégias.

Marcos também se refere à necessidade de abertura do movimento negro brasileiro não só para outras organizações como para a América Latina:

De 85 a 92 eu participei de muitas atividades na América Latina, em Cuba, na América Central, Caribe e isso me ajudou muito a ampliar na minha cabeça, principalmente, de que os movimentos negros no Brasil e que nós não somos únicos por falar uma língua única (...). Para mim isso é uma das coisas que o movimento negro no Brasil tem que enriquecer ainda e se abrir para a América Latina e Caribe. E aí nós temos que fazer uma grande revolução étnica e interétnica. Seria de fato uma identidade latino-americana, afro-americana e, principalmente, afro-brasileira. E isso eu penso que é uma perda, a gente não está ganhando. E os latino-americanos e afro-americanos esperam muito de nós. (...) o NEN está querendo sair e agora está com dois projetos para sair para a América Latina, para intercâmbio com a África. Eu penso que esse vai ser o grande momento do século XXI, se a gente conseguir implementar isso no Caribe, todos nós vamos aprender, vai ter muito mais desafio na agenda.

Ele afirma ainda, que o fato de participar em só uma organização restringe um pouco a atuação dos militantes dentro do movimento negro:

Eu quero voltar para a minha tese, eu estou concluindo agora, inclusive (...). Eu já descobri uma série de senhores de 110 anos, 120 anos, 89 anos, lá no oeste e vou contar e discutir uma história oral desse povo negro que recentemente eu ando por aquele interior. Para mim é mais gostoso esse desafio e aí eu venho trabalhando nesse sentido, o que me deixa muito crítico, porque o movimento negro nesse ponto é muito restrito, se prende muito no conflito estrutural e o debate é responder o que é mais imediato e consequência da história de exploração, mas perde esses processos (...) militantes nessa (...) “eu sou filiado a tal organização e a ela que eu presto serviço”. Eu não me sinto assim, e não gostaria nunca de ser rotulado assim.

É Jeruse, entretanto, quem vai tecer a crítica mais dura ao movimento.

De certa forma, não criticar [o movimento negro], era também querer torná-lo exótico, é quase como a relação com os indígenas também ... Aqueles que ainda não estão completos, que estão se formando, eu acho que é um pouco disso, de não criticar porque estava em processo de formação (...). Eu acho que hoje está claro que não era essa a proposta do movimento que trabalhava essa questão de racismo e que o projeto deles era uma forma de poder também. E na medida que você cansa da disputa do poder, você fica suscetível a que as pessoas apresentem as suas deficiências, porque ao dizer as suas deficiências, a disputa de poder mesmo entre os iguais indica que o seu projeto é menos qualificado do que o deles.

Jeruse, além de fazer uma séria crítica à forma como os movimentos organizam-se hoje, salienta também suas dificuldades em trabalhar com as “discriminações correlatas”:

Eu sou uma professora por essência, eu não me vejo de outra forma. Eu não seria jamais uma executiva de uma organização não-governamental, esse lugar não me pertence. Numa organização você fica voluntária. Agora, no espaço de uma organização não-governamental, eu poderia estar falando, vivendo de bolsa, isso é uma situação muito desconfortável para mim. Isso sempre foi um conflito, eu nunca gostei disso, e sempre critico muito isso no movimento, especialmente o contemporâneo. Você abandona a sua profissão para ficar vivendo do que a ONG lhe paga de bolsa. Isso para mim sempre foi um conflito (...). Eu era casada com um militante, nós tínhamos perspectivas bastante diferenciadas porque eu entendo que o meu olhar de gênero fazia uma diferença na interpretação e eu entendo que o meu olhar da educação também fazia uma diferença. (...). Você pode discutir que as organizações políticas lutam pela superação da discriminação imediata pela qual elas lutam, mas elas têm dificuldades de lutar contra as discriminações correlatas àquelas que elas lutam. Então, se é verdade que as mulheres do movimento sindical denunciavam que lá existe machismo, eu também não posso negar que

no movimento negro também existe o machismo. Então as minhas dificuldades enquanto mulher no movimento negro são significativas.

O depoimento de Jeruse demonstra que muitas vezes o movimento negro construiu uma identidade étnica baseada no homem negro, desconsiderando em alguns momentos as mulheres negras. Conforme afirmei anteriormente, as identidades, sejam de quais tipos forem, são situacionais e manipuláveis, talvez seja a hora, de acordo com a opinião de Jeruse, de o movimento negro começar a trabalhar melhor com as “discriminações correlatas”.

Foi possível perceber que os sujeitos da pesquisa estruturaram suas identidades durante suas trajetórias de vida, por meio do convívio e do apoio proporcionado pela estrutura familiar, do conhecimento adquirido com as leituras ou dos grupos dos quais participaram, das experiências positivas e negativas que envolveram a questão racial. A participação no movimento negro consolida sua organização social enquanto grupo étnico, estruturando de forma mais permanente suas identidades.

7.7. CONCLUSÃO: A CONSTRUÇÃO DAS TRAJETÓRIAS BIOGRÁFICAS

Um ponto comum revelado nos depoimentos dos entrevistados é o fato de apresentarem trajetórias biográficas ascendentes. Suas condições de vida melhoraram muito quando comparadas as da infância e da época em que viviam com seus pais. Tal realidade é constatada por todos na avaliação positiva sobre suas vidas. Seus projetos biográficos, nos termos de Schütze (1977), já são esboçados e pensados desde a infância, dentro do núcleo familiar. As famílias os reconhecem como inteligentes e capazes e nutrem muitas expectativas em relação a eles e isso acaba influenciando decisivamente em seus futuros.

As “teorias explicativas”, segundo Schütze (op. cit.), que os militantes do NEN utilizam para justificar as escolhas acertadas em suas trajetórias de vida: a possibilidade de completarem seus estudos até o ensino superior, de encaminharem-se ao mercado de trabalho e hoje ocuparem cargos e funções importantes tanto profissionalmente quanto politicamente, estão diretamente relacionadas à vida familiar. Os entrevistados depositam em suas famílias a responsabilidade por terem conseguido ascender socialmente num país em que as oportunidades para as populações negras são extremamente escassas. O núcleo familiar teve importância decisiva não só por proporcionar uma estrutura material adequada, mas também por incentivar nos sujeitos pesquisados uma postura combativa frente às situações discriminatórias. Justamente por terem estruturado fortemente suas identidades pessoais e

sociais, as inúmeras experiências positivas e negativas vivenciadas durante suas trajetórias de vida serviram para os fortalecer ainda mais. Nesse sentido, os militantes constroem sua “teoria sobre o eu” (Schütze op. cit.), ou seja, sobre a maneira como constituíram sua consciência negra, como algo processual desenvolvido a partir do núcleo familiar e das experiências vividas.

No capítulo conclusivo, farei uma comparação entre os militantes do NEN e do Sinte, a fim de sinalizar as possíveis similaridades e diferenças existentes entre os dois grupos.

PARTE III

CAPÍTULO 8 **CONCLUSÃO**

8.1. SIMILARIDADES E DIFERENÇAS

Foi possível observar durante a pesquisa que existe uma grande diferença de funcionamento entre o Sinte e o NEN. Mesmo que o estudo das organizações não seja o objeto da minha investigação, considero importante pontuar algumas dessas diferenças. O Sinte faz parte de uma estrutura maior, subordinado a um sindicato estadual. Já o NEN desenvolve ações e programas de forma mais independente e não está vinculado a uma entidade superior. O Sinte Regional conta somente com uma ou duas pessoas liberadas de suas atividades na educação para atuar no sindicato. No NEN, as pessoas mantêm-se ligadas à instituição para o desenvolvimento de projetos e pesquisas sem maiores vínculos institucionais. Portanto, a forma como os integrantes estabelecem suas ligações com as duas organizações são diferenciadas. No Sinte, a relação política é de subordinação à diretoria estadual e à CUT, enquanto que no NEN essa relação com outras organizações do movimento negro ocorre de uma forma mais horizontalizada.

Por meio da pesquisa identifiquei algumas similaridades e diferenças entre os militantes das duas organizações quanto às suas formas de exercer a militância, seus objetivos de vida e seus valores. O *habitus* dos militantes é construído de diversas formas, em variados espaços e *performances*. Ele não funciona de forma mecânica. Pelo contrário, atua por meio de “constrangimentos” e “limites” (Lang; Antuniassi, 1997) que são impostos por suas condições de vida. Esse conceito pode ser definido, segundo os autores, por uma espécie de “liberdade condicionada” dentro da qual os sujeitos se movimentam. A maneira de vestir e o cuidado ou não com a aparência são componentes desse *habitus*. As militantes do Sinte adotam um “estilo” despojado e simples, ajustado aos valores de combate à sociedade capitalista. Souza (1999) afirma em sua dissertação de mestrado sobre o movimento “rap” em Florianópolis, que por meio da vestimenta “(...) é construída uma imagem e a roupa é parte componente desta imagem” (op. cit. p.144). Tanto entre as militantes do Sinte quanto entre os do NEN observei a importância com a maneira de apresentar-se. Se as militantes do sindicato procuram demonstrar uma falta de preocupação com a aparência, os militantes do NEN, ao contrário, mostram bastante atenção à questão.

O *habitus* conforma um “estilo de vida” que, nesse caso, é comum aos militantes de ambas as organizações. O “estilo de vida” pode ser definido como “práticas e propriedades que constituem uma expressão sistemática das condições de existência, sendo produto de um mesmo operador prático, o *habitus*” (Lang; Antuniassi, 1997, p. 111). Há um “estilo de vida” militante, observado nos dois grupos estudados, e expresso em suas formas de viver: eles estão sempre viajando, suas tarefas são inadiáveis e invariavelmente estão repletos de compromissos. Durante a pesquisa fiquei vários dias “correndo atrás” de cada entrevistado, pois eles encontravam-se constantemente ocupados.

O que une as militantes do Sinte parece ser o compartilhamento de uma forte identidade político-ideológica. Tal forma de identificação ajuda a superar as divergências em outras instâncias, como de classe e de raça, por exemplo. No NEN, mesmo que todos os entrevistados situem-se no campo da esquerda, não há essa identidade político-ideológica tão forte, e sim uma identidade étnica. Para Poutignat e Streiff-Fenart (1998), o que distingue a identidade étnica das demais formas de identidades coletivas é a crença em uma origem comum. Foi possível observar no decorrer da pesquisa que o NEN procura construir para a população negra essa “aura de filiação” (Cohen apud. op. cit., p. 162), trabalhando textos que contam a história da África, seus costumes, línguas e crenças. Essa “filiação” no Sinte é obtida pela participação em um mesmo partido político.

O tema da auto-estima apareceu nos depoimentos dos dois grupos de militantes. Porém, de forma diferenciada. Para as entrevistadas do Sinte, a militância é uma forma de aquisição de reconhecimento que não é obtida em outros espaços. Isso favorece um sentimento positivo de si mesmas, muitas vezes ausente em outras dimensões de suas vidas. No NEN, a questão da auto-estima está presente desde a infância dos entrevistados e a participação no movimento é uma consequência do desenvolvimento de uma auto-imagem positiva. Pedro Souza (1999) afirma que a produção de um discurso de auto-estima em contextos de exclusão é uma condição necessária para a efetivação e a afirmação da identidade: “No discurso da auto-estima o que está em jogo é o poder de se deixar afetar por si mesmo. Este poder depende do delineamento enunciativo que compõe uma formação imaginária, resultando em afeto positivo” (op. cit., p.10). Por meio da auto-estima, então, opera-se um processo que permite a configuração de uma identidade positiva.

A “avaliação da trajetória biográfica” (Schütze, 1977) é diferenciada para os dois grupos pesquisados. Enquanto no Nen os militantes apresentam uma avaliação positiva de suas trajetórias, no Sinte não existe o mesmo consenso. Conforme explanei no capítulo 5,

algumas militantes consideram que suas vidas pioraram quando comparadas às condições que possuíam quando viviam com seus pais. Além disso, elas não têm certeza de que tomaram as decisões corretas em relação aos seus projetos de vida.

A forma como a questão da diferença é tratada diverge nos dois grupos. No Sinte, apesar de as militantes citarem suas preocupações com as mulheres, os negros ou os gays, essas diferentes condições são vistas sempre como subordinadas à classe social. Já no NEN as questões da classe e da raça são vistas como complementares, porém distintas.

As diferenças entre os dois grupos expressam-se, conforme já assinaléi, também na aparência, nas roupas, no “estilo” que constroem para si. As formas de relacionamento e a linguagem também não são as mesmas. No Sinte as militantes utilizam-se de um “vocabulário” característico das organizações de esquerda tradicionais, como vanguardas, massas, consciência revolucionária, ditadura do proletariado, entre outras expressões. As militantes do Sinte compartilham de uma “província de significados” ainda demarcada por esses modelos de organizações e orientada pelo tipo ideal do “militante abnegado”. Por sua vez os militantes do NEN, apesar de no início de suas atividades políticas ainda terem sido guiados por esse “tipo ideal”, no decorrer da militância acabaram assumindo outros valores e convicções. Por esse motivo, as preocupações e o próprio significado da militância diverge para os dois grupos. Se as militantes do Sinte acreditam que uma revolução futura poderia transformar a realidade, os militantes do NEN realizam projetos e ações voltados para a situação presente.

Os militantes do Sinte e do Nen exercem uma plurimilitância, porém no Nen os sujeitos pesquisados conseguem estabelecer melhor uma distinção entre a militância na instituição e no partido político. Já, no Sinte a militância no sindicato e no partido muitas vezes se confunde. Há, nesse caso, o cruzamento de identidades que não se complementam, e sim, uma delas acaba superando a outra. A identidade que prevalece para as militantes do Sinte é a do partido, que acaba sendo sua identificação predominante.

8.2. MILITÂNCIA: UM PROJETO PROCESSUAL

Gostaria de apontar, mesmo que de forma ainda incipiente, tendo como base os estudos de Cross Jr. (1995) e Ferreira (2000), o que denomino de fases da militância. É necessário esclarecer que os trabalhos acima citados referem-se aos estágios que as pessoas

afro-descendentes passam até reconhecerem-se como negras. Cross Jr. classifica esse processo em cinco etapas brevemente apresentadas:

1º estágio - Pré-encontro – período no qual as pessoas negras internalizam estereótipos negativos que os brancos desenvolvem em relação aos negros, principalmente em função da educação errônea recebida, que valoriza uma tradição eurocêntrica.

2º estágio – Encontro – é aquela fase na qual a identidade da pessoa e sua visão de mundo são colocadas em xeque e geralmente ocorrem acontecimentos permitindo que se tome uma nova direção.

3º estágio – Imersão-emersão – essa é ainda uma fase de conflito, mas nesse caso, a pessoa imerge no “mundo dos negros” e libera-se da “branquitude”. Depois dessa fase mais radical de imersão, geralmente há um processo de emersão, no qual começa a discernir melhor as coisas e encaminha-se para o próximo estágio.

4º estágio – Internalização - se a fase anterior é de conflito, essa é de equilíbrio: a pessoa sente-se mais calma e relaxada. Aqui ela já internalizou sua identidade e não precisa estar a todo momento auto-afirmando-se como no estágio anterior.

5º estágio – Internalização – Engajamento - depois de internalizar uma identidade negra que a satisfaz, a pessoa passa a traduzir seu sentido de negritude em ações ou outros tipos de engajamentos.

Ferreira (2000) elaborou um estudo inspirando-se na classificação de Cross Jr. e Helms (apud. Ferreira). Entretanto, ele sintetizou em quatro os estágios de desenvolvimento da identidade afro-descendente. O autor alerta para o fato de sua classificação ser um delineamento teórico que não deve servir como uma “camisa-de-força conceitual” (op. cit., p. 69). E, acrescenta que os estágios não devem ser analisados enquanto padrões fixos desenvolvidos a partir de uma seqüência linear. Sua classificação é a seguinte:

- Estágio de submissão – corresponde ao “pré-encontro” de Cross Jr. É a fase na qual ocorre a idealização do mundo branco.
- Estágio de impacto – englobaria as fases do “encontro” e da “internalização” se seguirmos a classificação de Cross Jr. É um momento de conflito, onde acontece uma espécie de “conversão religiosa”, na qual a pessoa mergulha nos valores negros e os confirma. Nesse período já deve ter decidido “tornar-se negra”.
- Estágio de militância – aqui “inicia-se um processo de intensa metamorfose pessoal, em que ele vai gradualmente demolindo as velhas perspectivas e, ao mesmo tempo, passa a desenvolver uma nova estrutura pessoal referenciada em valores etno-raciais de matrizes

africanas” (op. cit., p. 79). Corresponde à fase de “imersão e emersão” de Cross Jr. Num primeiro momento o militante apóia-se em estratégias de exclusão, ou seja, fecha-se em torno de suas próprias referências e tem dificuldade de aceitar a alteridade. Já num momento posterior, ele consegue superar essa postura mais “radical”, passa a controlar melhor suas emoções e deixa de lado ideologias simplistas.

- Estágio da articulação – a pessoa consegue desenvolver atitudes afro-centradas e não estereotipadas. O grupo negro torna-se sua principal referência e, segundo o autor, a construção dessa “nova identidade” cumpre três funções: defender a pessoa de agressões psicológicas, criar um sentido de pertença social e um ponto de partida para a comunicação com culturas diferentes.

Apesar de os autores estarem se referindo especificamente aos afro-descendentes, é possível adaptar suas classificações para as prováveis fases que os sujeitos passam até “tornarem-se efetivamente militantes”. A militância não é idêntica em seus diversos momentos. É um processo que se modifica com o tempo e com o acúmulo de experiência pelos militantes. Apesar de não concordar com o estabelecimento de fases estanques como demonstram os autores anteriormente citados, observei nos depoimentos que desde o início da militância até um momento de maior maturidade política, os militantes passam por pelo menos três fases. Inicialmente ocorre uma fase mais “radical” da militância, de entrega total: é o militante “abnegado” à disposição da causa 24 horas por dia⁶³. Essa fase geralmente corresponde ao momento no qual as pessoas ainda encontram-se estudando ou dispõem de uma situação em que não precisam dedicar-se com muita ênfase ao trabalho.

É preciso esclarecer, entretanto que a opção pela militância não ocorre por obra do acaso. A “consciência” dos entrevistados não despertou de uma hora para outra. Tanto as militantes do Sinte, quanto os do NEN compartilham da idéia de que foram constituindo sua “consciência” militante de forma gradativa. Esse é um processo que começa na infância ou adolescência, envolve a família, os lugares onde viveram, as experiências vividas, o contexto social, entre muitos outros fatores. Nesse ponto, tanto Cross Jr. quanto Ferreira, distinguem uma primeira fase do desenvolvimento da identidade afro-descendente na qual as pessoas assumem os valores dos “brancos” como próprios. Verifiquei nos depoimentos dos entrevistados que não houve esse momento de “alienação” para depois acontecer o “despertar”. Pois as militantes do Sinte afirmaram sentirem-se incomodadas com a realidade social desde a adolescência, enquanto os entrevistados do NEN disseram que a construção de

um sentimento positivo de auto-estima e a preocupação racial os acompanha desde as origens familiares.

Um dos problemas presentes nas classificações propostas por Cross. Jr. e Ferreira é que a vida anterior à militância (ou à consciência étnica) não parece interferir nas escolhas futuras dos militantes. Por vezes, tem-se a impressão que as pessoas estão soltas e não subordinadas a uma série de limites e constrictões. Através das entrevistas constatei que a opção pela militância é resultado de toda uma série de fatores envolvendo as mais diversas dimensões: de classe, familiar, de gênero, regional etc. A “conversão” está bem menos presente nos depoimentos do que uma trajetória de vida “coerente”, que culmina com a militância política.

Depois dessa primeira fase, mais “romântica” da militância, os sujeitos já são capazes de fazer críticas e assumir posições dentro de suas organizações. Muitas vezes, nesse momento surgem crises e os militantes têm que escolher os caminhos a seguir.

Após o momento de “dúvida”, os militantes decidem seus rumos. Em geral, investiram tanto de suas energias na militância que ela torna-se sua opção de vida. Alguns passam a atuar como políticos. Outros transformam-se em militantes profissionais: o que antes era apenas militância converge em profissão. Ou, em alguns casos, sua profissão é uma espécie de continuidade da militância. Outros, ainda, escolhem a militância como uma saída para as suas vidas, mesmo sem muita certeza de que seja a mais correta. Mas, nesse caso, não há tempo nem disposição para voltar atrás.

A militância é um projeto de vida definido pelas pessoas a partir do momento em que param para pensar e devem decidir seus rumos. De acordo com Velho (1999b), o ponto de partida para a definição de um “projeto” é o fato das pessoas poderem escolher. Isso mostra que a opção pela militância é o resultado de toda uma trajetória de vida. As escolhas, no entanto, são feitas de acordo com os diferentes tipos de constrangimentos que os sujeitos enfrentam em suas vidas. Para alguns militantes a opção por seguir em frente é mais fácil. Para outros, é a consequência de uma série de conflitos, de idas e vindas. Alguns adquirem um *status* mais elevado dentro de suas organizações. Outros, no entanto, não chegam a alcançá-lo. Mas, de qualquer forma, existe o momento da decisão, e aí a militância torna-se realmente um projeto de vida.

Pesquisei militantes de dois tipos diferentes de organizações, mas que comungam certos traços comuns como: o *habitus* militante, as diferentes fases pelas quais passam até que a militância seja um projeto de vida, e a importância de sua trajetória de vida e do *campo de*

⁶³ Verificar principalmente depoimentos de Cristiane Fogaça nas páginas 59 e 60 do capítulo 5, de Joaquina de

possibilidades que têm a sua disposição para que tal projeto se concretize. A abnegação com que se dedicam às organizações ou causas varia no decorrer do tempo para os dois tipos de militantes. No NEN os militantes, num primeiro momento, tinham uma identidade político-ideológica mais forte – consideravam-se marxistas - que, em alguns casos, vai se diluir com o tempo. Já no Sinte essa postura permanece constante nas diversas fases da militância, pois é ela que dá unidade ao grupo.

Não sei se é correto afirmar que os entrevistados são acima de tudo “militantes”, pois em sua maioria encontram-se em uma fase na qual a militância já deu frutos e se transformou. Eles tornaram-se políticos, intelectuais, dirigentes de partidos políticos, coordenadores de ONGs etc. Mas, ao mesmo tempo, continuam se definindo como militantes.

Um “projeto”, mesmo que individual, nunca é puro, sempre faz referência a outros projetos e contextos sociais. Ele não é resultado de um processo estritamente interno, mas depende do *campo de possibilidades* no qual os sujeitos estão inseridos. O projeto, sendo uma decisão consciente, “envolve algum tipo de cálculo e planejamento, não do tipo *homo economicus*, mas alguma noção, culturalmente situada, de riscos e perdas quer em termos estritamente individuais, quer em termos grupais” (Velho, op. cit., p. 29). Ele não deixa de ser uma forma de dar uma certa coerência, conforme afirma Velho, a essa experiência fragmentada que é a vida contemporânea.

Não posso afirmar que o “militante revolucionário profissional está a caminho da extinção” (José, 1996), conforme a previsão do autor. Porém, é possível observar que esse não é o mesmo tipo de militância praticado pelos militantes dos “novos movimentos sociais”, como os do NEN. E há ainda outras mudanças pela frente, prova disso é a militância dos jovens ativistas que participam dos movimentos anti-globalização que parece diferenciar-se bastante das que apresentei aqui.

É preciso por fim acrescentar que as identidades dos militantes sejam mais orientadas pela etnia ou pelo marxismo-leninismo, por serem constantemente criadas e inventadas não significa que sejam inautênticas ou que aqueles que as produzem o façam de má-fé (Poutignat; Streiff-Fenart, 1998). Pois tanto as militantes do Sinte quanto os do NEN compartilham de um sentimento subjetivo de formarem um grupo social, produzem para si mesmos definições comuns das situações cotidianas (Schütz, 1979, p. 83) e acreditam em suas construções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: UNESP, 2001.
- BAUER, Martin W.; JOVLOVITCH Sandra. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). *Pesquisa qualitativa com texto e imagem: um manual prático*. Petrópolis, Vozes, 2002.
- BECKER, Howard. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BIONDI, Liz.. Localizar as políticas da identidade. Edição Especial. *Debate Feminista: Cidadania e feminismo*, 2000.
- BOHNSACK, Ralf. *The documentary method: exemplified by de interpretation of group discussions*. Workshop at Münster, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994
- _____. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Sobre a televisão: seguido de A influência do jornalismo e Os jogos olímpicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CARDOSO, Ruth C. L.. Aventuras antropológicas em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CARNEIRO, Sueli. Entrevista explosiva: Sueli Carneiro – Uma guerreira contra o racismo. *Caros Amigos*, São Paulo, n. 35, p. 24-29, fev. 2000.
- CHARTIER, Roger. Prefácio: Formação social e economia psíquica: a sociedade de corte no processo civilizador. In: ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- CICOUREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- COURY, Guillaume. Norbert Elias e a construção de grupos sociais: da economia psíquica à arte de reagrupar-se. In: GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernanrd (orgs.). *Norbert Elias: a política e a história*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- COSTA, Sérgio. *A construção sociológica da raça no Brasil*. Florianópolis, 2001.

CROSS Jr., Willian E. In search of blackness and afrocentricity: the psychology of black identity change. In: GRIFFITH, Ezra E. H.; BLUE, Haward C.; HARRIS, Herbert W. (eds.). *Racial and ethnic identity: psychological development and creative expression*. New York/London: Routledge, 1995.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

_____. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. *Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FERRAND, Michèle. Introdução – questões de método: do qualitativo ao quantitativo. *Caderno CRH*, n. 30/31, p. 297-318, jan./dez., 1999.

FERREIRA, Ricardo Franklin. *Afro-descendente: identidade em construção*. São Paulo: EDUC/ Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

FOOTE-WHYTE, Willian. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partidos dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.

GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard. (orgs.). *Norbert Elias e a história*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). *Pesquisa qualitativa com texto e imagem: um manual prático*. Petrópolis, Vozes, 2002.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GIDDENS, Antony; TURNER, Jonathan H. Introdução. In: GIDDENS, Antony; TURNER, Jonathan (orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: UNESP, 1999.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: UCAM, 2001.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan., 1988.

- _____. *A representação do eu na vida cotidiana*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GOLDENBERG, Miriam. Mulheres e militantes. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 253-364, 1997.
- GONZÁLEZ, José María. El individuo e la sociedad. In: CRUZ, M. (org.). *Tiempo de subjetividad*. Barcelona: Paidós, 1996.
- GROSSI, Miriam Pilar, Feministas históricas e novas feministas no Brasil. In: *Antropologia em Primeira Mão*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFSC, s/d.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- HALL, Stuart. Cultural identity and diaspora. In: RUTHERFORD, Jonathan (org.). *Identity, community, culture, difference*. London: Lawrence & Wishart, 1990.
- _____. New Ethnicities. In: BAKER, Houston; DIAWARA, Manchia; LINDEBORG, Ruth. *Blackc Bristish Cultural Estudios: a reader*. Chicago/London: The university of Chicago Press, 1996.
- _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guaracira Lopes Louro, 2000.
- HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o poder: movimento negro no Rio e São Paulo (1945-1988)*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- HASENBALG, Carlos. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.
- HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Vale. Notas sobre a desigualdade racial e política no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 141-59, 1993.
- HENRY, Charles. Elementos para uma teoria da individualização. Quando o criador Mozart se achava um livre artista. In: GARRIGOU Alain & LACROIX Bernanrd (orgs.). *Norbert Elias: a política e a história*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- HOBBSBAWN, Eric. J. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Hooks, bell. Intelectuais negras. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 464-78, 1995.

- JOSÉ, Emiliano. Em busca da militância perdida. *Teoria e Debate*, ano 9, n. 32, jul./ago./set., 1996.
- JOVCHELOVITH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- JUNQUEIRA, E. B. *A juíza mulher: conflitos e empasses no espaço da casa*. Rio de Janeiro: IDES, 1997.
- LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 2, vol. 1, out., 1986.
- _____. A política e os limites da modernidade. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo; ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha. Famílias em São Paulo: vivências na diferença - Reflexões. In: LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. *Textos CERU*, São Paulo, n. 2, 1997.
- LEITE, Boaventura Ilka. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: LEITE, Boaventura Ilka (org.). *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.
- MAGGIE, Yvone. Aqueles a quem foi negada a cor do dia: as categorias cor e raça na cultura brasileira. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor; TORRES, Lilian de Lucca. *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1996.
- MALIK, Kenan. O espelho da raça: o pós-modernismo e a louvação da diferença. In: WOOD, Ellen Meikisins; FOSTER, John Bellamy. *Em defesa da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- MANFROI, Vânia Maria. O sujeito militante: desejos e projetos. In: BAPTISTA, Dulce (org.). *Cidadania e subjetividade: novos contornos e múltiplos sujeitos*. São Paulo: Imaginário, 1997.
- MENDES, José Manuel Oliveira. O desafio das identidades. In: SANTOS, B. S. (org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MESQUITA, Marcos Ribeiro. *Juventude e movimento estudantil: o “velho” e o “novo” na militância*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

PEDRO, Joana Maria et. al. Escravidão e preconceito em Santa Catarina: história e historiografia. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

PIERRET, Janine. Contexto social, condições da pesquisa e postura dos entrevistados. *Caderno CRH*, n. 30/31, p. 297-318, jan./dez., 1999.

PONTES, Heloísa. Elias, renovador da ciência social. In: WAIZBORT, Leopoldo (org.). *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: EDUSP, 1999.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguido de grupo étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP, 1998.

QUEIROZ, Tereza Correia da Nóbrega. *Lideranças populares, esfera pública, identidades*. Tese de Doutorado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. da Universidade Federal de Pernambuco, 1999.

REICHMANN, Rebecca. Mulher negra brasileira: um retrato. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 496-505, 1995.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas nas centrais sindicais. In: BOITO Jr., Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ROMÃO, Jeruse. *O que move o negro? Inventário sobre o movimento negro em Santa Catarina*. Centro de Referência de Material Didático Afro-Brasileiro. Projeto História da educação dos afro-brasileiros. Florianópolis, 2001.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANSONE, Lívio. Pai preto, filho negro. Trabalho, cor e diferença de geração. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 25, 1993, p. 73-98.

_____. As relações raciais em Casa Grande & Senzala revisitadas à luz do processo de internacionalização e globalização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Subjectividade, cidadania e emancipação. In: *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Joel Rufino dos. O negro como lugar. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. 2. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Loyola/Centro João XXIII, 1996.

- _____. Movimentos em cena: ...e as teorias por onde andam?. *Revista Brasileira de Educação*, n. 9: 16-29, set./out./nov./dez., 1998.
- SCHERER-WARREN, Ilse; ROSSIAUD, Jean. *Democratização em Florianópolis: resgatando a memória dos movimentos sociais*. Itajaí/Florianópolis: Editora da Univali/Diálogo, 1999.
- SCHÜTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- SCHÜTZE, F. Die Technik des narrativen Interviews in interaktionsfeldstudien – Dargestellt na einem projekt zur erforschung von kommunalen machtstrukturen. *Unpublished manuscript*. University of Bielefeld, Department of Sociology, 1977.
- SÉRIE PENSAMENTO NEGRO EM EDUCAÇÃO. Negros e currículo. Florianópolis: Nen, n. 2, 1997.
- SÉRIE PENSAMENTO NEGRO EM EDUCAÇÃO. Os negros, os conteúdos escolares e a diversidade cultural II. Florianópolis: Nen, n. 4 1998,
- SÉRIE PENSAMENTO NEGRO EM EDUCAÇÃO. Os negros e a escola brasileira. Florianópolis: Nen, n. 6, 1999.
- SÉRIE PENSAMENTO NEGRO EM EDUCAÇÃO. Negros, territórios e educação. Florianópolis: Nen, n. 7, 2000.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *O que é, afinal, Estudos Culturais*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000a.
- _____. A produção cultural da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000b.
- SILVA, Célia Regina Reis da. Práticas pedagógicas numa escola multirracial: uma breve reflexão. *Nação Escola*, Florianópolis, n. 1, p. 17-19, dez. 2002.
- SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SOUSA, Ana Maria Borges de. *Da escola às ruas: o movimento dos trabalhadores da educação – 1988-1992*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.
- SOUZA, Angela Maria de. *O movimento do RAP em Florianópolis: A Ilha da Magia é só da ponte para lá*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UFSC, 1999.
- SOUZA, Pedro. Negritude e auto-estima. *Textos e Debates*, n. 5. Nuer/UFSC, 1999.
- TEDESCO, João Carlos. *Paradigmas do cotidiano: Introdução à constituição de um campo de análise social*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

- TELLES, Vera da Silva. Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (orgs.). *Uma revolução no cotidiano?* Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- TOURAINE, Alain. *¿Podremos vivir juntos?* La discusión pendiente: el destino del hombre en la aldea global. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.
- TRAMONTE, Cristiana. *O samba conquista passagem: as estratégias e a ação educativa das escolas de samba de Florianópolis*. Paris: FPH/ Florianópolis: Diálogo – Cultura e Comunicação, 1996.
- VEJA. Entrevista: Henry Louis Gates Jr. A indenização é justa, São Paulo, 05 set. 2001, p. 11-15.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999a.
- _____. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999b.
- VENTURA, Zuenir. *1968 o ano que não terminou: a aventura de uma geração*. 15 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- VIANNA, Cláudia. *Os nós do “nós”: crise e perspectiva da ação coletiva docente em São Paulo*. São Paulo: Xamã, 1999.
- WAIZBORT, Leopoldo. Elias e Simmel. In: WAIZBORT Leopoldo (org.). *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- WEBER, Max. A utilização dos tipos ideais em sociologia. In: BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *A profissão do sociólogo: preliminares epistemológicas*. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- WOODWARD, Hathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.